

JEFFERSON MAINARDES

<https://arcaz.ct.utfpr.edu.br/items/show/76>

RELATÓRIO FINAL DA PESQUISA  
“RECONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA VIDA E OBRA DE  
ÁLVARO VIEIRA PINTO (1909-1987)”

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA  
DEZEMBRO - 1992

## SUMÁRIO

RESUMO	3
INTRODUÇÃO	4
JUSTIFICATIVA	6
A TRAJETÓRIA DA PESQUISA	7
1 - Origens e antecedentes da pesquisa	7
2 – Material	10
3 - Método	13
4 - Dificuldades encontradas	14
RESULTADOS E DISCUSSÕES	17
1 - Dados biográficos: a trajetória do “Mestre Brasileiro”	19
1.1 - Bibliografia de Álvaro Vieira Pinto	27
1.2 - Bibliografia sobre Álvaro Vieira Pinto	28
1.3 - Traduções	29
2 - O ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) e a sua história (1955-1964)	30
2.1 - Bibliografia específica sobre o ISEB	40
2.2 - Bibliografia complementar sobre o ISEB	42
2.3 - Relação dos Cadernos do Povo Brasileiro	44
3 - Resumo das obras	45
3.1 - Ideologia e desenvolvimento nacional	47
3.2 - Consciência e realidade nacional	49
3.3 - Por que os ricos não fazem greve?	95
3.4 - A questão da universidade	99
3.5 - Artigo: Indicações metodológicas para a definição do subdesenvolvimento	103
3.6 - Sete lições sobre educação de adultos	105
3.7 - El pensamiento crítico en demografía	113
3.8 - Ciência e Existência	114
4 - Idéias pedagógicas: contribuições de Álvaro Vieira Pinto	123
5 - O pensamento do filósofo e educador analisado por outros educadores e intelectuais	139
CONCLUSÃO	143
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	145
ANEXOS	150

## RESUMO

MAINARDES, Jefferson. **Reconstrução histórica da vida e obra de Álvaro Vieira Pinto (1909-1987)** – Relatório final de pesquisa. Ponta Grossa: UEPG, 1992.

A pesquisa teve por objetivo efetuar o levantamento bio-bibliográfico de Álvaro Vieira Pinto e analisar suas obras e contribuições para o pensamento educacional brasileiro. O método utilizado foi a análise documental de fontes principais: obras e artigos escritos por Vieira Pinto consulta e análise de fontes subsidiárias: obras, artigos e notas críticas sobre a vida e obra de Vieira Pinto leitura e análise de fontes complementares, entrevistas e consultas a diversos órgãos, bibliotecas e arquivos. A análise do material e informações obtidas sobre este educador e pensador brasileiro permitiu a elaboração de uma biografia completa, de três listagens bibliográficas: obras escritas por Vieira Pinto, por ele traduzidas e publicações existentes sobre este autor. Permitiu ainda a elaboração de um histórico do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) onde Vieira Pinto atuou, dirigiu, produziu e traduziu obras. Realizou-se também uma análise e resumo das obras do autor, a análise das contribuições pedagógicas contidas em suas formulações e uma coletânea de depoimentos de outros educadores e intelectuais sobre Vieira Pinto. Reuniu-se nesta pesquisa, um grande número de dados sobre a vida e obra deste importante pensador, que são raramente encontrados de forma exata e completa em enciclopédias, manuais e dicionários filosóficos. Destaca-se neste trabalho as “contribuições pedagógicas” do autor que apontam para uma concepção crítica de educação e que fundamentam a reflexão de temas nas como educação de adultos, alfabetização; analfabetismo, conceito de educação, concepção ingênua ou crítica de educação, conteúdo e forma da educação, formação do educador, relação educador-educando, universidade brasileira e outros temas relevantes. Palavras-chave: Álvaro Vieira Pinto. Biografia. ISEB.

## INTRODUÇÃO

“Honrar um pensador não é elogiá-lo, nem mesmo interpretá-lo, mas discutir sua obra, mantendo-o, dessa forma, vivo, e demonstrando, em ato que ele desafia o tempo e mantém sua relevância”.

Cornélius Castoriadis  
(Os destinos do totalitarismo, 1985 p. 7)

Discutir a obra de Álvaro Vieira Pinto, demonstrar a relevância de seu pensamento, resgatar a sua contribuição para a memória educacional brasileira foram os objetivos que nortearam a realização da presente pesquisa.

Álvaro Vieira Pinto foi um importante filósofo, uma das mais importantes figuras do pensamento filosófico nacional, um verdadeiro “Mestre”. Deixou inúmeras obras publicadas e outras inéditas, atuou e dirigiu uma das mais importantes instituições no plano político-educacional da década de 60 - o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) assumindo com seriedade o seu papel de intelectual na sociedade brasileira.

Apesar de ser reconhecido como um educador de destaque na História da Educação Brasileira, suas obras são, contraditoriamente, pouco conhecidas por professores e estudantes da atualidade. Com a intenção de demonstrar a pertinência de seu pensamento, a validade de suas obras, é que realizou-se este trabalho de pesquisa.

Este relatório é o resultado de três anos de investigação (1990-1992), leituras, correspondências, coleta de informações e materiais bibliográficos, consulta arquivos e a inúmeras bibliotecas.

Sem pretendermos esgotar o levantamento biobibliográfico deste “Mestre Brasileiro”, organizamos neste trabalho, os dados, análises e informações que foram recolhidos e elaborados no decorrer da realização do mesmo.

A redação final dos “resultados” desta investigação histórica consta da biobibliografia de Álvaro Vieira Pinto, de um breve histórico do ISEB, do resumo e comentários de suas obras, de depoimentos de outros educadores e intelectuais sobre o educador pesquisado e da análise de suas contribuições pedagógicas.

Com estes resultados, esperamos manter viva a contribuição de um “Mestre” a quem tanto honramos ou pelo menos demonstrar que ele desafia o tempo e mantém sua relevância.

A realização deste trabalho foi possível graças à colaboração de pessoas e instituições a quem muito agradeço. Em especial agradeço:

- À Prof<sup>a</sup> Cleide Aparecida Faria Rodrigues, pelo apoio constante;
- A Nelson Werneck Sodré, Osny Duarte Pereira, Ernani Vieira Pinto e Jorge Roux, pelas contribuições valiosas;
- Ao Acir da Cruz Camargo, pela participação comprometida na interconstituição deste trabalho.

## JUSTIFICATIVA

Considerando que:

- a Resolução CEPE n° 11, de 06/08/91, regulamenta em seu Art. 92 a apresentação de Relatório final de pesquisa;
- a UEPG designou 6 horas/aula no ano letivo de 1991 para a realização desta pesquisa;
- que os resultados desta pesquisa, aprovada pelo Parecer CEPE n° 174/90 de 27/11/90 e que teve a entrega do relatório final prorrogada pelo Parecer CEPE n° 29/92 de 08/04/92 (Res. N° 09/92), precisam ser dados a conhecer à PROPESP, Departamento de Educação, Colegiado Setorial do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes e Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UEPG,

Justifica-se este relatório.

## A TRAJETÓRIA DA PESQUISA

### 1 - Origem e antecedentes da pesquisa

Desde a época da minha formação acadêmica inicial interessei-me pela História da Educação Brasileira e, mais particularmente por depoimentos e entrevistas de educadores que participaram mais ativamente nos momentos históricos da Educação. Foi nestas entrevistas que encontrei várias vezes a citação de Álvaro Vieira Pinto como um intelectual de grande importância para a Filosofia e para a Educação Brasileira. Mais precisamente, em entrevistas de Paulo Freire, muitas concedidas logo no início de seu retorno do exílio, em 1979, e em anos seguintes, este educador refere-se a Álvaro Vieira Pinto como o “exilado mais sofrido” que encontrou no exterior<sup>1</sup>.

Paulo Freire, numa destas reportagens, menciona várias reflexões de Vieira Pinto sobre a questão do analfabetismo e destaca uma em particular: “o analfabeto é a pessoa que não sabe ler, é a pessoa que às vezes não precisa ler, mas é, sobretudo, a pessoa a quem a sociedade proibiu de ler”. Citações como estas eram constantemente encontradas, indicando que se tratava de um pensador reconhecidamente importante para o pensamento filosófico, político e educacional.

Em 1989, quando realizava na UEPG o “Curso de Especialização em Educação”, alguns professores referiram-se à extraordinária contribuição de Álvaro Vieira Pinto para a compreensão da Educação, numa perspectiva ampla e crítica. As referências, feitas por parte das professoras Maria do Rosário Knechtel, Naura Syria F.C. da Silva e Lilian A. Wachowicz que ministraram as disciplinas: Educação permanente, Educação e Ensino e História da Educação Brasileira, respectivamente, foram reduzidas porém incisivas e situavam-se no contexto de temas mais abrangente dos conteúdos das referidas disciplinas.

Com estes dados, a semente estava lançada. Comecei a interessar-me ainda mais por este autor, que até então era por mim pouco conhecido.

As referências disponíveis eram bastante limitadas, até o meu primeiro contato com “Sete lições de educação de adultos”. Já na introdução desta obra, defrontei-me com duas entrevistas concedidas pelo autor a Dermeval Saviani e Betty Oliveira. A partir destas entrevistas, o meu interesse pelo autor ampliou-se mais ainda. Por meio das entrevistas, pude perceber a brilhante trajetória intelectual de Vieira Pinto, marcada pelo autodidatismo e por um certo isolamento do autor, após o

---

<sup>1</sup> FOLHA de Londrina. Freire, Paulo. 15/09/85. p. 17.

seu retorno do exílio, em 1968. Percebi também que estava diante de um “grande educador e filósofo” brasileiro, que apesar de ser pouco conhecido, produziu inúmeras obras de grande importância, sobre temas diversos.

Prossegui a leitura do livro “Sete lições” e encontrei conceitos e concepções e idéias relevantes. Ao mesmo tempo, iniciei a busca pelo acesso às suas demais obras e algumas dificuldades apareceram, pois além de “Sete lições”, somente “Ciência e Existência” e “A questão da Universidade” foram publicados por Editores comerciais. As demais foram publicadas pelo ISEB e pelo CELADE - Centro Latino Americano de Demografia.

Também no ano de 1990, ao ingressar no quadro de docentes da UEPG, após aprovação em concurso, fui convidado pela Professora Cleide Aparecida Faria Rodrigues, Chefe do Departamento de Educação, para fazer parte de um Projeto de Extensão em fase de implantação na UEPG (Projeto Redescobrimdo o Mundo). Aceitei este convite, embora sem ter ainda muita clareza sobre o Projeto e nenhuma experiência anterior no trabalho extensionista. A minha atuação no Projeto neste momento inicial, dirigiu-se para implementação de um polo de alfabetização de Adultos, no Jardim Esplanada, sob minha responsabilidade e também na preparação dos acadêmicos que atuariam no Projeto.

Neste momento de formação e preparação da equipe de acadêmicos necessitei organizar-me para assumir a responsabilidade no plano metodológico da alfabetização de adultos, o que de imediato, percebi que não poderia ficar desvinculado de uma consistente fundamentação teórica da educação de Adultos. Neste sentido, recorri às idéias de Vieira Pinto, contidas em “Sete lições sobre a educação de adultos”, onde passei a basear-me, além de outras fontes, e passei também a divulgá-las entre os acadêmicos e professores que atuavam no Projeto.

Paralelamente à utilização das contribuições de Vieira Pinto no Projeto de Extensão, servia-me destas idéias para as aulas de Fundamentos da Educação que ministrava nos cursos de História, Geografia, Ciências Biológicas e Letras. Neste ano e nos seguintes, passei a utilizar também idéias da obra “A questão da universidade”, que sempre foram bem aceitas pelos acadêmicos. A constante referência das obras deste “Mestre brasileiro” em várias unidades da disciplina Fundamentos da Educação levou alguns acadêmicos a expressarem que Álvaro Vieira Pinto era o meu “Mestre” e eu seu “discípulo”.

A utilização destas obras levou-me ainda adiante: a interessar-me e identificar-me cada vez mais com as idéias deste autor e o fortalecimento da expectativa de reunir maior número de obras de/sobre Vieira Pinto e maiores informações de ordem biográfica.



Com base nos dados constantes nas entrevistas da introdução de “Sete lições” e outras informações já disponíveis fui recolhendo durante todo o ano de 1990, o material encontrado sobre o autor em bibliotecas e iniciei a correspondência com Editoras (Paz e Terra e Cortez), instituições que publicaram suas obras e com pessoas que com ele conviveram.

De posse de materiais de diversas fontes, decidi oficializar a pesquisa na Instituição, pois informalmente já estava sendo realizada. No projeto inicial, apresentou-se como objetivo geral “Recuperar a contribuição do pensamento de Álvaro Vieira Pinto para a educação brasileira” e como específicos: efetuar a análise do pensamento de Vieira Pinto dentro do contexto histórico-social brasileiro; estudar as formulações teóricas deste filósofo; identificar nas suas obras, idéias para a compreensão da realidade nacional e ainda relacionar a bibliografia de/sobre Vieira Pinto.

Para realização da pesquisa definimos como fontes principais as obras e artigos de periódicos escritos por Álvaro Vieira Pinto; consulta e análise de fontes subsidiárias: obras, artigos e notas críticas de periódicos sobre Álvaro Vieira Pinto; leitura e análise de fontes complementares; entrevistas e consultas a diversos órgãos e entidades.

O acervo de material coletado anteriormente foi sendo significativamente ampliado. Cada novo material bibliográfico e informações encontradas, além de encorajar a continuidade da pesquisa funcionavam como fontes remissivas, que levavam a outros materiais e informações, subsidiando a elaboração das partes do trabalho. Os resultados da pesquisa neste aspecto foram extremamente positivos, pois houve sensível multiplicação dos materiais e informações disponíveis da elaboração do Projeto até este Relatório Final.

A catalogação e análise dos materiais e informações coletados permitiram que o item “Resultado e Conclusão” deste relatório, pudesse ser redigido, de acordo com o previsto nos objetivos do Projeto desta Pesquisa.

Ao chegarmos à fase de redação deste relatório, podemos afirmar que o esforço empreendido para a realização da pesquisa foi extremamente compensador, principalmente pelas inúmeras leituras que tivemos de realizar, fazendo alargar a nossa compreensão da educação e da realidade brasileira.

Mesmo não ocorrendo disseminação mais sistematizada dos resultados da pesquisa durante sua realização, de forma mais informal, o conteúdo da pesquisa conduziu a um aprendizado valioso que tem sido compartilhado nas aulas de Fundamentos da Educação que ministro desde 1990 na UEPG, em inúmeros cursos de Capacitação de alfabetizadores do “Projeto de Extensão Redescobrimo o Mundo”, em cursos para Professores da Rede Estadual de Ensino e Cursos da

Semana da Educação e Jornada Educativa da UEPG.

Acreditamos ser esta a principal contribuição da realização de pesquisas: a realimentação do ensino na graduação e nas demais atividades departamentais.

O estudo das obras de Vieira Pinto e de inúmeras outras complementares, auxiliaram-me também na consolidação de uma concepção de educação e fundamentaram ainda a 1ª parte da minha prova de Seleção de Mestrado em Educação na UNICAMP onde fui aprovado para o ano acadêmico de 1993.

O trabalho de coleta de materiais e informações, envolveu o acadêmico do Curso de Licenciatura em História - Acir da Cruz Camargo, que desde o início colaborou e comigo discutiu os encaminhamentos necessários para o bom andamento da pesquisa.

O envolvimento do acadêmico extrapolou as expectativas iniciais, sendo que este tem hoje o domínio de inúmeros conhecimentos da área da pesquisa realizada, bem como adquiriu rica experiência na área de coleta de dados e informações bibliográficas. Mesmo cursando Licenciatura em História, o acadêmico integrou-se perfeitamente na análise das questões educacionais que encontram-se dispersas na obra de Vieira Pinto e interessou-se ainda mais pela questão do nacionalismo-desenvolvimentista e pelo ISEB.

## 2 - Material

O material utilizado para a presente pesquisa constitui-se em:

- livros e artigos publicados de Álvaro Vieira Pinto.
- vasto material bibliográfico: livros, artigos, reportagens de jornais.
- depoimentos de intelectuais e educadores
- Fichários do Arquivo Público do Paraná.

Este material foi obtido através de consulta a Bibliotecas e Arquivos durante quase 3 anos (1990, 1991 e 1992). Isto significa que mesmo antes da pesquisa ser aprovada no âmbito da UEPG (aprovada institucionalmente para 1991 e 1992) muitos materiais foram coletados.

Foram consultadas as seguintes Bibliotecas:

- Biblioteca Central da UEPG
- Biblioteca Pública Municipal Professor Bruno Enei
- Biblioteca do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFPR - Biblioteca Pública do Paraná.
- Biblioteca da Faculdade de Educação da UNICAMP
- Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP

Muitos materiais bibliográficos (principalmente artigos de periódicos) foram obtidos pelo COMUT nas seguintes bibliotecas:

- Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ
- Biblioteca da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas USP
- Biblioteca da Faculdade de Educação da USP.
- Biblioteca do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFPR
- Biblioteca do Setor de Pós-Graduação da PUC/SP
- Biblioteca da Faculdade de Filosofia de Ciências Humanas da UFMG
- Biblioteca Setorial de Ciências e Humanidade da UFRS

Contou-se também com a colaboração de outras bibliotecas e instituições no envio de materiais bibliográficos, através de solicitação por correspondências, a exemplo de:

- CELADE
- Biblioteca da Faculdade de Educação da USP
- Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ
- Biblioteca do Centro de Ciências Sociais da UERJ
- Biblioteca da Escola Superior de Guerra - RJ
- Biblioteca do Arquivo Nacional
- Biblioteca Nacional - RJ
- Biblioteca Central da Fundação Getúlio Vargas
- Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia-IBICT Brasília, DF.
- Instituto Brasileiro de Filosofia - SP.

Para a obtenção de depoimentos sobre o pensamento de Vieira Pinto e dados de ordem biográfica, através de correspondências, contamos com a colaboração de vários escritores e educadores. Utilizou-se, paralelamente às correspondências, telefonemas para contatos com aqueles que conheceram e conviveram com ele ou trabalharam no ISEB onde ele atuou e chegou a dirigir.

Assim, contou-se com a disponibilidade de inúmeras pessoas nas respostas à correspondência e atendimentos telefônicos, por outro lado, infelizmente muitas pessoas que poderiam colaborar com

seus depoimentos e no esclarecimento de informações não o fizeram. Acreditamos que este fato é comum, pois muitas vezes estas pessoas encontravam-se com outros afazeres mais urgentes ou até mesmo não se interessaram em responder as questões enviadas. Outros, por motivos particulares, deixaram de nos responder. Os que colaboraram, muitas vezes extrapolaram as solicitações feitas e em quase todas as respostas enviadas ou telefonemas encorajaram a realização da pesquisa e a consideraram importantíssima para o resgate da obra de Álvaro Vieira Pinto, principalmente para que ela passe a ser mais conhecida, como também felicitaram a iniciativa.

As respostas às correspondências enviadas completaram muitas informações que os livros ou enciclopédias de Filosofia e Biografias não trazem. São informações que somente pessoas mais próximas do pesquisado poderiam fornecer.

Estes colaboradores demonstraram interesse, inclusive, em receber os resultados da pesquisa, após a sua conclusão. Isto será feito, até em atitude de reconhecimento pela disponibilidade e interesse demonstrados.

Colaboraram quando solicitados:

- Adolpho Mariano da Costa (Diretor do Arquivo Público do Paraná)
- Betty Oliveira (Professora e escritora)
- Caio Navarro de Toledo (Professor e escritor)
- Carlos de Araújo M. Neto (Administrador do Museu do Índio - RJ)
- Dermeval Saviani (Professor e escritor - Campinas, SP)
- Ernani Vieira Pinto (irmão de Álvaro Vieira Pinto - Itacuruçá, RJ)
- Hélio Jaguaribe (Cientista Político, Professor e escritor. - RJ)
- Henrique Cláudio de Lima Vaz (Sacerdote, Professor e escritor - Belo Horizonte, MG)
- Jorge Roux (Professor e escritor), Brasília
- Moacyr Félix (poeta), RJ
- Michel Debrun (Professor e escritor), Campinas - SP
- Nelson Werneck Sodré (historiador e escritor), RJ
- Osny Duarte Pereira (Professor, Desembargador, escritor), RJ
- Roland Albuquerque Corbisier (Filósofo, político, professor e escritor) RJ
- Wanderley Guilherme dos Santos (Professor, escritor), RJ
- Vanilda Pereira Paiva (Professora e escritora), RJ
- EDITORA CORTEZ, São Paulo
- JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro

Consultou-se também para obtenção de dados biográficos de Vieira Pinto, o Arquivo Público do Paraná. Entrevistamos pessoalmente o educador Paulo Freire (26/9/92), quando este na Universidade Estadual de Ponta Grossa, a convite do Projeto de Extensão “Redescobrimdo o Mundo”. Entrevistamos também, por telefone, um ex-aluno do ISEB, o Sr. Adolpho Mariano da Costa (19/11/92) que deram seu testemunho de convivência com o Mestre Álvaro Vieira Pinto.

### 3 - Método

Os materiais obtidos das diversas fontes foram submetidos a criteriosa análise e classificação.

Estas fontes proporcionaram ao pesquisador uma grande quantidade de dados que foram úteis para o trabalho de pesquisa, que sustentou-se na análise documental.

Este método de investigação foi empregado pelo fato de que guarda estreita similitude com a investigação histórica - área da pesquisa desenvolvida.

Estudando obras de diversos autores foi possível obter-se os diferentes tipos de conceitos e informações que se incluíam. Na abrangência da pesquisa: dados biográficos, histórico do ISEB, contribuições pedagógicas de Vieira Pinto.

O estudo de todas as obras de Vieira Pinto, permitiu a análise do desenvolvimento do pensamento filosófico do autor e a constatação da grandiosidade de sua obra, bem como da sua trajetória intelectual e idéias pedagógicas.

A consulta a obras de outros autores, publicações do ISEB, artigos de periódicos e reportagens de jornais proporcionaram informações valiosas para a compreensão das tendências existentes e a realidade do período isebiano (1955-1964); a elaboração da bibliografia específica e complementar do ISEB; a coleta de afirmações de vários outros autores sobre a vida e obra do Professor Vieira Pinto.

As correspondências enviadas e telefonemas muito colaboraram para a obtenção de fotos, depoimentos e dados bio-bibliográficos de Álvaro Vieira Pinto. A atitude fundamental neste método foi, portanto, a demorada imersão em Biblioteca, pela consulta de fichários, anotações e reproduções de materiais. Ao lado desta tarefa, a redação de correspondências, a execução de telefonemas e o cuidadoso exame crítico do vasto material.

#### 4 - Dificuldades encontradas

##### 4.1 Em relação ao cronograma e carga horária:

No Projeto de Pesquisa inicial, o cronograma de execução foi idealizado para que a pesquisa fosse realizada apenas no ano de 1991, com carga horária de 6 horas/aula semanais. Apesar de um ano de intenso trabalho, tornou-se impossível concluir a pesquisa no prazo estipulado no cronograma. Face a esta dificuldade, solicitou-se a prorrogação do prazo de entrega do Relatório final, até 31 de agosto de 1992 sem carga horária. A prorrogação foi aprovada pelo Parecer CEPE nº 29/92, de 14/04/92 (Res. 09/92).

Este atraso justifica-se pelas seguintes razões:

1 - Os dados coletados e análises realizadas, indicaram uma riqueza de informações, numa abrangência muito superior ao que se previa.

2 - Algumas obras do filósofo não foram publicadas por editoras comerciais, o que dificultou o acesso imediato às mesmas. Para obtê-las, foi necessário solicitar a Bibliotecas que as possuíam em seu acervo.

3 - Após reunidas, iniciamos a leitura e análise criteriosa de cada uma e defrontamo-nos com outra dificuldade: algumas eram extensas e profundas e exigiu um tempo maior do que o esperado para a leitura, análise, resumo e acréscimo de comentários de outros autores sobre as obras.

4 - Houve morosidade no recebimento de respostas à correspondências enviadas, que solicitavam informações e materiais bibliográficos necessário ao desenvolvimento da pesquisa. Houve também o recebimento de respostas muito sintetizadas, que não corresponderam às necessidades.

5 - A obtenção de dados biográficos foi bastante morosa.

6 - No período destinado a pesquisa, uma série de outras atividades no âmbito da Instituição, também importantes, foram desenvolvidas pelo pesquisador: docência em cursos de capacitação, envolvimento em atividades extensionistas, coordenação de eventos, participação em seminários e cursos fora de Ponta Grossa, realização de disciplinas isoladas em Curso de Especialização e participação em um Curso de Especialização completo (Especialização em Alfabetização) e aulas fora da sede (Telêmaco Borba).

Tenho ciência de que isto não justifica o atraso do encerramento da pesquisa, porém o meu

envolvimento nestas outras tarefas eram também prioritários nestes momentos para a instituição, para a Unidade Departamental e para as minhas atividades acadêmicas e profissionais.

Uma parte da carga horária destinada à pesquisa no ano de 1991 e 1º semestre de 1992, precisou ser remanejada para o Plano de Alfabetização e Cidadania da UEPG e Projeto Redescobrimo o Mundo em virtude da expansão ocorrida neste período nestes projetos. Este remanejamento foi compensado no período final, porém sem destinação de carga horária.

#### 4.2 - Em relação à metodologia de análise:

As pesquisas que utilizam a análise documental como metodologia, oferecem alguns riscos, como o perigo de extrair conclusões inexatas, permitem encontrar informações nem sempre corretas e às vezes conflitantes, encontram-se textos com informações distorcidas, interpretações errôneas e verdades ocultadas.

Esta foi uma das dificuldades encontradas, pois muitos materiais selecionados para a pesquisa, apresentavam dados discordantes e algumas vezes totalmente divergentes. Para enfrentar esta dificuldade buscou-se utilizar de cuidadoso exame crítico para não considerar informações duvidosas.

A indagação epistolar à distância, ainda que completadas com contatos telefônicos e consulta a uma variedade de materiais bibliográficos, não dispensaria contatos pessoais (entrevistas e diálogos) para a obtenção de depoimento de colegas, ex-alunos e familiares. No entanto, o objetivo deste trabalho não foi o de aprofundar e estender-se demasiadamente no tema. Isto seria mais apropriado para uma dissertação ou tese. Não significa, portanto, que a pesquisa não tenha sido séria. Procurou-se manter o máximo de rigorosidade para não chegar à conclusões precipitadas ou errôneas.

#### 4.3 - Em relação às limitações do pesquisador

Não poderia deixar de ser considerado no arrolamento das dificuldades encontradas, a situação do pesquisador, ainda com reduzida experiência em pesquisa, principalmente na área da investigação histórica e análise documental. Todavia, a realização deste trabalho contribuiu de variadas formas para o enriquecimento e acumulação de experiência nesta área.

#### 4.4 - Em relação às condições institucionais

Como o eixo central da pesquisa baseava-se em consulta à diversas fontes bibliográficas, desde o início do trabalho percebeu-se que a Biblioteca Central da UEPG - BICEN não possuía muitas obras e periódicos que precisavam ser consultadas. Este fato exigiu que fossem efetuadas consultas a outras bibliotecas. A utilização do COMUT facilitou o acesso a vários textos não disponíveis na UEPG.

A falta de espaço apropriado para realização da pesquisa na própria Universidade (salas específicas) foi outra dificuldade encontrada.

A utilização do telefone da UEPG para contatos externos foi prejudicada durante a realização da pesquisa em virtude da morosidade para obter ligações e constantes interrupções nas ligações. A maioria das ligações foram feitas com ônus para o pesquisador.

Ao lado destas dificuldades institucionais, houve também o excelente atendimento por parte de funcionários da BICEN nas solicitações do COMUT, o apoio da Divisão de Pesquisa da PROPESP e a boa disposição das telefonistas.

Para que as pesquisas possam ser estimuladas e realizadas em melhores condições na UEPG, estas precisam ser melhoradas. Manifestamos a nossa esperança de que num futuro próximo estas situações se alterem.



## RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise do vasto material bibliográfico sobre Álvaro Vieira Pinto, anteriormente relacionado no item 2 da primeira parte deste relatório: A trajetória da pesquisa, permitiu a elaboração da “Reconstrução histórica” da vida e obra deste grande filósofo e educador brasileiro.

A primeira parte desta tentativa de “Reconstrução”, constitui-se dos dados biográficos. Ainda neste capítulo, apresentamos três listagens bibliográficas: uma das obras escritas por Vieira Pinto, outra de obras por ele traduzidas e a última formada por publicações existentes sobre este autor.

Esta bibliografia do Mestre Vieira Pinto, reveste-se de grande importância nos resultados do trabalho, pois reúne dados dificilmente encontrados em manuais, enciclopédias e dicionários filosóficos. Estes restringem-se, na maioria das vezes, à perspectiva meramente informativa: dados biográficos, influências sofridas, sùmulas de idéias principais e obras publicadas, geralmente com dados insuficientes e incompletos.

No caso de Álvaro Vieira Pinto, as obras e dicionários filosóficos, abordam superficialmente sua trajetória como filósofo e citam apenas as obras consideradas “mais importantes”. Em quase todas estas referências, percebe-se uma precariedade de informações, que não oferecem ao leitor uma visão mais totalizante da sua relevância.

No decorrer da realização da análise bibliográfica pudemos identificar, inclusive, algumas falhas em relação à data da publicação de obras, dados sobre a partida e retorno do exílio, bem como local de exílio. Identificou-se ainda em vários livros, enciclopédias e dicionários de filosofia, a omissão do título de obras escritas pelo filósofo, de grande significado para o seu pensamento. Por que os ricos não fazem greve? e El pensamiento crítico en demografía, por exemplo, raramente são citados nestes trabalhos.

A ausência de dados biográficos fez-se sentir nas Editoras Cortez e Paz e Terra que editam suas obras.

A partir destas constatações, podemos afirmar que este capítulo é o que maior contribuição dará para aqueles que desejam conhecer melhor este filósofo e educador.

Os resultados obtidos nesta área, serão encaminhados para as Editoras acima referidas, pois, segundo informações das mesmas, são a elas constantemente solicitados estes dados.

A segunda parte foi destinada a um breve histórico do ISEB (Instituto Superior de Estudos

Brasileiros), que parece confundir-se com a biografia de Álvaro Vieira Pinto, em virtude do seu significativo envolvimento com este órgão. No ISEB, o Professor Álvaro ocupou o cargo de Chefe do Departamento de Filosofia de 1955 a 1960, chegando a dirigi-lo de 1960 até a sua extinção em 1964, após o golpe militar.

Este histórico foi inserido, mesmo sem estar previsto no projeto inicial, com a finalidade de contextualizar o autor no período mais marcante de sua obra e pensamento. Foi neste órgão que ele produziu e publicou duas obras fundamentais: *Ideologia e desenvolvimento nacional* e *Consciência e realidade nacional*.

A preocupação central desta síntese histórica não foi a de analisar o mérito, ideologia ou postura filosófica, muito menos de estabelecer críticas, pois não faltaram críticas e análises do ISEB. Foi tema de quatro teses de doutorado, de uma dissertação de mestrado, de inúmeros artigos e comentários em livros sobre intelectualidade, cultura e pensamento filosófico brasileiro.

Em virtude do grande número de estudos encontrados sobre o ISEB, acrescentou-se ao histórico, uma bibliografia específica e complementar sobre a Instituição. Acrescentou-se também uma relação dos títulos dos *CADERNOS DO POVO BRASILEIRO*, publicados pela Editora Civilização Brasileira, em 1962 e 1963. Esta última relação foi organizada porque a maioria dos autores dos “Cadernos” eram professores do ISEB ou eram presenças constantes neste Instituto. A riqueza dos temas dos “Cadernos” indica que estes precisam ser retomados e analisados em trabalhos de pesquisa.

Na continuidade apresenta-se um resumo das sete obras e um artigo produzidos por Álvaro Vieira Pinto, seguidos de comentários sobre cada obra.

A quarta parte versa sobre as idéias pedagógicas contidas nas obras do autor. Pretendeu-se com esta iniciativa, agrupar idéias que encontram-se dispersas em suas obras.

Este é o capítulo que mais particularmente nos interessa, pois foi o ponto de partida da pesquisa e um dos seus objetivos: identificar a contribuição do pensamento do Professor Vieira Pinto para a educação brasileira. Representa ainda o coroamento dos esforços envidados na investigação.

A última parte, igualmente importante, reúne depoimentos de educadores e intelectuais que com ele conviveram ou que estudaram o seu pensamento. Estes depoimentos foram obtidos nas respostas de correspondências enviadas a diversas pessoas ou extraídas de afirmações expressas em publicações.

Como se trata principalmente de um estudo de conteúdos de idéias, não pudemos evitar a inclusão, no texto, de grande número de citações, sobretudo no capítulo 3, resumo das obras.

Com estes cinco capítulos, devidamente concatenados, pretende-se dar conta dos objetivos estabelecidos para a pesquisa, da melhor forma que nos foi possível atingi-los.

## **1 - Dados biográficos: a trajetória do “Mestre Brasileiro”**

*“O exilado vive uma realidade de empréstimo”*

(Álvaro Vieira Pinto)

Álvaro Borges Vieira Pinto nasceu em 11 de novembro de 1909, na cidade de Campos-RJ. Filho de Carlos Maia Vieira Pinto e Arminda Borges Vieira Pinto. Tinha mais três irmãos. Desde pequeno tinha paixão pelos estudos, tanto que com 15 anos de idade fez um laboratório de química dentro de um quarto nos fundos de sua casa e lá fazia reações químicas.

Realizou seus estudos iniciais no Colégio Santo Inácio no Rio de Janeiro, concluindo o curso secundário em 1926. Quando terminou os estudos no referido Colégio ficou um ano sem poder entrar na Faculdade, pois era muito jovem. Decidiu estudar Medicina, sendo aprovado no Concurso vestibular para a Faculdade Nacional de Filosofia, mesmo sem ter realizado nenhum curso preparatório.

Álvaro Vieira Pinto cursou Medicina com algumas dificuldades, tendo inclusive que lecionar num colégio para conseguir manter seus estudos. Formou-se em 1932 e tentou fazer clínica em Aparecida-SP, mas não obteve sucesso. Voltou para o Rio de Janeiro onde começou a trabalhar com Miguel Osório de Almeida, professor Honoris Causa das Universidades de Paris, Lyon e Argel, graças a suas pesquisas sobre o câncer. Entre os componentes da equipe esteve durante algum tempo, Álvaro Vieira Pinto.

Na época em que trabalhou neste laboratório, Álvaro escreveu uma série de 9 artigos sob o título “Estudos e pesquisas científicas” publicados nos números 1, 2, 3, 5, 6, 7 e 8 do ano de 1941 e nos números 12 e 14 do ano de 1942, todos dedicados as práticas científicas no Brasil.

No primeiro desses artigos, Vieira Pinto é apresentado pela Revista como “Professor na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil; ex-professor de Filosofia das ciências na

Universidade do Distrito Federal, médico e cientista, dedicado a estudos em laboratório, em grandes centros de investigação científica da Capital da República e trabalhando na Fundação Graffré e Guinle do Rio de Janeiro ... (Revista Cultura-Política, v. 1, n. 1, março de 1941).

Nestes artigos, Vieira Pinto propõe-se focalizar a evolução dos estudos e pesquisas científicas realizados no Brasil. No artigo inicial, salienta os avanços desta área, o estímulo e amparo que os novos cientistas brasileiros estavam encontrando nos Poderes Públicos, o esforço dos pesquisadores empreendido nestas pesquisas e a importância da pesquisa científica no Brasil. Sua sede de saber não se contentou com as demoradas e incertas descobertas de laboratório. Tomou os caminhos da teoria do conhecimento e com a tese “Ensaio sobre a dinâmica na cosmologia de Platão”, em 1950 conquistou a cátedra de História da Filosofia da Universidade do Brasil (atual UFRJ). A tese envolvia conhecimento de grego, filosofia e Matemática. Ocorreu o inesperado, pois o próprio candidato precisou, com grande dificuldade, constituir a Banca Examinadora. Os assuntos constantes da tese Álvaro sabia mais que os possíveis examinadores.

Na Faculdade Nacional de Filosofia, Álvaro, porém, já lecionava desde 1940, inicialmente ministrando cursos sobre lógica Matemática, sendo posteriormente nomeado professor adjunto em História da Filosofia.

Embora não tendo feito nenhum Curso de Filosofia completo, Álvaro conhecia esta área pois tinha estudado muito em livros e porque fez o curso de Filosofia no Colégio Santo Inácio com a duração de um ano.

Depois de vários anos na Faculdade Nacional de Filosofia, Álvaro foi estudar na Sorbonne, sentido lá o ambiente filosófico de Paris.

Na França (1949), Álvaro já tinha em mente o tema da tese, e lá realizou duas conferências sobre o tema, sendo na época bastante discutida e comentada. Recolheu material em Paris e elaborou a tese no Brasil, apresentando-a em 1951, quando prestou concurso e foi aprovado e nomeado professor catedrático.

Em função da sua atividade no Laboratório de Biologia, aprofundou seus estudos em Matemática e Física, pela necessidade de fazer-se competente no trabalho com o raio x.

Álvaro retornou ao Brasil em 1950, reassumindo a cadeira de História de Filosofia onde já era professor adjunto. Nesta mesma época interrompeu o trabalho no laboratório porque não concordou com a transformação deste em Instituição privada.

Na entrevista concedida a Dermeval Saviani e que faz parte da introdução de “Sete lições sobre educação de Adultos”, Álvaro explica que a orientação filosófica desenvolvida nos cursos era exclusivamente pragmática. Utilizava manuais da filosofia comum, idealista, mas sempre num nível superior e elevado. A partir de 1955, quando entrou para o ISEB, convidado por Roland Corbisier, Álvaro afirma ter passado para uma orientação mais objetivista, menos idealista, deixando de lado a forma clássica de ensinar História da Filosofia. Nesta mesma entrevista, Álvaro confirma que chegou a assumir posições existencialistas.

Vieira Pinto aceitou o convite de Corbisier para a chefia do Departamento de Filosofia do ISEB, após alguma hesitação, porque na mesma oportunidade recebeu o convite de Euryalo Canabrava para participar da elaboração de um dicionário filosófico.

Segundo Corbisier, Álvaro era um professor austero, cerimonioso, distante e extremamente rigoroso, que intimidava os alunos pela competência e severidade. Além da sua formação em Medicina e Matemática Superior e Filosofia (estudada no Colégio Santo Inácio) dominava várias línguas: o inglês, o francês e latim, aprendidas no Colégio Santo Inácio; o grego, o russo, o alemão, o espanhol e o italiano. Em 1964, quando esteve exilado na Iugoslávia estudou o servo-croata.

a partir de 1956, quando ministrou a aula inaugural do curso regular do ISEB com o tema “Ideologia do desenvolvimento nacional”, a biografia de Álvaro Vieira Pinto confunde-se com a História deste Instituto que passou a ser a sua vida<sup>2</sup>. Nesta aula inaugural, ministrada na presença do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, Vieira Pinto contribuiu para uma melhor interpretação da ideologia do desenvolvimento.

No ISEB Álvaro foi diretor do Departamento de Filosofia, de 1956 a 1960, chegando a dirigir o Instituto, no período de 1960 até seu fechamento pelo golpe militar de 64. No ISEB, Álvaro assistia as aulas de todos os outros professores: Inácio Rangel, Guerreira Ramos, Hélio Jaguaribe, Cândido Mendes de Almeida, Nelson Werneck Sodré e Roland Corbisier.

Passou assim a interessar-se mais ainda pelas ciências sociais, convertendo-se ao marxismo.

Convivendo assiduamente com colegas professores e com alunos do ISEB Vieira Pinto deixou de ser o professor severo, arredio e inabord vel para tornar-se cordial, paciente, acessível e sempre disposto ao diálogo.

---

<sup>2</sup> A aula inaugural foi publicada em 1956 pelo ISEB e reeditada várias vezes. O resumo desta publicação faz parte da análise da obra do autor neste mesmo trabalho.

Foi no ISEB que Álvaro escreveu as mais de mil páginas de “Consciência e realidade nacional”, considerada por Corbisier, a obra mais importante escrita no Brasil sobre o Brasil.

Após escrever CRN, publicou pela UNE “A questão da universidade”<sup>3</sup> que escreveu a pedido da UNE e que serviu de instrumento de luta da juventude brasileira na década de 60. Nesta obra, afirma que “não existe, por conseguinte, o problema da reforma universitária, mas o da reforma da sociedade, a qual se manifestará, num de seus aspectos, com o surgimento de nova espécie da universidade” (p. 97), fundamentando uma concepção mais ampla de universidade. Também no ano de 1962, publicou “Por que os ricos não fazem greve?”, obra extraordinariamente elucidativa sobre a relação capital-trabalho, que fez grande sucesso na época. Nenhuma obra de Vieira Pinto parece ser “datada” e esta, em especial, se fosse reeditada hoje estaria perfeitamente atual. Isto mostra a importância do pensamento do autor.

Em 1963, publica o artigo “Indicações metodológicas para a definição do subdesenvolvimento” na Revista Brasileira de Ciências Sociais.

Em 1964, a fúria do golpe do militar atingiu o ISEB, que teve sua sede invadida e posteriormente fechada. Em 13 de junho de 1964, Álvaro teve seus direitos políticos cassados.

Casa-se em 12 de junho do mesmo ano com Cida Fernandes que havia sido Secretária Geral do Iseb e, em outubro do mesmo ano, parte para a Iugoslávia onde instala-se em Split e Dubrovnik (Ragusa), no Mar Adriático. Na Iugoslávia, Álvaro estudou o servo-croata e em pouco tempo estava incorporando o novo idioma aos seus conhecimentos linguísticos, que facilitavam o acesso a notícias do Brasil pelos jornais. Apesar de estudar a língua, ficou totalmente inativo e em 1965, por sugestão de Paulo Freire, seguiu com a esposa para o Chile.

No Chile, em 1966, Álvaro realizou conferências<sup>44</sup> organizadas por professores do Ministério da Educação juntamente com Paulo Freire. Além das conferências e cursos para professores, Álvaro realizou trabalhos de tradução para o CELADE (Centro Latino americano de Demografia). Para este órgão, da ONU, Álvaro escreveu um livro sobre demografia. Para escrevê-lo, Vieira Pinto teve que estudar uma área para ele até então desconhecida. Ao dedicar a obra à Professora Carmen A. Miró, Diretora do Centro Latino americano de demografia, Álvaro Vieira Pinto destaca que a obra foi escrita por um professor de Filosofia e não por um demógrafo. Editado somente em espanhol, foi difundida

---

<sup>3</sup> A obra foi reeditada em 1986 pela Editora Cortez.

<sup>4</sup> O roteiro destas palestras constitui o livro Sete lições sobre educação de adultos, publicado em 1982 pela Editora Cortez. Esta obra encontra-se hoje em sua 7ª edição.

na América toda, mesmo no Brasil. Na entrevista concedida ao Professor Saviani em 1981, Álvaro afirma que “El pensamiento crítico en demografía”<sup>5</sup> é um livro de grande significado e importância para o seu pensamento. Neste mesmo trabalho, apresentamos um breve resumo sobre a obra, que não garante a apreensão da sua importância. O ideal seria que fosse traduzida e divulgada no Brasil, principalmente por referir-se ao tema numa perspectiva crítica, o que sem dúvida muito contribuiria para a elucidação de vários aspectos desta área.

Com esta obra percebe-se a grandiosidade do pensamento de Vieira Pinto, pela capacidade de refletir e escrever sobre áreas tão diversas, mas sempre com a clareza de pensamento e limpidez do estilo, peculiares em todas as suas produções.

Quando concluiu o livro, no ano seguinte (1967) a Diretora do CELADE ofereceu contrato para que o Professor Álvaro Vieira Pinto escrevesse outro livro. Foi neste período que escreveu “Ciência e existência”, que não interessou ao CELADE publicar. Sua publicação ocorreu em 1969 pela Editora Paz e Terra, após o retorno do filósofo e sua esposa ao Brasil.

Retornando ao Brasil em 8 de setembro de 1968, empenhava-se em manter-se isolado. Dedicou-se exclusivamente à tarefa de redigir novas obras e continuar outras, formando um conjunto de obras até agora inéditas. Entre estas encontram-se: Filosofia Primeira, vários volumes sobre “Tecnologia”. A educação para um país oprimido; Considerações éticas para um Povo oprimido; A sociologia do povo subdesenvolvido e A crítica da existência.

Na entrevista de 1981, Vieira Pinto afirmou que desejava que os jovens professores pudessem cuidar de suas obras e publicar o que merecesse ser publicado. O apelo de Vieira Pinto ainda não foi atendido e seguramente, as obras inéditas podem servir de base para os estudos atuais. A partir dos títulos sugestivos das obras inéditas, pode-se avaliar a importância do conteúdo das mesmas.

Após uma trajetória intelectual brilhante e produtiva, Álvaro Vieira Pinto morre aos 78 anos de idade, no dia 11 de junho de 1987.

A sua morte passou no mais injusto silêncio, pois foram poucos os que se deram conta que a filosofia brasileira perdia um dos seus maiores expoentes.

Dentre estes poucos encontramos o Professor Roland Corbisier que publicou no Jornal do Brasil o artigo intitulado “Morte de um sábio”, logo em seguida da morte do filósofo. Neste artigo,

---

<sup>5</sup> 5 - PINTO, Álvaro Vieira. El pensamiento crítico en demografía. Santiago do Chile: CELADE, 1973, 454 p.

Corbisier afirma que Vieira Pinto foi um dos poucos brasileiros que deram-lhe a impressão de genialidade e acrescenta que ele merecia o título de “sábio”.

Claudio Bojunga publicou também um artigo no Jornal do Brasil, lamentando a o silêncio da morte do filósofo, comentando o fato de que Vieira Pinto trocou a brilhante carreira acadêmica pela aventura de uma reflexão inédita e polêmica sobre o Brasil. Preferiu o “risco do fracasso à láurea gelada do reconhecimento universitário” (p. 10).

Bojunga refere-se no artigo a uma homenagem a Álvaro Vieira Pinto, realizada em 28/07/87 no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Participaram da homenagem ao Mestre Brasileiro os colegas Roland Corbisier, Nelson Werneck Sodré, Cândido Mendes de Almeida e Wanderley Guilherme dos Santos.

Nesta reunião, Corbisier disse que, ao desistir de realizar uma enciclopédia filosófica e aceitar o convite do ISEB, nascia um novo Vieira Pinto. A partir de “Ideologia e desenvolvimento nacional” (1956), tornou-se um dos principais ideólogos daquele Instituto.

Werneck Sodré prestou sua homenagem ao erudito que se transformou em sábio no momento em que se abriu à realidade política e social do país, desenvolvendo uma teoria da sociedade brasileira.

Wanderley Guilherme dos Santos falou de forma sucinta e emocionada sobre a importância das parentelas ideológicas e elogiou o rigor, a precisão e a disciplina de Vieira Pinto.

Cândido Mendes de Almeida abordou a obra de Vieira Pinto de forma filosófica. Em sua opinião, Álvaro “desafrancesou” o pensamento brasileiro, superou as grandes sínteses setoriais dos anos 30, tornou obsoletos os resquícios do estilo “*belle époque*”. Inscrevendo-se na linhagem de uma “ilustração real”, Álvaro Vieira Pinto teria teorizado a categoria do povo “para si”, formulando um nacionalismo que não era mais de classe.

Em dois artigos publicados na Revista Educação e Sociedade e na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Dermeval Saviani também prestou seu “tributo” a Vieira Pinto. Neste artigo, Saviani diz que o filósofo foi ao mesmo tempo profundo e erudito. Considerado como “uma das inteligências mais brilhantes já surgidas em nosso país, soube aliar a amplidão de erudição às responsabilidades do intelectual comprometido e identificado com as mais legítimas aspirações da sociedade brasileira”. (Educação e Sociedade, nº 27, p.149).

Diz Saviani que a morte do educador e filósofo “acontece em meio do desconhecimento senão



à indiferença da intelectualidade e da opinião pública em geral.” (op. cit. p. 149).

Com estes dados biográficos, entrelaçados com os aspectos mais importantes da evolução do pensamento de Vieira Pinto, esperamos contribuir para uma melhor compreensão da trajetória do filósofo, orientando os possíveis leitores.

Além deste objetivo, estes dados pretenderam reunir um maior número de dados sobre o filósofo que encontravam dispersos em vários textos.

Não distanciando-me do objetivo maior do presente trabalho que é o de colaborar na preservação da experiência educacional brasileira, na sequência deste texto apresento com maior detalhamento o resumo das obras de Vieira Pinto e os comentários e notas críticas que foram localizadas, as idéias pedagógicas do filósofo e educador brasileiro, um breve história do ISEB pela relevância da atuação do autor ainda a bibliografia de/sobre Álvaro Vieira Pinto.



Foto nº 1

Álvaro Vieira Pinto (à esquerda) com sua esposa Maria Aparecida e dois exilados brasileiros no Parque Kalemegdau - Iugoslávia, 1965.

Fonte: Foto cedida por Ernani Vieira Pinto.



Foto n 2 – Álvaro Vieira Pinto

Fonte: foto cedida por Ernani Vieira Pinto

## 1.1 - Bibliografia de Álvaro Vieira Pinto

- PINTO, Álvaro Vieira. Estudos e pesquisas científicas I. Cultura política, v. 1, n. 1, p. 265-267. 1941.
- \_\_\_\_. Estudos e pesquisas científicas 11. Cultura política, v. 1, n.2, p. 270-273. 1941.
- \_\_\_\_. Estudos e pesquisas científicas 111. Cultura, política, v. 1, n.3, p. 278-280. 1941.
- \_\_\_\_. Estudos e pesquisas científicas IV. Cultura política, v. 1, n.5, p. 286-288. 1941.
- \_\_\_\_. Estudos e pesquisas científicas V. Cultura política, v. 1, n. 6, p.292-294. 1941.
- \_\_\_\_. Estudos e pesquisas científicas VI. Cultura política, v. 1, n. 7, p. 309-311. 1941.
- \_\_\_\_. Estudos e pesquisas científicas VII. Cultura política, v. 1, n. 8, p. 284-286. 1941.
- \_\_\_\_. Estudos e pesquisas científicas VIII. Cultura política, v. 2, n.12, p.256-258.1942.
- \_\_\_\_. Estudos e pesquisas científicas IX. Cultura política. v, 2, n. 14, p. 238-239. 1942.
- \_\_\_\_. Ensaio sobre dinâmica cosmologia de Platão. Rio de Janeiro, Faculdade Nacional de Filosofia, 1950. (Tese para a cátedra de História da Filosofia, submetida à Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil).
- \_\_\_\_. Ideologia e desenvolvimento nacional. Rio de Janeiro: Iseb, 1956. 45 p.
- \_\_\_\_. Consciência e realidade nacional: a consciência ingênua. Rio de Janeiro: Iseb, 1960. 438 p. (1º volume).
- \_\_\_\_. Consciência e realidade nacional: a consciência crítica. Rio de Janeiro: Iseb, 1960. 639 p. (2º volume).
- \_\_\_\_. Por que ricos não fazem greve? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962. 118 p.
- \_\_\_\_. Indicações metodológicas 'para a definição do subdesenvolvimento. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, p. 252-279, jul. 1963. 32
- \_\_\_\_. Ciência e existência: problemas filosóficos da pesquisa científica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969. 537 p.
- CIVILIZAÇÃO e cultura. Revista Cultura Vozes, Petrópolis, v. 64, n. 6, ago.1970. Entrevista com A.V. Pinto. p.423-440.
- PINTO, Álvaro Vieira. El pensamiento crítico en demografía. Santiago do Chile: CELADE, 1973. 454 p.
- \_\_\_\_. Sete lições sobre educação de adultos. São Paulo: Cortez, 1982. 117 p.
- \_\_\_\_. A questão da universidade. São Paulo: Cortez, 1986.102 p.

## 1.2 - Bibliografia sobre Álvaro Vieira Pinto

### - Obras:

RODRIGO, Lidia Maria. O nacionalismo no pensamento filosófico: aventuras e desventuras da filosofia no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1988. 133 p.

ROUX, Jorge. Álvaro Vieira Pinto: nacionalismo e terceiro mundo. São Paulo: Cortez, 1990. 301 p.

### - Artigos:

BOJUNGA, Claudio. O risco de pensar. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1 ago. 1987. p. 10.

CORBISIER, Roland. Morte de um sábio. *Jornal do Brasil*, 5 jul. 1987. p. 9.

COSTA, J. Silveira da. Ética e ideologia do desenvolvimento em Álvaro Vieira Pinto. *Revista Brasileira de Filosofia*, São Paulo, v. 26, n. 146, p. 125-139, abr.-jun. 1987.

DEBRUN, Michel. O problema da ideologia do desenvolvimento. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Belo Horizonte, v.2, n. 2, p. 237-279, jul. 1962.

GUIMARÃES, Aquiles Côrtes. A questão da consciência em Álvaro Vieira Pinto. *Revista Brasileira de Filosofia*, São Paulo, v.26, n. 146, p. 125-139, abr.-jun. 1987.

GUIMARÃES, Aquiles Côrtes. Verdade e consciência em Álvaro Vieira Pinto. *Revista Filosófica Brasileira*. Rio de Janeiro, v.3, n.1, p. 106-112, jul.1986.

KONDER, Leandro. Consciência e realidade nacional (crítica). *Revista Estudos Sociais*, n. 12, p. 504-50, 1962.

LEBRUN, Gérard. A “realidade nacional” e seus equívocos. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n. 44, p. 42-62, nov./dez. 1962.

LIMA VAZ, Henrique C. Consciência e realidade nacional. *Revista encontros com a civilização brasileira*, Rio de Janeiro, v. 4, p. 68-81, out. 1978.

\_\_\_\_\_. Consciência e realidade nacional. (Resenha) *Revista Síntese*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 14, p. 92-109, abr./jun. 1962.

RESENHA - Sete lições sobre educação de adultos - Álvaro Vieira Pinto. *Em aberto*. Brasília v.2,

n.16, p.25-32, jun.1981.

RODRIGO, Lidia Maria. Sete lições sobre educação de adultos (re senha). Veredas. Revista da PUC-SP, São Paulo, n.101, p. 259-260. 1982.

ROUX, Jorge. Álvaro Vieira Pinto: educação o projeto nacional. Revista Educação Municipal, São Paulo, v.2, n.5, p. 63-80, nov. 1989.

SAVIANI, Dermeval. Gilberto Freyre e Álvaro Vieira Pinto. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 68, n. 159, p. 277-278, maio/ago. 1987.

SAVIANI, Dermeval. Tributo a Álvaro Vieira Pinto. Revista Educação & Sociedade, São Paulo, v. 9, n. 27, p. 147-149, set. 1987.

VITA, Luis Washington. Ideologia e desenvolvimento nacional. Revista Brasileira de filosofia, São Paulo, v. 8, n. 31, p. 385- 386. jul.-set. 1953.

Consciência e realidade nacional. Revista Brasiliense, São Paulo, n. 41, 1962.

Consciência e realidade nacional (Resenha). Revista Brasileira de Filosofia, São Paulo, v. 12, n. 45, p. 102-108, jan.mar. 1962.

### 1.3 – Traduções

CLARKE, Arthur Charlos. Perfil do futuro. Petrópolis: Vozes, 1970. 257 p. (tradução de A. V. Pinto).

JASPERS, Karl. Razão e anti-razão em nosso tempo. Rio de Janeiro ISEB, 1958. 87 p. (tradução de A. V. Pinto).

SMULEVICH, Boleslav Iakovlevich. Criticas de las teorías y la política burguesas de la población. Santiago de Chile: CELADE, 1971. 483 p. (tradução de A. V. Pinto).

## 2 - O ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros): e a sua história (1955 - 1964)

O ISEB foi criado em julho de 1955, no governo Café Filho quando Candido Mota Filho ocupava o Ministério da Educação, e extinto em 13 de abril de 1964 pelo Decreto nº 53.884 assinado por Paschoal Ranieri Mazzili que respondia, provisoriamente, pela Presidência da República, após a deposição de Goulart.

Segundo Jaguaribe (1979), o ISEB teve como antecessores imediatos o grupo de “5ª Página” que mantinha em 1949 o equivalente a um suplemento cultural na quinta página do Jornal do Comércio, aos domingos. Os antecessores imediatos foram o “Grupo de Itatiaia” e o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política - IBESP.

O Grupo de Itatiaia tornou-se conhecido por essa designação pelo fato de que seus integrantes se reuniam na Sede do Parque Nacional de Itatiaia, no último fim de semana de cada mês, a partir de 1952. O grupo era formado por intelectuais do Rio de Janeiro e São Paulo. Os estudos e debates do grupo se orientavam no sentido de tentar uma integração entre uma compreensão geral da problemática sócio-cultural da época e uma compreensão econômica, social, cultural e política da realidade brasileira. A experiência do Grupo de Itatiaia estava marcada pela dicotomia de enfoque e de tendências ideológicas diversas. O resultado foi o de se configurar, para o grupo carioca, a necessidade de dar maior sistematicidade a esses estudos, através da criação de um centro de caráter permanente.

Assim, em 1953, os cariocas do Grupo de Itatiaia fundaram O IBESP (Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política) tendo como Secretário Geral Helio Jaguaribe e do qual fizeram parte os economistas e sociólogos (Cândido Mendes, Guerreiro Ramos, Oscar Lorenzo Fernandez, Israel Klabin, Ignácio Rangel, José Ribeiro Lira, Cleantho de Paiva Leite, Cid Carvalho, Fabio Breves, Ottolmy Strauch, Heitor Lima Rocha, Helio Jaguaribe). Dos paulistas do grupo de Itatiaia, somente Roland Corbisier entrou para o Novo Instituto.

O IBESP manteve, de 1953 a 1955, uma intensa atividade intelectual, organizando cursos e conferências, publicando textos e editando 5 números da Revista Cadernos do Nosso Tempo (de 1953 a 1956). Essa revista visava a elaborar um “diagnóstico da sociedade brasileira e a fazer reconhecer a urgência de uma planificação econômico-social e, desse modo, da racionalização do aparelho do Estado”.

Os intelectuais do IBESP não pretendiam ser “pensadores” como os do passado, que acreditavam na eficácia das idéias, tampouco militantes políticos. Para Simon Schwartzman, em seu

prefácio à reedição de alguns artigos de “Caderno do Nosso Tempo”, pela primeira vez, “um grupo intelectual se propõe a assumir a liderança na política nacional por seus próprios meios” (Schwartzman, 1979, p. 4).

Apesar de contar com o apoio do Ministério da Educação (instalações para cursos e ajuda financeira para a revista), o crescente peso econômico que recaía sobre o grupo, ameaçava tornar inviável a iniciativa. Segundo Jaguaribe (1979, p.95), foi a partir desta dificuldade que se decidiu encontrar uma forma pública para o Instituto. A oportunidade apresentou-se quando o Ministro da Educação Antonio Balbino e Gilberto Amado, Chefe de Gabinete do Ministro, aceitaram a idéia de constituir um equivalente brasileiro ao *Collège de France* ou, em termos latino-americanos, ao Colégio de México.

Após a morte de Getúlio Vargas e sua substituição provisória por Café Filho, que designa Ministro de Educação o professor Candido Motta Filho, a iniciativa parece ficar comprometida. O novo ministro, porém, resolve dar continuidade ao projeto de criação do “Colégio do Brasil”, surgindo, no âmbito do Ministério da Educação, por Decreto Presidencial de julho de 1955, um conjunto de atividades de estudo e ensino, com plena autonomia de pesquisa e de cátedra, sob a denominação de Instituto Superior de Estudos Brasileiros - ISEB.

No ISEB, reencontraram-se a maioria dos membros do IBESP, o qual recrutou ÁLVARO VIEIRA PINTO, na Faculdade de Filosofia para integrar o Novo Instituto. A direção foi atribuída a Roland Corbisier e foram criados os Departamentos de Filosofia, História, Economia, Sociologia e Ciências Políticas, colocados, respectivamente sob a responsabilidade de Álvaro Vieira Pinto, Cândido Mendes, Ewaldo Correia Lima, Guerreiro Ramos e Hélio Jaguaribe.

Segundo Sodré (1978, p. 14), essa composição “ampla e heterogênea refletia o desejo do grupo de Itatiaia de realizar a mobilização da *intelligentsia* brasileira, ou daquilo que supunha vir a ser a tal, para, sob sua direção, formular um pensamento político que, na falta de um melhor nome, se batizou então de “ideologia do desenvolvimento”.

O ISEB era dirigido por um colegiado, o Conselho Curador, que foi integrado inicialmente por Anísio Teixeira, Ernesto Luiz de Oliveira Junior, Helio Brugos Cabral, Helio Jaguaribe, José Augusto de Macedo Soares, Nelson Werneck Sodré, Roberto Campos e Roland Corbisier.

O ISEB iniciou suas atividades no mesmo ano de sua constituição, com um curso de “Introdução aos Problemas Brasileiros”. Funcionou, inicialmente, no edifício do próprio Ministério, usando o auditório para suas classes, enquanto o prédio em que o abrigaria, a partir de 1957, na Rua

das Palmeiras, 55, em Botafogo passava pelos reparos destinados a adequá-lo às necessidades da Instituição.

O prédio da Rua da Palmeiras - uma bela casa colonial, cercada por um bonito parque - abrigou o Instituto até a sua dissolução em 1964. Neste prédio funciona hoje o “Museu do Índio” (Foto 1).

Em 1956, com o início do Governo Kubitschek, o ISEB alcançou nova etapa, com suas atividades mais estáveis, sua estrutura mais firme.

Nesse mesmo ano, o ISEB lançou o seu livro inaugural: “Introdução aos problemas brasileiros”, reunião de conferências pronunciadas no segundo semestre de 1955, em curso que levava aquele nome. A obra reunia as conferências de Guerreiro Ramos, Alexandre Kafka, Ewaldo Correia Lima, Rômulo de Almeida, Djacir Meneses e Temístocles Cavalcanti, Roland Corbisier, Roberto Campos e Nelson Werneck Sodré, marcando a heterogeneidade inicial do ISEB.

Em março de 1957, a direção do ISEB programou uma série de conferências a serem realizadas em São Paulo, em maio, sob o patrocínio do Centro e da Federação das Indústrias. Além de Vieira Pinto, apresentaram conferências Nelson W. Sodré, Corbisier, Guerreiro Ramos, Cândido Mendes, Helio Jaguaribe e outros. As conferências constituíram grande sucesso, com larga repercussão na imprensa, por força do prestígio da Federação das Indústrias, que assegurava inclusive, a publicação dos textos em jornais. Houve reação da Imprensa, com publicações em tom crítico sob o Instituto e sobre o conteúdo destas conferências.

Em 1958, ocorreu uma primeira crise no Instituto ISEB, após a publicação de um livro de Helio Jaguaribe, “O nacionalismo na atualidade brasileira”, onde se afirmava o temor de que um nacionalismo mal interpretado se tornasse um obstáculo à definição de uma política “racional e eficaz” e à necessidade do recurso aos investimentos estrangeiros. As opiniões sobre o livro de Jaguaribe foram distintas dentro do ISEB. Guerreiro Ramos e Álvaro Vieira Pinto combateram asperamente o conteúdo do livro, Cândido Mendes e Werneck Sodré discordaram também de algumas teses.

Esta crise provocou o desligamento de Jaguaribe, que além de professor dos Cursos Regulares, era membro do Conselho Curador e dirigia o Departamento Ciência Política. No processo de seu desligamento, tiveram importante papel as críticas oriundas do movimento estudantil - UNE. Nesta cisão, Nelson Werneck Sodré manifestou-se favorável ao pluralismo teórico dentro do ISEB.

Com Helio Jaguaribe, deixaram o ISEB os que não haviam acompanhado na crise, Roberto



Campos, Anísio Teixeira e Helio Ewaldo Correia Lima deixou o Departamento de Economia. No mesmo ano de 1958, desligava-se da Instituição Alberto Guerreiro Ramos, até então, chefe do Departamento de Sociologia.

Em 1959 são alterados alguns artigos do Regimento Geral do ISEB (Decreto Federal nº 45.811), ficando extinto o Conselho Consultivo, o Conselho Curador passou a ter poderes apenas administrativos e o poder real passou à congregação, constituída pelos professores responsáveis pelos Departamentos, assumindo integralmente a direção de política cultural (anteriormente delegada ao Conselho Curador), passando esta Congregação a ter influência decisiva na orientação ideológica da Instituição.

O Conselho Curador do ISEB passou a ser constituído por Clóvis Salgado (Ministro da Educação), Dario Cavalcanti de Azambuja, Eurico Costa Carvalho, Hermes Lima, José Leite Lopes, Tancredo de Almeida Neves e Roland Corbisier que permanecia na direção. O Departamento de política passou a ser chefiado por Cândido Mendes de Almeida e Júlio Barbosa, o de Sociologia; Ezio Távora dos Santos, o de Economia; Nelson Werneck Sodré, o de História e o de Filosofia continuou sob a responsabilidade de Vieira Pinto.

O novo decreto de 1959 instituíam também novos serviços: estudos e pesquisas, a cargo de Gilberto Paim; Cursos e conferências, a cargo de Alberto Latorre de Faria; publicações, a cargo de Célio Lira; Divulgação, a cargo de Souza Lima.

Neste período (1960) muda o tipo de público mobilizado pelo ISEB. As forças Armadas deixam de mandar alunos e os estagiários passam a ser recrutados sobretudo no meio estudantil, Associações profissionais e Ministério do Trabalho e Previdência. Aumentam os contatos do ISEB com a Frente Parlamentar Nacionalista, com os sindicatos e com os militares nacionalistas, sobretudo através da ampliação do número de Cursos extraordinários e conferência desenvolvidas pelo Instituto. Em contrapartida, as campanhas da imprensa contra o ISEB tornaram-se cada vez mais intensas.

Para Corbisier, o ISEB neste período passa a ser um organismo dedicado a participar do que se pode denominar de “revolução brasileira”.

Este período foi também marcado por um envolvimento cada vez mais intenso nas manifestações políticas daquela conjuntura. Em 1960, diversos professores do ISEB apoiaram a candidatura à presidência do Marechal Lott, apoiado pelos nacionalistas contra Jânio Quadros. Nesse mesmo ano Roland Corbisier, Cândido Mendes e Latorre de Faria candidatam-se a Deputado pelo PTB para a Assembléia do Estado de Guanabara, sendo eleito apenas Corbisier.

Cândido Mendes candidata-se à sucessão na diretoria do ISEB, porém seu nome não foi bem aceito, principalmente pela UNE. O Ministro da Educação designa assim, Álvaro Vieira Pinto para assumir o cargo. Com a nova gestão, o ISEB passa a contar com novos professores e assistentes, como Osny Duarte Pereira, Wanderley Guilherme dos Santos, Carlos Estevam Martins, Helga Hoffman, Pedro Uchoa e Carlos Lessa. São os temas relacionados com as reformas de base que ganham proeminência tanto nos cursos regulares, quanto nos cursos extraordinários.

Em 1961, o ISEB participa na “campanha pela legalidade”, em 1962, na luta pelo Presidencialismo. Os professores do ISEB publicam um folheto esclarecedor intitulado “Por que votar contra o Parlamentarismo no plebiscito?”, quando da campanha pela realização de plebiscito que liquidou, por maioria esmagadora, a vigência do regime parlamentarista.

O ISEB ingressa em uma nova etapa quando sua atividade assume um caráter explicitamente político ao lado de esquerda radical. Privado do seu financiamento essencial, o Instituto reduziu suas atividades de ensino e publicações e participa da redação de diversas publicações dos “Cadernos do Povo Brasileiro”, publicados pela Editora Civilização Brasileira entre 1962 e 1963, que visavam colocar, em linguagem simples, as grandes questões do momento ao “alcance” do povo. Álvaro Vieira Pinto escreveu “Por que os ricos não fazem greve?”, Nelson Werneck Sodré: “Quem é o povo no Brasil?”, Osny Duarte Pereira: “Quem faz as leis no Brasil?”, Wanderley Guilherme dos Santos “Quem dará o golpe no Brasil?”, cujos autores, em grande parte, pertenciam aos quadros do ISEB ou são presenças frequentes no Instituto.

O ISEB exerceu influências sobre os Centros Populares de Cultura (CPCs) tendo Carlos Estevam Martins, professor do Instituto, redigido o Manifesto do Centro Popular de Cultura.

Outra publicação que leva a marca do ISEB em seu último período foi “História Nova do Brasil”, constituída de cinco monografias, publicadas pelo Ministério da Educação em março de 1964, que foi escrita por membros do Departamento de História do ISEB, sob a orientação de Nelson Werneck Sodré.

O objetivo da referida publicação, que pretendia atingir dez volumes, era a de permitir uma renovação dos estudos de História no nível médio, ampliando as perspectivas desta área de conhecimento. Após o Golpe Militar, “História Nova” foi uma das obras mais apreendidas, tendo sido Nelson Werneck Sodré, preso e interrogado sobre esta publicação (e também sobre o ISEB). Posto em liberdade, Sodré prossegue no lançamento de História Nova do Brasil, pela Editora Brasiliense, lançando em março de 1965, o 1º e o 4º volumes, que foram apreendidos novamente. Os

co-autores de “História Nova”, Mauricio Martins de Mello, Pedro Alcântara Figueira e Joel Rufino dos Santos, foram presos e interrogados em Inquéritos Policiais Militares (IPMs).

A última publicação oficial do ISEB foi “Introdução ao estudo das contradições sociais no Brasil”, de Wanderley Guilherme que na época dirigia o Departamento de Filosofia.

Após o golpe militar de 64, a sede do ISEB foi invadida e depredada<sup>6</sup> (5) e o Instituto extinto oficialmente pelo Decreto nº 53.884 de 13 de abril de 1964, assinado por Ranieri Mazzili.

Werneck Sodré (1978) narra que à extinção, houve muitos antecedentes: a campanha contra o ISEB desenvolvida de 1961 a 1963 com inúmeras publicações em jornais que apontavam severas críticas às atividades e idéias oriundas deste Instituto.

Caracterizado como “subversivo”, instaura-se sobre o ISEB um Inquérito Policial Militar (IPM), que teve duas fases: na primeira tratou-se especialmente daquela Instituição de Cultura. Na segunda, envolveu três ex-Presidente da República, ex-Ministros da Educação, parlamentares, professores, escritores, cineastas, teatrólogos, estudantes, dirigentes sindicais, editores, advogados, enfim um grande grupo de pessoas que estiveram ligados ao ISEB. O IPM do ISEB atingiu dimensões gigantescas<sup>7</sup> e nele dois pontos mereceram especial atenção: a publicação pelo ISEB de folheto esclarecedor na campanha pela realização do plebiscito “Presidencialismo – Parlamentarismo” e o fato de ter o ISEB realizado cursos e conferências em entidades civis, estudantis e sindicais. Sobre este aspecto, Sodré (1978, p. 68) complementa: “Era pecaminoso fazê-lo, era mesmo altamente comprometedor, atingir limites subversivos particularmente porque ensinávamos a estudantes e operários”.

Este Instituto foi definido em seu Regulamento Geral, como “um centro de altos estudos políticos e sociais de nível pós-universitário que tem por finalidade o estudo, o ensino e a divulgação das ciências sociais notadamente da sociologia, da História, da Economia e da política, especialmente com o fim de aplicar as categorias e os dados dessas ciências à análise e compreensão crítica da

---

<sup>6</sup> Sobre a invasão no ISEB, Sodré comenta que o Instituto foi invadido e depredado em 12 de abril de 1964 onde o “cenário de vandalismo foi completo: rasgaram livros e quadros estriparam poltronas, quebraram mesas e cadeiras, arrombaram portas e gavetas, subtraíram livros e carregaram tudo aquilo que poderia servir de informação de vastíssima conspiração comunista, orientada diretamente por Moscou, que se pretendeu depois provar ter ali sede. (...) De contrapeso, os saqueadores levaram para o DOPS (Delegacia de Ordem Social e Política) os três funcionários do ISEB ali encontrados: o copeiro, o zelador e o contínuo. Permaneceram ali 40 dias. Mario Lago os encontrou e conta, em seu excelente livro, como os viu. Foram postos em liberdade sem serem interrogados. Não saberiam o que responder. Até hoje, no olhar desses homens, permanece a singular nota do espanto que sofreram” (Sodré, 1986, p.122).

<sup>7</sup> Sobre o IPM do ISEB, são altamente esclarecedoras as obras do isebiano Nelson Werneck Sodré: A verdade sobre o ISEB (Avenir, 1978) e Memórias de um soldado (Civilização Brasileira, 1967).

realidade brasileira, visando a elaboração de instrumentos teóricos que permitam o incentivo e a formação do desenvolvimento nacional.” (Art. 12 - Regulamento Geral do ISEB - Decreto nº 37.068 de 14.07.55).

Para alcançar esses objetivos, claramente definidos no Decreto que o criou, o ISEB realizou estudos e pesquisas, cursos e conferências, editou obras nacionais e estrangeiras. Roland Corbisier em uma entrevista de 1957, esclareceu que “não se pretende ensinar as ciências sociais da mesma maneira e com as mesmas intenções com que são ensinadas em nossas escolas e Faculdades. (...) Nesta tarefa, procuramos compreender o processo histórico e social de nosso país dos diferentes pontos de vista e se diagnosticar seus problemas, porque entendemos que a formulação desse diagnóstico é a condição indispensável à formulação de uma política nacionalista”. Afirmou ainda nesta entrevista que o ISEB estava longe de ser um “órgão acadêmico”, é um instrumento de luta, de combate. Estamos empenhados na liquidação do colonialismo, conscientes de que o desenvolvimento econômico não se poderá fazer de maneira adequada, coerente e orgânica, com o máximo de aproveitamento de todos os recursos disponíveis, se não for assistido por um pensamento claro e objetivo, pois “sem a teoria do desenvolvimento, não haverá desenvolvimento”. (Entrevista transcrita no livro de Roland Corbisier, “Autobiografia Filosófica”, 1978, p. 273 -274).

O ISEB apareceu como uma gigantesca estrutura cultural, destinada a reformar a nação, na visão de muitos. Na visão de outros, foi uma entidade “perniciosa”, “subversiva”, que precisava ser destruída.

Em sua existência curta, porém marcante, o ISEB, através de suas conferências, cursos e publicações, exerceu forte influência na ampliação da compreensão da realidade brasileira, numa visão totalizante e crítica, que não ficou restrita aos elementos que envolveram-se mais diretamente.

Em virtude da sua importância para o período 55-64 e seguintes, o ISEB vem sendo estudado por historiadores e pesquisadores na Europa e no Brasil.

Em razão destes inúmeros estudos, e entre eles destacam-se quatro teses de doutorado: TOLEDO (1974), DEBERT (1986), ABREU (1975), PIRES (1987) e uma dissertação de mestrado (MARINHO, 1986), Acrescentou-se a este histórico, referências bibliográficas específicas e complementares sobre o ISEB.

Na vasta análise destes diferentes autores a luta ideológica, os alicerces filosóficos das elaborações dos isebianos, o papel e função do ISEB, as fases (momentos históricos) pelo qual passou no decorrer de sua existência, parecem ter sido contemplados nas diferentes análises. Percebe-se

nestas análises, que um dos aspectos mais polêmico foi o das “fases” ou momentos históricos do ISEB, que recebeu diferentes caracterizações, às vezes conflitantes<sup>8</sup>. Igualmente diversificadas situam-se as posições dos críticos dos estudos que os alicerces filosóficos da “ideologia isebiana”, tais como os de Franco (1978), Chauí (1983), Paiva (1980) e Marinho (1986).

Não se pode perder de vista que o objetivo desta síntese da história do ISEB é situar ÁLVARO VIEIRA PINTO no contexto da Instituição onde atuou desde a sua criação e que dirigia na época da sua extinção. Foi no ISEB que ele produziu duas obras de grande importância para o seu pensamento: *Ideologia e Desenvolvimento Nacional* (1956) e *Consciência e Realidade Nacional* (1960). Neste período escreveu também *A questão da Universidade* (1962) e *Por que os ricos não fazem greve?* (1962), que apesar de não serem publicadas pelo ISEB, foram influenciadas pelas discussões que lá ocorriam e pela concepção filosófica que norteou a entidade neste período.

Finalizando este capítulo, recorro a PÉCAUT (1990, p. 140-141) que, ao analisar o destaque social dos intelectuais isebianos, ao longo da existência da Instituição, afirma que

“Eles acompanharam a opinião pública em suas metamorfoses, fazendo-se arautos do paradigma nacional que prevalece a cada momento. Colocaram em cena Povo e Poder, Nação e Progresso, Desenvolvimento e Unidade Política, Consciência imanente da história e Revolução, Ciência e Ideologia. Identificaram-se com cada uma dessas entidades e acreditaram no seu próprio poder de integrá-las.

Lançaram uma ponte entre os pensadores de 1930 e os intelectuais engajados modernos. Dos primeiros, assimilaram a nostalgia da unidade social; dos segundos, a convicção de que as marcas da condição social particular dos intelectuais devem ser apagadas na solidariedade com as classes fundamentais. Em lugar da organização, colocaram o desenvolvimento. Substituíram a escolha corporativista pela opção em favor das forças progressistas. Ao status de elite dirigente, que conseguiram colocando-se na posição do poder, acrescentaram o de elite esclarecida, porta-voz do povo.

Posicionaram-se, enfim, na confluência entre os três principais modos de constituição da política no Brasil: tal como Roland Corbisier, assumiram por vezes o modo que se funda na especificidade da “cultura brasileira”, como Álvaro Vieira Pinto, contribuíram para definir a política como processo de autocriação do povo a partir das virtualidades nele contidas, com Nelson Werneck Sodré e os isebianos da terceira fase, aderiram também aos esquemas marxistas, segundo os quais o fenômeno político se manifesta nas interferências entre as classes e o Estado. São três possibilidades de leitura. Sobre elas pode-se indagar se não anulam, cada qual à sua maneira, a dimensão própria do fenômeno político; elas formam porém os eixos em torno dos quais a política intelectual continuaria a se organizar”.

---

<sup>8</sup> As fases ou momentos históricos foram diversamente tratados por Jaguaribe (1979), Toledo (1982) e Pécaut (1990) além de outros estudiosos do ISEB.



Foto 2 - Museu do Índio

Rua das Palmeiras, 55 - Rio de Janeiro

(Prédio onde funcionou o ISEB no período de 1957 a 1964)

Fonte: Museu do Índio - Foto Lamônica



Foto 3 - Museu do Índio - RJ

Fonte: Museu do Índio - Foto Lamônica



Foto 4 - Museu do Índio - RJ

Fonte: Museu do Índio - Foto Lamônica



## 2.1 - Bibliografia específica sobre o ISEB

ABREU, Alzira Alves de. Nationalisme et action politique au Brésil: une étude sur ISEB. Université René-Descartes, Paris V, 1975. (Tese de doutoramento). 303 p.

ALCÂNTARA, Brás de. ISEB, comunista? Revista Católica de Cultura Vozes. Rio de Janeiro, v. 53, n.12, p.936-943, dez. 1959.

BARBOSA, Júlio. IESG e ISEB- ainda uma ligação perigosa. Jornal da Tarde, 25/08/1979.

DEBERT, Guita Grin. A política do significado no início dos anos 60: o nacionalismo no Instituto Superior de Estudos Brasileiros-(ISEB) e na Escola Superior de Guerra (ESG). São Paulo, 1986. 461 p. (Tese de doutorado - USP).

FRANCO, Maria Sylvia C. O tempo das ilusões. Ideologia e mobilização popular (co-autoria com Marilena Chauí). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p.151-209.

Fundação Getúlio Vargas. Dicionário histórico-biográfico brasileiro: 1930-1983. v.2. p. 1617-1619.

JAGUARIBE, Hélio. ISEB - um breve depoimento e uma reapreciação crítica. Cadernos de opinião. Rio de Janeiro, v.14, p.94-110, out-nov. 1979.

LAMOUNIER, Bolívar. O ISEB: notas à margem de um debate. Discurso, n.9, Ed. Ciências Humanas, São Paulo, 1979.

MARINHO, Luiz Carlos de Oliveira. O ISEB em seu momento histórico Rio de Janeiro, UFRJ, Departamento de Filosofia, 1986. 169 p. (Dissertação de Mestrado em Filosofia).

PIRES, Cecília Maria Pinto. A questão do nacionalismo. Rio de Janeiro, 1987. 176 p. (Tese de Doutorado) - UFRJ. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais - Departamento de Filosofia).

PEREIRA, Osny Duarte. O ISEB, o desenvolvimento e as reformas de base. Revista Brasiliense, São Paulo, n. 47,1963.

SODRÉ, Nelson Werneck. A verdade sobre o ISEB. Rio de Janeiro: Avenir, 1978. 69 p.



SODRÉ, Nelson Werneck. História da história nova. Petrópolis; Vozes, 1986.148 p.

SODRÉ, Nelson Werneck. História do ISEB. In: Temas de Ciências Humanas.v.1,2 e 4. São Paulo: Grijalbo, 1977.

SODRÉ, Nelson Werneck. Memórias de um soldado. Rio de Janeiro Civilização Brasileira, 1967.

TOLEDO, Caio Navarro de. ISEB: fábrica de ideologias. São Paulo: Ática,1982. 195 p.

VILAÇA, Antônio Carlos. ISEB. Revista Católica de Cultura Vozes, Rio de Janeiro, v.53, n.12, p. 943-944, dez. 1959.

## 2.2 - Bibliografia Complementar sobre o Iseb

BENEVIDES, Maria Vitória de Mesquita. O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. p. 241-243.

CHAUÍ, Marilena. Seminários. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 65-68.

CORBISIER, Roland. Autobiografia filosófica: das ideologias à teoria da práxis. Rio de Janeiro: 1978. p.94-105 e 273-275.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. Mito e verdade da revolução brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1963. 218 p.

LACERDA, Carlos. Discursos parlamentares. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982. p. 579-581 e 777.

LEMME, Paschoal. Memórias: reflexões e estudos sobre Problemas da educação e ensino. São Paulo: Cortez/INEP, 1988.v. 3. p. 129-133.

MORAES, Denis de. A esquerda e o golpe de 64. Rio de Janeiro: Espaço e tempo, 1989. p. 51-53 e 305-307.

MOTA, Carlos Guilherme. Ideologia da cultura brasileira: pontos de partida para uma revisão histórica. São Paulo: Ática, 1977. p. 157-173.

PÉCAUT, Daniel. Os intelectuais e a política no Brasil. Ática: 1990, p. 107-152.

RODRIGO, Lidia Maria. Q nacionalismo e o pensamento filosófico: aventuras e desventuras da filosofia no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1988. 133 p.

SAVIANI, Dermeval. Educação e questões da atualidade. São Paulo Cortez, 1991. p. 68, 69.

SODRÉ, Nelson Werneck. História e materialismo histórico no Brasil. São Paulo: Global, 1985. p. 76-84.

SODRÉ, Nelson Werneck. História da história nova. Revista Civilização Brasileira. v. 1, n. 3, p. 27-40.

SCHWARTZMAN, Simon. O pensamento nacionalista e os cadernos do nosso tempo. Brasília: UNB, 1979. p. 3-6.

TREVISAN, Maria José. Anos 50: os empresários e a produção cultural. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 8, n. 15, p. 139-156, set. 1987/fev. 1988.

### 2.3 - Relação dos Cadernos do Povo Brasileiro

ABREU, P. de Ramos. Como agem grupos de pressão? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

BAILBY, Edouard. Que é imperialismo? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

CHACON, Vamireh. Qual a política conveniente ao Brasil? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

COSTA, Bolivar. Quem pode fazer revolução no Brasil? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

DUARTE, S. G. Por que existem analfabetos no Brasil? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

GUERRA, Aluísio. A igreja está com o povo? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

GUILHERME, Wanderley. Quem dará o golpe no Brasil? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

HOFFMAN, Helga. Como planejar o nosso desenvolvimento? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

HOLANDA, Nestor de. Como será o Brasil socialista? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

JULIÃO, Francisco. Que são ligas camponesas? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

JUNIOR, Theotônio. Quais são os inimigos do povo? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

LIMA SOBRINHO, B. Desde quando somos nacionalistas? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

MONTEIRO, Sylvio. Como atua o imperialismo ianque? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

PEREIRA, Osny Duarte. Quem faz as leis no Brasil? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

SCHILLING, Paulo R. O que é reforma agrária? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

SODRÉ, Nelson Werneck. Quem é o povo no Brasil? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962:

TIBIRIÇA Miranda, M. Augusta. Vamos nacionalizar indústria farmacêutica? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

PINTO, Álvaro Vieira. Por que os ricos não fazem greve? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

### 3 - Resumo das obras:

Nesta parte do trabalho apresentamos o resumo de sete obras e um artigo escritos por Álvaro Vieira Pinto. Da obra completa deste ilustre pensador, deixaram de figurar neste capítulo os manuscritos inéditos, a Tese “Ensaio sobre a dinâmica na cosmologia de Platão” (1950) e a série de nove artigos “Estudos e pesquisas científicas”, publicadas na Revista Cultura Política (1941, 1942) por não estarem estreitamente ligados aos objetivos propostos para este trabalho.

A clareza, a limpidez de estilo, coerência e objetividade caracterizam a extensa e profunda produção deste autor. Analisando no ponto de vista da linguagem, observa-se que Ideologia e desenvolvimento nacional, Por que os ricos não fazem greve? A questão da universidade e Sete lições sobre educação de adultos são obras mais acessíveis, em virtude de serem resultado de conferências e aulas proferidas pelo autor, porém não deixam de apresentar linguagem elevada.

Consciência e realidade nacional e Ciência e existência apresentam uma linguagem mais erudita, por constituírem-se em obras filosóficas. Em ambas, os conceitos e argumentos são explicitados detalhadamente, o que tornou-as mais volumosas. Pelas extensas descrições e contínuas retomadas de idéias anteriormente apresentadas, exigem uma leitura atenta, reflexiva e interpretativa.

Em “El pensamiento crítico em demografia” é única obra que contém indicação da bibliografia consultada. Nessa obra, como nas demais, Vieira Pinto utiliza-se de uma linguagem técnica, clara e definidora para discorrer sobre conceitos que se propôs a refletir.

A leitura analítica das obras de Vieira Pinto e das resenhas, notas críticas e artigos sobre suas obras fundamentais, permite-nos o estabelecimento de algumas comparações entre elas. No plano das análises e críticas efetuadas por diversos estudiosos, consciência e realidade Nacional foi a que mais gerou polêmica e debates são aproximadamente 20 análises, publicadas em periódicos e livros. O interesse em resenhar e debater o livro “Consciência e realidade nacional” não se repetiu com as demais obras. “Ideologia e desenvolvimento nacional” é constantemente citada, mas apenas três análises mais completas foram encontradas. “El pensamiento crítico em demografia”, amplamente utilizada em outros países latino-americanos, recebeu somente o destaque de Jorge Roux (1990), sendo ainda quase totalmente desconhecida no Brasil.

“Por que os ricos não fazem greve?” obra de grande relevância no período pré-64, contém formulações ainda perfeitamente válidas, mas é hoje pouco conhecida. “A questão da Universidade”, que exerceu forte influência no movimento estudantil da década de 60, não recebeu ainda uma análise apropriada. A reflexão a respeito das funções e organização das universidades brasileiras, das relações

Universidade sociedade, capacidade e atuação dos professores universitários e a responsabilidade dos estudantes, a constituírem uma obra pedagógica e filosoficamente rica.

“Ciência e Existência”, publicada pela primeira vez em 1969, somente mais tarde passou a ser socializada nos meios universitários e sobre ela, nenhuma avaliação ou resenha foi encontrada. Sobre “Sete lições” duas resenhas foram publicadas.

No plano do “conhecimento” e utilização das obras de Vieira Pinto entre estudantes e professores universitários, “Sete lições” e “Ciência e Existência” parecem ser as mais conhecidas. Este fato se deve pela socialização progressiva das mesmas e pelas constantes reedições. “Sete lições”, por exemplo, atingiu em 1992 a 7ª edição e “Ciência e existência”, encontra-se em sua 3ª edição.

No meio universitário atual, “A questão da universidade” não ocupa o lugar merecido e prova disto é que não passou ainda da sua 2ª edição.

No decorrer da elaboração deste trabalho percebeu-se que ainda há o “desconhecimento” da obra de Vieira Pinto por parte até mesmo de professores da área de educação, apesar de ser uma referência importante feita por autores contemporâneos como Dermeval Saviani, Paulo Freire, Celso de Rui Beisegel, Walter E. Garcia, Joaquim Antonio Severino, Lidia Rodrigo e outros.

Finalizando esta apresentação, cabe ressaltar que a elaboração e inclusão dos resumos das obras tem por objetivo demonstrar as dimensões e validade do pensamento deste autor brasileiro que escreveu sobre temas diversos, com a mesma capacidade e rigor. É importante também destacar que o resumo das obras não tem a intenção de substituir a leitura das obras, o que seria subestimá-las. Somente a leitura completa das obras permitirão a compreensão mais abrangente de suas formulações, que são, nos originais, minuciosamente explicadas. Sem dúvida, o contato com as idéias deste autor é extremamente salutar, no momento em que a retomada dos “clássicos” muito auxiliará na compreensão do desenvolvimento do pensamento filosófico e das concepções da educação brasileira.

Como uma das finalidades da pesquisa era identificar e acompanhar a trajetória do pensamento de Álvaro Vieira Pinto, adotou-se, para a ordenação da apresentação dos resumos, a cronologia da produção das obras e não a sequencia cronológica de suas publicações.

3.1 - PINTO, Álvaro Vieira. Ideologia e desenvolvimento nacional. Rio de Janeiro: ISEB, 1956. 45 p.

Foi publicado em 1956, no auge da ideologia do desenvolvimentismo no Brasil. Em 1959, teve uma 2ª edição. Originalmente, a obra é o roteiro de uma aula inaugural do Curso Regular do ISEB, pronunciada a 14 de maio de 1956, no auditório do Ministério da Educação e Cultura.

A reflexão gira em torno dos conceitos centrais de ideologia e consciência, já que, a seu ver, o desenvolvimento é uma realidade que obedece a condicionantes ideológicos e conscienciais. A obra de Vieira Pinto encerra o ciclo de interpretações não só sociológicas, mas especificamente filosóficas do processo de transformação da sociedade brasileira.

Inicia sua obra observando que faltou no passado intelectual a presença da filosofia e que esse problema está ligado ao da dependência externa. As análises e estudos sobre a realidade eram inautênticas, o que era próprio de consciências alheias e pelo modo como essas nos pensavam. Porém, a ausência filosófica não foi inócua: a ela se deve atribuir um grave retardamento no processo brasileiro.

Enfatiza que tem faltado a compreensão do papel das massas humanas que constituem o corpo nacional. O fenômeno do aumento da população brasileira alarga o número de indivíduos na “área culturalmente iluminada”, crescendo a quantidade dos que se vão colocando em torno dela, numa pressão crescente para nela entrar.

Afirma que “o alargamento quantitativo da área, de cultura é acompanhado por um movimento qualitativo de transformação de consciência.” (p. 14). Apresenta o pressuposto de que as massas não são incultas e sim pré-cultas, no sentido de que são uma consciência potencial em expectativa que poderão tornar consciência da sua situação e da realidade brasileira em geral.

Refere-se ao processo de crescimento consciente, como permanente, que termina na plena cristalização de uma idéia. Quando isso se dá, o indivíduo atinge a maturidade do seu processo consciente. Prosseguindo na análise, encaminha-nos para compreender a tese central da obra: a ideologia do desenvolvimento nacional. A premissa estabelecida é que o “desenvolvimento nacional é um processo social orgânico” (p. 19). Não é um esquema conceitual, abstrato, improdutivo, mas uma concepção geral, não abstrata, da qual decorrem linhas inteligíveis de ação prática.

Segundo Vieira Pinto, a visão dos nossos cientistas sociais e governantes tem sido influenciada por um aparelhamento conceitual recebido de fora, usados pelos mesmos que nos

observavam como objeto e não como sujeitos do processo de desenvolvimento. Esse processo leva à transmutação da consciência inautêntica em autêntica, permitindo uma reinterpretação do Brasil.

Expõe o enunciado como tese central: “sem ideologia do desenvolvimento não haverá desenvolvimento nacional” (p. 27). Apresenta uma segunda tese: “a ideologia do desenvolvimento tem necessariamente de ser o fenômeno de massa” (p. 29). Esta tese oferece dois aspectos. De um lado de que as idéias diretrizes do projeto têm que estar na consciência popular geral. Como consequência, o projeto será felizmente concluído quanto mais ampla for a sua propagação ideológica. Para ele, “uma ideologia do desenvolvimento nacional só revela plena eficácia quando o seu sustentáculo social reside na consciência das camadas populares” (p. 29).

A terceira afirmação sobre a ideologia do desenvolvimento é a de que “o processo de desenvolvimento é função da consciência das massas” (p. 30). É preciso que o projeto de desenvolvimento seja assimilado pelo povo e termine por identificar-se à consciência das massas.

A quarta e última tese: “a ideologia do desenvolvimento tem que proceder da consciência das massas” (p. 32), significa que a verdade da realidade social só pode ser dita pela própria massa, não existe fora do sentir do povo.

Em sua concepção, a ideologia do desenvolvimento só é legítima “quando exprime a consciência coletiva” (p. 33). A educação das massas garantiria a difusão da ideologia do desenvolvimento. A proposta final do autor refere-se à necessidade de imprimir novo rumo à nossa educação a fim de “orientá-la, sem compromisso com qualquer credo político no sentido da ideologia do desenvolvimento econômico e social” (p. 42). Indicando a necessária revisão dos atuais esquemas educacionais, defende que as gerações em crescimento deverão ser preparadas para uma compreensão 'nova do seu papel histórico, capacitando-se das suas responsabilidades nesse processo.

Finalizando, alerta que a ideologia do desenvolvimento não defende nenhum interesse particular ou de grupo, mas de exprimir o interesse nacional. Essa atitude não implica em nenhum compromisso político-partidário e sim na elaboração de uma filosofia do desenvolvimento, “que chamamos de ideologia nacional” (p. 43). E, para ele, “é urgente construir essa ideologia” (p. 44). O ISEB contribuiria nesta tarefa. A centralização de uma ação intelectual no ISEB, poderá favorecer a rápida transformação da consciência nacional, principalmente por parte daqueles que viessem a frequentar suas aulas e seminários sobre o exame dos problemas nacionais.

Em tom otimista, encerra a explanação de idéias, expressando a esperança na Instituição que então iniciava suas atividades.



Críticas e comentários:

Para Lima Vaz, a obra em tela é “uma verdadeira “suma” do pensamento isebiano (...) e que ela ficará sem dúvida como a obra clássica do “desenvolvimentismo” dos anos 50” (p. 92-93)<sup>9</sup>. No mesmo artigo, Lima Vaz comenta a obra *Consciência e Realidade Nacional*. Beisiegel (1982), aponta a importância da referida obra e sua influência no pensamento de Paulo Freire. A presença de citações de Vieira Pinto e outros autores isebianos é persistente nas primeiras propostas pedagógicas de Paulo Freire (principalmente em *Educação e atualidade brasileira* (1959), onde *Ideologia e Desenvolvimento Nacional* é citada cinco vezes). Ainda segundo Beisiegel, Paulo Freire “apoiava as afirmações de Vieira Pinto a propósito de uma reforma educacional (...) e concordava que a participação conscientemente crítica do povo no seu processo de desenvolvimento nacional seria obtida mediante a educação conscientizadora”.<sup>10</sup>

3.2 - PINTO, Álvaro Vieira. *Consciência e realidade nacional: a consciência ingênua*. Rio de Janeiro: ISEB, 1960. 12 volume, 432 p.

*Consciência e Realidade Nacional – CRN* é uma obra de extraordinária importância, destinada a exercer salutar influência sobre o movimento de emancipação nacional, a fim de superar a alienação intelectual. Trata-se de uma obra extensa, com dois volumes e mais de mil páginas ao todo, expondo reflexões que o autor foi conduzido em sua participação nas lutas nacionalistas, principalmente no ISEB onde atuou e dirigiu.

Na introdução do primeiro volume, o autor afirma que a sociedade brasileira atingiu uma etapa do seu processo em que se está produzindo profundas alterações na sua consciência. Segundo ele, não faltam na obra dos nossos sociólogos, historiadores, teóricos, políticos e economistas, preciosas reflexões sobre a consciência da realidade nacional, mas não dispensam a investigação do valor das diferentes modalidades de representação consciente da realidade nacional, do processo de formação dessa consciência coletiva e sua descrição cuidadosa.

Ainda na introdução, o autor esclarece que não se trata de discutir o problema geral da consciência da realidade, mas o caso especial da realidade histórica e política constituída pela nação. Procurando definir consciência privada e consciência coletiva, diz que a formação da consciência

---

<sup>9</sup> LIMA VAZ, Henrique C. de. *Consciência e realidade nacional* (nota crítica). *Revista Síntese*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 14, p. 92-109, abr./jun. 1962.

<sup>10</sup> BEISIEGEL, Celso de Rui. *Política e educação popular: a teoria e prática de Paulo Freire no Brasil*. São Paulo: Ática, 1982, p. 57.

individual, parte da “vivência do estado criado para cada homem pela sua participação pessoal no processo econômico” (p. 19).

A categoria consciência é definida como um conjunto de representações, idéias, conceitos, organizados em estruturas suficientemente caracterizadas para distinguirem tipos ou modalidades. Vieira Pinto agrupa estas modalidades em consciência ingênua e consciência crítica, definindo cada uma:

- a consciência ingênua apenas reflete sobre o mundo das suas idéias, o investiga, enriquece pela observação, pelo estudo, pela meditação, mas não inclui entre essas idéias a representação dos fatores objetivos de que eles dependem.

- a consciência crítica é aquela que conhece a existência do necessário condicionamento das idéias que possui, busca relacioná-las aos seus suportes reais e não exclui a referência obrigatória a um fundamento na objetividade.

Ingênua e crítica são dois tipos de consciência radicalmente divergentes, porém esta distinção é qualitativa. O autor declara a evidência de que a consciência crítica é privilegiada porque só ela reflete autenticamente a realidade nacional. “A consciência crítica, mesmo nos graus incultos é sempre autêntica (...). Somente em relação à consciência crítica se põe o problema da verdade, pois as proposições oriundas do pensamento ingênuo não são verdadeiras nem falsas, mas, injustamente, ingênuas” (p. 22).

A consciência inculta pode ser crítica quanto a esclarecida pode ser ingênua. O esclarecimento define-se “pela reflexão sobre as idéias gerais por que se orienta, e estas podem perfeitamente ser ingênuas” (p. 25). O crescimento nacional é um processo histórico pois não possui determinismo automático. Sendo histórico, o país é o espaço da liberdade, só limitada pelas condições materiais com se defronta.

O país desenvolve-se segundo o curso chamado histórico, porque é formado pela inumerável sucessão de opções, que se lhe apresentam. São deliberações teoricamente imprevisíveis, embora, depois de efetuadas, sejam compreendidas como resultado dos elementos materiais e fatores ideológicos que compunham a situação na qual se ofereceu a opção.

O autor afirma que os fatores ideológicos contribuem para o desenvolvimento porque este não é um simples desenrolar dos acontecimentos diários da comunidade. O desenvolvimento é um projeto total da comunidade, é um cometimento deliberado do grupo que decide mudar as condições de

existências em que se encontra e por isso implica no esforço coletivo. “Só a partir da compreensão da sua unidade será possível construir a teoria do desenvolvimento nacional” (p. 33).

Para o autor, a contradição principal no país subdesenvolvido é a “oposição entre eles e os países desenvolvidos e esta contradição se efetiva pelo exercício de dominação que os adiantados impõem sobre os atrasados” (p. 42). Vieira Pinto afirma que a consciência somente poderá constituir-se em fator de desenvolvimento se deixar de ser “simples representação para tornar-se projeto e origem de ação ou, ainda, se de especulativa converter-se em ideológica” (p. 44). A ideologia que o autor se refere neste ponto da obra, designa a representação consciente que a sociedade faz de si mesma em relação ao estado do seu processo evolutivo, com o qual a cada momento se defronta, visando a sua transformação.

Após caracterizar o sentido da ideologia, Vieira Pinto afirma que a ideologia do desenvolvimento não cumprirá seu efeito histórico se não penetrar a consciência das massas e não se afirmar como projeto vital coletivo. Para o filósofo isebiano, a propaganda visa organizar e controlar a consciência pública, mediante a utilização de expressões felizes, frases oportunas e exclamações dramáticas, para com isso se apossarem dos mecanismos de produção do consentimento popular, a fim de lograrem o ambiente propício às suas realizações. As ideologias que apelaram para a propaganda, na visão do autor, ruíram porque não se assentaram sobre uma compreensão correta da realidade e não souberam transmitir ao povo o projeto de ação. Ruíram ainda porque “acabaram por acreditar na propaganda que prepararam para os outros” (p. 49).

A ideologia do desenvolvimento, tese defendida pelo autor, também necessitaria ser divulgada, porém sem atuar por meios exclusivamente psicológicos, tal como algumas ideologias políticas ingenuamente utilizaram. A persuasão que a ideologia do desenvolvimento “decorre da sua verdade interior e não seria obtida por meios psicológicos, muito menos pela coação” (p. 50).

O projeto do desenvolvimento nacional é uma sucessão de projetos mantidos em continuidade pela intenção geral, que, como causa final, os unifica. A ideologia do desenvolvimento, por sua vez, não deve estar separada da prática coletiva e, no país subdesenvolvido são as massas que detém o critério da práxis social. O autor, neste ponto, lembra que o risco mais grave é que as elites intelectuais, quase sempre pertencentes às camadas economicamente privilegiadas, ou clientes e beneficiárias delas, se arroguem o “direito exclusivo de pensar a tarefa de transformação da realidade em termos da prática que é a sua, e na qual a dos outros, das classes desfavorecidas, entra apenas como dado de percepção ou motivo de compaixão moral” (p. 57).

Procurando articular trabalho e prática, o autor afirma que o trabalho não é apenas uma atividade exercida exteriormente pelo homem, mas fator constitutivo da sua natureza, no sentido de que é por intermédio dele que se realiza a humanização progressiva do homem, e que cada um constrói a sua consciência da realidade. Pelo trabalho, “o mundo se abre à consciência, e isso tanto mais perfeitamente quanto opera sobre partes, cada vez mais amplas do real” (p. 61).

O conceito de “amanualidade” (fabricação manual) foi largamente explorado pelos fenomenólogos existenciais de forma idealista, equivocada e metafísica. Vieira Pinto interpreta este conceito como uma concepção ativa e não contemplativa, mostrando que o trabalho exercido sobre o mundo que nos está à mão, é que o transforma eficazmente. À medida que, pelo progresso da civilização, o homem vai fabricando cada vez maior número de coisas artificiais, enquanto que “as naturais são gradativamente deixadas a distância” (p. 71).

A amanualidade depende do estado do desenvolvimento nacional. Para o homem do país subdesenvolvido o amaneal é, em maior proporção, representado pelos entes naturais e objetos de simples fabricação, e por isso o mundo que através deste caráter se revela tem necessariamente de ser distinto de uma sociedade altamente industrializada. Os produtos de fabricação humana são simples, porque a etapa do processo do país subdesenvolvido é marcada pela posse de menor número de conhecimentos científicos e técnicos e menor capacidade econômica. Assim, a industrialização conduzirá o indivíduo e a comunidade a terem de si e do mundo “uma consciência qualitativamente diferente da que podiam ter quando estacionavam nas fases primárias do desenvolvimento” (p. 73).

A partir desse fato, é imperioso que os países em fase de subdesenvolvimento, desencadeiem um movimento de acumulação do trabalho como forma de superar o subdesenvolvimento. O autor se refere ao trabalho não como uma repetição dos mesmos procedimentos, mas como produção de um trabalho, com outras características qualitativas. “Não é apenas a acumulação quantitativa de trabalho que gera desenvolvimento, e sim a que chamamos de qualitativa, aquela que se serve dos resultados do modo comum de produzir, vigentes no contexto social, para conquistar outros, diferentes. Este “novo” do trabalho é que produz o desenvolvimento” (p. 75).

O desenvolvimento nacional está forçosamente na dependência do avanço técnico. É próprio da técnica determinar a aceleração crescente no ritmo de invenção. Isso resulta no rápido envelhecimento de cada técnica particular.

O autor lembra que os conhecimentos técnicos se difundem pelo mundo todo e com isso os países mais atrasados beneficiam-se deles, encurtando a distância que os separa dos mais prósperos,

poupano ainda, o trabalho de descobri-las. Vieira Pinto retoma a definição de consciência ingênua e crítica, afirmando que somente a consciência crítica “está habilitada a produzir a ideologia do desenvolvimento” (p. 90). A distribuição social e histórica das modalidades de consciência é classificada pelo autor em duas fases:

- nos países subdesenvolvidos prepondera a consciência ingênua, bem como na nação plenamente desenvolvida.

- nos países em ato de emergirem do atraso original para a plena expansão das suas virtualidades, é a fase na qual se torna possível o predomínio da consciência crítica na classe e nos grupos que desempenham o efetivo esforço de desenvolvimento.

A consciência que o subdesenvolvimento determina, por si só, levaria à conservação indefinida desse estado. Despertado o país para a consciência crítica, este consegue definir-se na forma de ideologia do desenvolvimento nacional. O autor ilustra este fato afirmando que “nenhum povo que tenha chegado a forjar a sua ideologia nacional autêntica estaciona ou retrocede no seu desenvolvimento” (p. 93).

Na sequência, servindo-se da maneira crítica de pensar, o autor denuncia dois eventuais sofismas que exprimem típicas atitudes ingênuas:

a) A suposição de que só alguns países têm o poder de realizar a revolução emancipadora. Na verdade todos os países têm possibilidade de ascensão histórica. “Todo país, por mais pobre e atrasado que seja, tem recursos para dar início ao movimento nacional de libertação” (p. 97).

b) A afirmação de que o desenvolvimento de um país subdesenvolvido tenha de ser feito por outro que esteja em condições de pleno desenvolvimento.

Sobre o desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos, o autor considera que ele pode ser feito na fase inicial, em pequena parte, com o capital estrangeiro, mas nunca este capital por si só “promove o desenvolvimento dos países atrasados” (p. 100).

O autor concebe o trabalho como forma de transmutação das formas de consciência. Com a melhoria dos instrumentos e técnicas de trabalho, o trabalhador altera a perspectiva consciente do seu trabalho, sua visão de mundo, sensibilidade aos fatos, escala de valores, ordem de exigências. Completamente ainda esta concepção afirmando que “a qualificação da obra se reflete na qualificação da pessoa” (p. 111).

A democracia é, para Vieira Pinto, a única forma desejável de governo (p. 112) e a eleição é um procedimento excelente. Paradoxalmente, porém, um dos grandes proveitos da eleição democrática é “impedir a escolha, para os cargos representativos, de indivíduos que se encontrem ideologicamente muito além da fase atual do processo da realidade” (p. 112). A escolha destes indivíduos perturbaria o dinamismo normal. A formação de líderes e especialistas em relações humanas é uma concepção ingênua, pois estes não contribuiriam para a alteração das situações sociais. Os portadores de diploma de líder não seriam capazes, somente por esta virtude, de intervir na transformação da realidade.

Sobre o significado da educação para o processo de desenvolvimento, é ingênuo pensar que o país possa ter um índice educacional melhor do que o permitido pela etapa em que se encontra o país em seu processo de transformação “A educação não precede o desenvolvimento, acompanha-o contemporaneamente” (p. 118).

O processo de desenvolvimento cria os conteúdos autênticos da cultura que, para cada etapa, devem constituir a matéria da educação. A educação, neste aspecto, reage sobre o processo em curso, podendo retardá-lo ou ser causa de aceleração.

Para o autor, coexistem na sociedade duas modalidades de educação, dois sistemas pedagógicos:

- o oficial, de caráter formal, imposto de cima para baixo, vindo da consciência atual dos dirigentes e administradores para o terreno objetivo.
- o real, imposto pelos fatos, pensamento, o que é ministrado na etapa onde se acha.

A pedagogia “oficial” será benéfica ou não, dependendo da compreensão que tenha do processo nacional em andamento.

A educação adequada ao país subdesenvolvido que deseja superar a sua fase histórica, só deve ser delineada e conduzida por quem possuir consciência crítica da realidade.

Educar para o desenvolvimento é despertar no educando novo modo de pensar e de sentir a existência. É dar-lhe consciência de que o país precisa do trabalho pessoal para modificar o estado de atraso: é fazê-lo receber tudo quanto lhe é ensinado por um novo ângulo de percepção, o de que todo o seu saber deve contribuir para o empenho coletivo de transformação da realidade.

O autor prossegue sua análise sobre o significado da educação, afirmando que somente

quando o aparelho educativo for percebido como obstáculo ao desenvolvimento é que uma reforma educacional poderá ser feita. Em virtude dessa reforma ser matéria de decisão política, chegará o momento “em que os políticos dela se ocuparão em caráter de urgência”. (p. 122). Considera um equívoco a idéia da predominância do técnico sobre o político, pois a perspectiva crítica acentua o significado político de toda proposta de transformação das instituições e procedimentos sociais vigentes.

Sobre o conceito de “massa”, Vieira Pinto explica que ele não significa simplesmente o sinônimo de “multidão”. A “massa” começa a existir quando o desenvolvimento do país se inicia e se configura progressivamente à medida de seu incremento. “No país periférico, situado no grau extremo do primitivismo econômico, em regime de subsistência ou submetido à exploração colonial, não há verdadeiramente “massa”” (p. 129).

Coerente em suas teses, Vieira Pinto reafirma que a ideologia do desenvolvimento deve ser uma ideologia de massa. As massas tornam-se origem da ideologia do desenvolvimento porque são elas que executam as tarefas materiais do desenvolvimento e porque este é feito em proveito delas. Estas mesmas afirmações aparecem no pensamento do autor em “Ideologia e desenvolvimento nacional” (1956).

Somente após caracterizar a categoria “consciência” de forma ampla, explicativa e de relacioná-la com a ideologia do desenvolvimento nacional, com consciência política e consciência de massa, é que o autor inicia a explicitação da consciência ingênua, tema específico do primeiro volume.

Esta tarefa de explicitação se inicia com a apresentação de idéias gerais sobre essa modalidade de consciência, que pode ser sintetizada nestes pontos:

- esta modalidade não tem consciência dos fatores que a condicionam.
- seu caráter fundamental é considerar-se origem absoluta, precisando obedecer à realidade, mas julgar que a realidade que lhe deve obedecer.
- o pensar ingênuo não é somente prejudicial para o indivíduo. Mais grave é o dano causado à comunidade que nele enfrenta um obstáculo ao processo de desenvolvimento.
- a consciência ingênua se fecha ao diálogo, à ponderação dos seus determinantes, e se apresenta como fonte inquestionável de saber.
- esta forma de consciência não procede racionalmente, uma vez que não dispõe de princípios

verdadeiros para deles extrair idéias e julgamentos que a constituem como representação do mundo.

Uma série de outros pontos é colocada pelo autor na caracterização geral da consciência ingênua. Não nos ocupamos de todos, uma vez que muitos deles se repetem no decorrer da obra.

O momento mais importante da obra é, seguramente, a completa exposição das qualidades da consciência ingênua da realidade. São 33 qualidades levantadas pelo autor e minuciosamente detalhadas, sempre em seu estilo claro e explicativo.

Para dar sequencia nesta síntese que nos propusemos fazer da obra, tivemos que recortar pontos centrais das exposições do autor. Assim, se faz necessário salientar que nesta tentativa, corre-se o risco de tornar diluídas as idéias do autor, que na obra são analisadas com rigor e profundidade.

1 - Caráter sensitivo: a primeira das qualidades a ser analisada é o caráter sensitivo da consciência ingênua. É denominada desta forma porque:

- funda-se em percepções superficiais, tornando a aparência, o sensível como expressão última da realidade.
- reduz o real ao dado imediato, sem o compreender globalmente em extensão e profundidade.
- reage emotivamente ao embate das situações criadas e passa a interpretar o conjunto do processo de acordo com as vantagens ou prejuízos que lhe causa.
- fecha-se à verdadeira reflexão, tornando-se fundamento da verdade para si.
- considera-se como certo tudo quanto lhe faz bem e como errado todo o oposto.
- nela predomina a sensibilidade sobre a autêntica racionalidade. - contagia-se pelas emoções de outras personalidades (transferência emocional).
- a paixão é a sua principal fonte de idéias, servindo como critério de verdade.

2 - Caráter impressionista: como consequência da natureza emotiva, sua disposição natural não é a de pensar os acontecimentos, mas o de senti-los intensamente.

O caráter impressionista contenta-se com as aparências, desligando o dado do sistema de vinculações reais com outros fatos, abandonando o terreno objetivo e passando para o plano conceitual abstrato.



Este caráter conduzirá a algumas formas de “cegueira e obstinação no campo das idéias” (p. 168).

3 - Condicionamento pelo âmbito individual: o homem afetado por esta consciência está impossibilitado de ver a sua posição no conjunto geral da sociedade e de admitir que há múltiplas regiões da realidade que lhe são desconhecidas, estranhas. O autor toma como exemplos deste condicionamento, os profissionais que são incapazes de pensar além do seu âmbito de atuação.

4 - Absolutização da sua posição: esta qualidade é marcada por outro traço ligado ao caráter impressionista: acredita ser absoluta. É tão segura de si que não estará disposta a discutir o significado e as razões da sua posição. Só tem simpatia pelas afirmações vigorosas, surdas às críticas estranhas. Não admite que lhe lembrem o condicionamento a que está submetida.

Faltando-lhe a percepção das determinações, absolutiza o ponto de vista de sua classe, de seu país, de sua raça, da sua posição ideológica, justamente porque exalta certos princípios e idéias, elevando-os a verdades eternas.

5 - Incoerência lógica: a consciência ingênua é imprecisa, cega aos matizes da realidade. Tem aversão a discutir em termos concretos, nunca pretendendo rever seus julgamentos. Apresenta contundente hostilidade às formulações críticas, que toma como mera “teoria”. É ainda, hostil ao espírito de racionalidade.

6 - Irascibilidade: a consciência ingênua é reclamadora, está sempre protestando contra os acontecimentos. Porém, desconhece ou nega a existência de razões objetivas para o que acontece. Este traço é uma modalidade de comportamento exibido com elevada predominância no campo dos debates políticos no país subdesenvolvido. “Se possuíssem compreensão superior não permaneceriam, como fazem, na clave da imprecisão” (p. 186).

7 - Incapacidade de dialogar: tendo assumido a validade absoluta de seu ponto de vista, não pode deixar de considerar aberração mental qualquer posição diferente da sua.

A ingenuidade de que é vítima, o leva a indignar-se ao ver que alguém pensa de modo diferente, tem outras razões que não as suas e chega a conclusões discordantes das que lhe parecem legítimas. Impossibilitada de comunicar-se, a consciência ingênua é solitária e prisioneira de si, encontrando adesão somente nas consciências que se lhe assemelham.

8 - Pedantismo: o “pedante” costuma dissertar sobre idéias de personagens dos quais têm o mais

superficial conhecimento, dando-se como intérprete e crítico desses expoentes da cultura. Nas obras que elabora, derrama-se em citações de autores estrangeiros, a fim de demonstrar publicamente o conhecimento dos idiomas, mesmo que precário. Em seus discursos, considera o aplauso como necessário e a compreensão secundária.

Em muitos casos, o intelectual do país pobre que, recebeu a cultura dos países desenvolvidos, torna-se um erudito que passa a considerar-se mais competente que os demais para orientar o curso dos acontecimentos, porém, permanece à margem deles. Sobre essas personagens eruditas, o autor afirma que “o erudito é, no ambiente atrasado, um pedante natural” (p. 204).

9 - Ausência de compreensão unitária: a ingenuidade substitui a racionalidade imanente aos acontecimentos pelo raciocínio abstrato, formal.

A consciência ingênua não problematiza a realidade nacional, que lhe parece facilmente redutível aos conceitos de que dispõe geralmente recebidos da maneira tradicional de julgar.

10 - Incapacidade de atuação ordenada: fértil em críticas, denúncias e reclamações, quase sempre expressas em tom vigoroso, a consciência ingênua considera-se capaz de resolver qualquer problema de que se ocupa. Porém, quando chamada a discuti-lo, assume uma atitude de quem, de fato, já o resolveu e não deve ser responsabilizada se outros não executam o que propôs, desligando-se do esforço de execução.

11 - Moralismo: consiste em conduzir a apreciação dos acontecimentos e o juízo sobre os homens, exclusiva e predominantemente, segundo o que lhe parece ser o valor moral contido nos fatos e nas condutas.

Antes de indagar as condições objetivas que explicam os fatos, aprecia-os pelo seu eventual significado moral.

12 - Idealizações dos dados concretos: na presença de um problema concreto, a consciência ingênua dispõe-se a dar-lhe solução, mas supõe previamente modificados os termos materiais e humanos da questão. Daí o caráter ideal das suas soluções.

Por carência de compreensão objetiva, a consciência ingênua desequilibra-se em face da execução de suas propostas. Quando no plano prático se evidencia o fracasso de suas sugestões, explica o insucesso de suas teses e sugestões práticas na ignorância do povo, na falta de caráter generalizada, na preguiça e na desonestidade.

13 - Apelo à violência: oriunda do culto ao moralismo e do desencanto pelas soluções perfeitas, revela sua inclinação para a violência na solução das questões sociais.

Apela para a violência como meio de forçar a realidade a se enquadrar nos esquemas abstratos propostos para exprimi-la, ou preconcebidos para conduzi-la.

14 - Desprezo pela massa: o espírito simplista é fundamentalmente anti-histórico. Um dos aspectos pelos quais mais nítido se percebe este caráter está na sua inclinação a desprezar a massa ou negá-lhe a existência.

Para a mentalidade inocente, a massa é um conceito artificial, cunhado por teorias revolucionárias. É ainda "um instrumento verbal artificioso, criado pelos interessados em manejá-lo contra as instituições e as idéias vigentes. É uma noção subversiva" (p. 240).

15 - Culto do herói salvador: desprovido de princípios críticos, a consciência nacional ingênua, perante um estado social calamitoso do país, acredita que a nação estaria perdida se não surgisse do seio dessa abominação, a figura do salvador capaz de superpor-se às forças sociais comuns, anular o efeito destas e recolocar o país na senda de suas tradições e do seu destino.

Para a consciência assim formada, o problema nacional brasileiro se apresenta como uma questão de "salvação". Essa idéia é elevada à condição de categoria de pensamento, tornando-se conceito destinado a abranger fatos objetivos.

A redenção nacional, segundo o autor, é um grave equívoco. O Brasil não precisa ser salvo, precisa ser desenvolvido" (p. 250).

16 - Messianismo da revolução: há na mentalidade ingênua a implícita tendência de crer na certeza de "melhores dias" e que o país se restabelecerá pela ação dos homens dignos. A causa que fará o país retornar ao equilíbrio e ritmo de progresso é a revolução. Por isso, espera que se deflagre e antecipadamente lhe dará apoio. Proclama que "só a revolução conduzida por uma figura carismática, salvará o Brasil" (p. 256).

O autor salienta que a idéia de revolução não se apresenta sistematicamente ao pensar simplório. É adotada apenas quando, a seu ver, falharam os demais recursos para solucionar a crise do tempo atual.

Como a consciência simplista é naturalmente inclinada a venerar o chefe no qual reconhece os dons carismáticos, transfere para ele a responsabilidade da resolução, considerando ser sua

obrigação apenas apoiá-lo no devido momento.

17 - Admissão da existência de problema supremo: é a tendência de escolher, arbitrariamente, um problema nacional e considerá-lo supremo, acreditando que da sua solução decorra a dos demais.

Essa tendência se torna possível na consciência ingênua, por faltar-lhe o sentido de totalidade do real, que para ela se apresenta dividida em questões supremas e questões derivadas, sem vínculo nacional unificador.

18 - Coisificação das idéias: é a sua natural disposição de “coisificar” as idéias. Em vez de reconhecer a natureza conceitual dos elementos do mundo das representações, a consciência primária tende a devolver ao real, petrificando-os em supostas entidades “em si”, como coisas ou forças materiais, os conceitos que dele retirou que abstraiu mediante as sensações recebidas, e (que agora, em virtude do procedimento “coisificador”, se tornam seres existentes no mundo). “São impressões subjetivas que, por mecanismo peculiar ao espírito simplista, se projetam na existência com significado de entidades objetivas” (p. 267).

19 - Maledicência e precipitação de julgamento: sendo emocional impressionista e por isso ilógica, a consciência mal formada, é por natureza, precipitada. Profere julgamento sem nenhum respeito pela necessária fundamentação.

A maledicência manifesta-se por afirmações acusatórias difamação, intriga, calúnia, especialmente em relação a personalidades do governo.

Atribuir ao governo do momento a responsabilidade da realidade nacional é, para o autor, um equívoco. Esta atitude ignora as “reais condições do processo histórico e a significação dos fatores objetivos que determinam a evolução dos acontecimentos” (p. 276).

20 - Crença na imutabilidade dos padrões de valor: para esse pensamento existe uma ordem de valores éticos, estéticos, sociais, religiosos e outros valores, dotados de vigência perfeita e imutável. Vista por este ângulo, a consciência ingênua revela mais uma vez, seu caráter absolutista.

Para o autor é falsa e nociva a crença na perenidade dos valores. “O valor é sempre relativo a um momento do processo histórico” (p. 282).

21 - Desprezo pela liberdade: o conceito de liberdade proclamado pelo pensar ingênuo é contraditório: por um lado cultua o ideal da liberdade como valor supremo, mas por outro, mostra-se autoritária e intolerante ao exercício individual da mesma liberdade. É liberal em princípio e nas declarações

formais, e na prática é hostil ao efetivo cumprimento da livre atuação.

O autor finaliza a exposição desta qualidade, afirmando que é “à massa que é preciso dar liberdade, para desenvolver as novas forças produtivas de cuja operação depende a realização das transformações objetivas” (p. 294).

22 - Intelectualismo na concepção dos problemas sociais: segundo este modo de pensar, as dificuldades e desequilíbrios da sociedade tem sua causa última na confusão das idéias. Acredita na eficácia das idéias puras para corrigir estes desvios do curso histórico.

Segundo esta concepção ingênua, a sociedade não substituirá se não encontrar no seu seio, “pequeno grupo de pensadores políticos, de filósofos, encarregados de fornecer-lhes as idéias claras que o povo se deve alimentar” (p. 296).

A consciência ingênua considera que a reforma da sociedade deve vir “de cima”, e a rigor, basta fazer-se nas camadas dirigentes. Esta distorção vem completar o esquema da concepção intelectualista da consciência social: a sociedade é dividida em dois planos superpostos:

- a) a elite intelectual, detentora da cultura e do direito de pensar.
- b) a massa obreira, executora do trabalho material que deverá ser submissa às idéias pensadas pela elite.

A transmissão dessas idéias, segundo o autor, constitui-se no principal objetivo da educação. Por esse motivo, uma teoria da educação é inseparável da teoria intelectualista da realidade social. A mentalidade primária, imbuída do preconceito intelectualista, apela para a educação como instrumento para obter a obediência dos que não pertencem à classe superior, reduzindo assim a educação a um “processo persuasivo, destinado a impor os pontos de vista da classe culta com função dirigente” (p. 298).

23 - Culto ao bom senso: esta modalidade é mais frequentemente encontrada em indivíduos de escassa instrução, mas não raro é adotada por pessoas de formação intelectual mínima, os que proclamam a superioridade do bom senso pensam que os problemas do país são elementares. Basta possuir mediano bom senso para ver o que é preciso fazer. Por isso, dispensam considerar como importante o trabalho dos estudiosos e pensadores empenhados em interpretar a realidade.

24 - Defesa do progresso moderado: a consciência ingênua acredita no crescimento nacional espontâneo, em virtude de um mecanismo que lhe é inerente. Não acredita em planos de conjunto,

em planos complexos e de demorado acabamento.

Apresenta “insensibilidade aos empreendimentos grandiosos e descrença generalizada na validade das grandes obras destinadas a alterar de maneira profunda a realidade nacional” (p. 313).

Pelo seu despreparo teórico, ausência de reflexão crítica e conhecimento do significado objetivo do processo histórico, a consciência ingênua desaprova a tecnologia e considera o desenvolvimento rápido como fonte de desequilíbrio.

25 - Ignorância do potencial político na atuação internacional: um dos critérios que se vale a consciência ingênua é a comparação entre situações nacionais com países distintos, ignorando que os dados comparados pertencem a processos nacionais específicos, de cuja dinâmica resultam e cuja exata percepção, implica no conhecimento da lógica própria a cada um desses processos.

26 - Visão romântica da história: a consciência ingênua tende a minimizar toda ocorrência objetiva e vivê-la numa perspectiva intelectual ilusória. Supõe que a história de uma comunidade nacional, ou do mundo, “é um movimento conjunto presidido ou governado por uma força superior, uma vontade divina ou um destino fatal” (...) (p. 335).

Uma variedade da atitude romântica é o caráter antropomórfico, que consiste em reduzir o processo histórico à ação das individualidades humanas, ou de agentes abstratos e entidades lógicas, cujo comportamento é concebido em igualdade com o comportamento humano.

27 - Romantismo na concepção das relações econômicas e políticas:

A consciência ingênua tem para com a realidade econômica, uma atitude de absoluta incompreensão. Ignora a natureza desse domínio real e os condicionamentos que o determinam, é indiferente aos mecanismos pelos quais se processa a correlação entre as bases de produção, circulação e troca econômica.

O fato político, em vez de ser entendido nos verdadeiros motivos objetivos que o condicionam, é tomado como força autônoma, resultante das disposições objetivas de parcelas da comunidade.

28 - Pessimismo: o pessimismo ilógico, uma disposição típica da consciência primária, considera que a história da humanidade e a de cada país em particular, só tem possibilidade de mover-se em duas dimensões: a paradisíaca e a catastrófica. A primeira é a marcha dos povos que, por graça excelsa do destino ou da Providência, conseguiram encontrar meios de enriquecer; e de homens que os

conduziram dignamente. Por esses motivos foram lançados no caminho do bem estar, do poderio, da felicidade. A consciência catastrófica considera que a nação marcha para o caos, para as lutas sociais, para a guerra civil, para o abismo. Estabelecem-se assim, um estado de espírito de pessimismo crônico, de tendências de pânico, de mau humor histórico, dotado de ânimo derrotista. Fixada em posturas simples e rígidas, a consciência ingênua fica impossibilitada de apreender a objetividade das coisas e dos fatos.

Para o autor, a idéia do abismo à frente do país, não passa de um pesadelo romântico, pois, numa perspectiva global e crítica, o país nunca se perde, transforma-se. Essa mesma perspectiva crítica, nos esclarece que o curso da história apresenta turbulências: “há crises, mas não há cortes; se alguma coisa se extingue é porque foi substituída” (p. 363).

29 - Ufanismo: a característica central: do ufanismo é a satisfação, o otimismo com a realidade nacional.

Nas alturas da inocência a que se alçou, todos os valores se confundem: as belezas do país tornam-se riquezas, todos maravilhosos panoramas da nação, são contados como haveres. “O mundo exterior, configurado no país a que pertencemos, é bom, é perfeito” (p. 368).

30 - Saudosismo: é uma síntese de pessimismo e otimismo: pessimismo em relação ao presente e otimismo quanto ao passado.

Para Vieira Pinto, o que há de mais prejudicial neste estado de espírito é que a consciência primária não se limita à nostalgia do passado - pretende restabelecê-lo. Torna-se, então, reacionária. Assume postura de resistência à realidade, desinteressando-se pelos planos de desenvolvimento nacional.

31 - Primarismo político: consiste numa distorção do pensamento, em virtude do qual os problemas reais são apreendidos e depois resolvidos em termos exclusivamente políticos. Não se trata, porém, da significação crítica do fato político, mas da sua significação ingênua.

Esta modalidade é típica da consciência política municipal, que acredita “resolver os problemas com que se defrontam por meio de manobras, conchavos e troca de favores, com o que julga harmonizar os interesses em conflito” (p. 390).

Adverte ainda o autor, que esta modalidade de consciência primária - a esperteza política - já não surte efeito. Está sendo substituída pela inevitável compreensão ideológica e pela consciente

tomada de posição. No procedimento eleitoral democrático, o autor considera que a existência de políticos demagogos, supõe igualmente a massa em etapa primitiva do processo de reflexão. As massas são seduzidas pelos demagogos porque estes formulam para elas, “aquilo que elas mesmas pensam” (p. 396).

32 - Ambiguidade e conciliação de idéias incompatíveis: o pensamento ingênuo defende com vibrante entusiasmo certas proposições e pontos de vista doutrinários, mas, ao mesmo tempo, está sempre proposto a harmonizá-los com proposições ideológicas diferentes ou opostas, desde que não lhe sejam exigidas as justificativas teóricas dessa acomodação.

Numa atitude eclética, o pensador ingênuo, parece haver descoberto uma fórmula lógica que supera e harmoniza as contradições dos diversos sistemas. O ecletismo, torna-se assim, um super-sistema; a fórmula das fórmulas, e por isso sua verdade é inconteste e definitiva. “O pensador eclético, em regime de plena alienação cultural, é prisioneiro do próprio arbítrio intelectual escravo da liberdade de combinação ideológica de que tanto se orgulha” (p. 414).

33 - Recusa à atribuição de ingenuidade: a atitude ingênua tem a pretensão de querer passar por crítica. Existe ainda a possibilidade da consciência simplista acusar de ingênua a consciência crítica.

O autor, em relação a essa controvérsia, não descarta a possibilidade de oscilação entre as duas modalidades de consciência uma vez que estas modalidades “não são dois modelos de pensar completos, encerrados em si, incomunicáveis, de tal sorte que cada indivíduo tem de possuir uma ou outra: são comportamentos que, em: sua estrutura, se mostram coerentes, formando uma totalidade, mas podem alternar-se no mesmo indivíduo” (p. 421).

Sociológica e historicamente, a predominância da consciência ingênua, pertence às fases primárias do processo nacional. É encontrada desde a época da economia natural até a de economia colonial e semicolonial. A passagem da consciência nacional do grau elementar ao crítico, não é acontecimento limitado à subjetividade individual - é característica coletiva e se manifesta como sucessão de fases no decorrer da história.

Finalizando o primeiro volume, Vieira Pinto indica que a consciência crítica encontra a sua realização prática, na “ascensão das massas trabalhadoras, no progressivo avanço dos setores nacionalistas da burguesia empresarial, no predomínio dos grupos técnicos de alta administração pública e no reconhecimento obtido pelos pensadores, sociólogos e economistas empenhados na compreensão dialética do processo do desenvolvimento” (p. 432).



PINTO, Álvaro Vieira. Consciência realidade nacional: a consciência crítica. Rio de Janeiro: ISEB, 1960. 639 p.

Na introdução do 2º volume, o autor lembra que ao definir a consciência ingênua (1º volume) fez-se necessário confrontar os dois tipos de consciência para bem descrever a consciência ingênua. Adverte ainda ao leitor que no 2º volume não se pretende repetir, pelo inverso, o longo enunciado de atributos ingênuos.

A intenção da obra é caracterizar de maneira clara a forma crítica da consciência da realidade nacional. O autor inicia a obra com a exposição de sete categorias que definem a consciência crítica: objetividade, historicidade, racionalidade, totalidade, atividade, liberdade e nacionalidade. Estas categorias permitem a correta interpretação da realidade.

#### 1 - A categoria de objetividade:

A consciência crítica tem por marca dominante a objetividade, ou seja, a representação das coisas e dos fatos tal como se dão na existência empírica e nas suas correlações causais e circunstanciais. Sempre voltada para o real, a objetividade “é a categoria fundamental da reflexão crítica, aquela de que decorrem todas as de mais” (p. 21).

#### 2 - A categoria de historicidade:

Para o pensamento ingênuo, a realidade de um país é evidentemente composta de acontecimentos que se sucedem no tempo. Nesta modalidade de pensar as transformações são superficiais, acidentais. As mudanças produzidas pelo processo nacional não afetam a essência da realidade, não obrigam a substituir as representações sobre a estrutura do país.

Para o pensamento crítico, a categoria capital no entendimento da realidade é a de “processo”, pois a realidade é sempre, e por natureza, “transição e mudança” (p. 28). Na consciência ingênua, a história é concebida como inclusa na realidade: A história é do país, mas o país não é da história. O fato histórico é acidental, suas repercussões e conseqüências benéficas ou trágicas - não afetam a essência da nacionalidade. Na perspectiva de processo (historicista e crítico) a compreensão é diferente: o Brasil é a sua história, é indiscernível dela, pois a sua própria constituição em âmbito geográfico é fato histórico, processou-se ao longo do tempo, deve-se a causas objetivas e “só se explica em forma de sucessão cronológica historicizada” (p. 31). Somente por meio da categoria

historicista e crítica é que teremos acesso à compreensão da realidade nacional.

Para o entendimento ingênuo, a história se ocupa exclusivamente do passado, que é o seu material de estudo. É o conhecimento retrospectivo. A compreensão crítica entende a historicidade em sentido ativo. A historicidade não é o conhecimento do passado enquanto passado, mas do presente que foi. Os critérios de entendimento não serão os que se fundam no passado, mas os que decorrem da historicidade do presente atual, concebido como fluência e virtualidade.

### 3 - A categoria de racionalidade:

A consciência crítica é marcada pela categoria de racionalidade porque:

- tem conhecimento da diversidade de atitudes na sua relação com o real.
- somente ela é o caminho para adquirir o conhecimento das leis que regem a existência objetiva e a única proveitosa para conduzir o trabalho transformador das condições exteriores.

Para Vieira Pinto, na medida em que se vão realizando transformações que melhoram as bases materiais da comunidade, a percepção das insuficiências, desperta e cresce mais rápido que as alterações em curso. O processo de desenvolvimento é exemplo deste fato, onde conquistas materiais, além do evidente reconhecimento do fato, desencadeiam um alargamento da área de representação subjetiva e um acréscimo de sensibilização da massa.

Deste modo, a sensibilidade coletiva e o grau de consciência, crescem com a magnitude do desenvolvimento nacional e, para que essa consciência seja realmente crítica, deve ser assinalada pela procura das correlações causais da realidade nacional.

Dentro da explicitação da categoria racionalidade, o autor procura demonstrar a inconveniência do pensamento formal e a necessidade do pensamento dialético na análise da realidade nacional e na compreensão do fenômeno do desenvolvimento.

A teoria dialética aclara logicamente o estado de subdesenvolvimento e se constitui em poderoso instrumento para promover a efetiva alteração da realidade.

Para o país desenvolvido basta a lógica ser dialética no conteúdo; mas para o país subdesenvolvido é necessário que a lógica seja dialética não apenas no conteúdo mas também na aplicação.

A teoria dialética exerce função libertadora das comunidades atrasadas, pois as faz ver-se a si mesmas como totalidades autônomas e lhes fornece as categorias indispensáveis para analisar o fenômeno do desenvolvimento econômico e cultural.

O supremo mérito da perspectiva dialética é tornar racional o estado de incultura e miséria do país, significando que este fenômeno pode ser expresso num sistema de idéias que o explica e o faz dominado pela inteligência.

O país que se encontra em regime de exploração colonial e semicolonial é, segundo o autor, a sede de numerosas contradições objetivas. O que falta aos países nestas condições é justamente o conceito de contradição. Somente quando a comunidade toma consciência da contradição é que se abre à sua inteligência a percepção do caráter fundamentalmente contraditório da realidade.

Vieira Pinto observa que só no momento presente a comunidade brasileira alcançou um ponto do processo de desenvolvimento nacional, no qual já se revelou à nossa consciência, com inteira nitidez, a contradição principal que nos afeta. Desta revelação a revelação dos significados das demais, o trânsito é imediato.

Portanto, a realidade brasileira está atingindo condições objetivas que lhe permitem a elaborar a doutrina de sua racionalidade específica e compreender que o estado de atraso, pobreza e ignorância tem causas objetivas e identificáveis.

O salto histórico do país subdesenvolvido para o pleno desenvolvimento não é um processo linear, representando apenas a expansão, a melhoria do estado anterior. É a efetiva ruptura com o modo de existência precedente e só se caracteriza como real pela qualidade original da realidade que surge em lugar da antiga.

Este salto, analisado pela categoria dialética, altera a substância da realidade, substitui as estruturas em que se assentava, exige da consciência coletiva o despojamento das idéias tradicionais e dos valores consuetudinários.

O filósofo do país subdesenvolvido em esforço de crescimento econômico tem diante de si, segundo Vieira Pinto, uma tarefa específica: a de formular em caráter dialético, as leis da realidade onde vive. Não sendo executada esta urgente tarefa, abre-se espaço para tendências dogmáticas ou formalistas para rejeitar o pensamento dialético, acusando-o de teorização abstrata, por não verem nunca aplicado à realidade conhecida.

Considerando-se a realidade das nações plenamente desenvolvidas, é preciso reconhecer que, dado o regime de espoliação imperialista, o progresso que conquistaram deve-se, em grande parte, a possibilidade que tiveram de explorar áreas atrasadas. Quando o país atrasado desperta e inicia o seu processo de autonomia econômica, a espoliação anterior, causa do alargamento da distância entre países desenvolvidos e atrasados, começa a ser abolida.

Finalizando o capítulo, Vieira Pinto refere-se ao princípio da dialética: “tudo o que é real é racional” e aplica-o à nação: “tudo o que é nacional é racional” (p. 112). Com esta afirmativa, condensa a essência do pensamento crítico sobre o processo de desenvolvimento do país subdesenvolvido.

#### 4 - A categoria de totalidade:

A metodologia ingênua, entendendo a interpenetração dos problemas como um obstáculo, apresenta objeções à concepção de totalidade, denunciando-a como viciosa e incorreta, mesmo enquanto conceito. Por isso, exclui o ponto da totalidade ao apreciar a realidade nacional.

A diretriz suprema do pensar crítico é a consideração da realidade como processo historicamente apreendido pela consciência, que nos leva a compreender a raiz do caráter de totalidade.

O país subdesenvolvido, como totalidade, está constantemente sofrendo transformações que se fazem sentir em todos os seus aspectos; a ação exercida sobre um deles é simultaneamente exercida sobre todos os demais, que deixam de ser o que eram antes de tal ação. (Alteração global da realidade pela modificação de qualquer um de seus dados).

O conceito de “causalidade circular” admite que no país atrasado, os diferentes aspectos que constituem a situações de penúria econômica e retardo cultural são cada qual causa de um outro, até que um deles vem a ser a causa do primeiro. Ao transferirmos este conceito da situação objetiva ao plano lógico, chegamos à idéia de “círculo vicioso”. Criticando a “causalidade circular” como conceito insuficiente, inadequado e nocivo, Vieira Pinto afirma que “o país subdesenvolvido não está entregue à fatalidade de um círculo vicioso, mas ao dinamismo de um processo histórico” (p. 126).

O autor considera que os problemas brasileiros do momento são, em essência, um só: a superação do subdesenvolvimento. Havendo largas diferenças de riqueza, regime de trabalho e educação, cada círculo sente suas dificuldades como peculiares à sua área e não é levado a perceber o entrelaçamento delas com as dos outros.

A diversidade dos problemas existentes num contexto nacional, agravada no caso de uma nação extensa como o Brasil, leva a particularização ingênua: o intento de resolver os grandes problemas nacionais por partes locais sucessivas.

O caráter objetivo da categoria de totalidade mostra que onde há desigualdades, o país não sente como subdesenvolvido apenas uma das suas regiões, mas se sente, todo ele, subdesenvolvido.

Para a consciência crítica, igualmente, não existe a questão do subdesenvolvimento regional como um fator isolado: o que há é o subdesenvolvimento nacional.

A nação é a totalidade final, fonte original de sentido para tudo o que existe no seu interior, pois o significado que todo fato recebe da totalidade nacional é mediatizado pelas subtotalidades, regionais e locais.

Estas subtotalidades não têm limites definidos, incluem-se em outras e incluem em si, círculos cada vez menores, que também podem valer como totalidades referenciais.

Procurando explicar a questão “estar no mundo e ser no mundo”, afirma que o homem é um ser que se faz o que é, em virtude de ser um “ser no mundo”. O existir do homem não se aprende sem o mundo que lhe dá suporte, que o antecede na existência e o acolhe para fazer o possível a cada um realizar o seu ser. Desta forma, o “estar no mundo” é um dado; o “ser no mundo” é um processo. (p. 136)

Para Álvaro Vieira Pinto, o homem do país subdesenvolvido só realizará o seu ser ao desenvolver plenamente o seu mundo (seu país). “Quanto mais atrasado é o estado da realidade nacional, menos o homem é verdadeiramente humano (...)” (p. 139).

A ideologia do desenvolvimento nacional é a essência do humanismo porque o subdesenvolvimento constitui a situação existencial do humanismo.

O subdesenvolvimento é um estado de alienação no qual o homem fica distanciado do seu ser. A nação subdesenvolvida é também um ser alienado, cuja essência está fora dele. É possuída por outros, pois a nação desenvolvida detém o comando de sua economia e, por esse meio, do seu destino. E, para se reintegrar na posse de si mesma, deverá praticar uma política que, em sentido geral, se chamaria de nacionalismo.

Para o pensamento ingênuo, a totalidade não seria categoria objetiva, mas subjetiva. O pensar crítico reconhece que a totalidade é categoria objetiva, historicamente alterável, dotada de ação

configurativa, manifestada sobre todos os seus elementos.

Interpretado pelo ângulo da categoria de totalidade, o subdesenvolvimento é o único e real problema brasileiro.

#### 5 - A categoria de atividade:

A característica da atividade humana superior, consciente, é o produzir “com o fim de”. O desempenho da ação afeta não apenas os corpos sobre os quais incide, como igualmente os outros homens, direta ou indiretamente, pelas relações que mantém com os corpos visados, dando em resultado que o ato humano só se constitui como tal em condições sociais.

É na perspectiva de referência do existir humano ao mundo social que se pode captar o significado da atividade. Assim, o agir se compreende pela “interposição” do homem ao mundo. O homem está “posto entre” as coisas do mundo, enquanto pertence a este. Este “entre” deve ser entendido como interposição dinâmica, pois o homem é o autor do “entre”, enquanto modo se relacionarem existencialmente as coisas e as pessoas umas às outras.

O homem é, portanto, o sujeito atuante da interposição. Se a atividade é “interposição” do homem no meio das coisas, a ação consiste em fazer as coisas mudarem de posição, alterarem seus aspectos, consiste em modificar o estado de realidade física e social.

Analisando o trabalho e a nação como projeto, Vieira Pinto afirma que o homem, ao agir sobre o mundo, “força-o a expor o que antes eram virtualidades em recesso, tornando-as atualidades em processo” (p. 197).

O atual é sempre concreto, logo, a consciência que se constitui pelo atuar, é necessariamente concreta. O trabalho é o desvendamento do mundo porque supõe necessariamente a percepção da realidade como processo.

A nação resulta de um projeto de comunidade, posto em execução sob a forma de trabalho. “É a atividade que torna possível a existência da nação” (p. 199). A reflexão sociológica sobre o significado da atividade é o de que o trabalho transformador do mundo, transforma ao mesmo tempo o trabalhador.

As teorias éticas que a consciência crítica patrocina são as que, de uma forma ou de outra, buscam na ação objetiva aquela que se faz no mundo físico e social, os fundamentos da legislação moral, e descobrem no sistema das relações reais entre os homens, os princípios dos méritos e sanções

que recebem.

Vieira Pinto diz que o nacionalismo é uma ética social. Este aspecto da ideologia do desenvolvimento permite a reflexão de que a comunidade atrasada vive segundo uma ética alienada. Ao nacionalismo cabe elaborar um sistema de valores e a ética adequadas para presidir as transformações da realidade. Assim, é a própria comunidade que deverá cunhar a norma para atender as situações, sem cair no equívoco de utilizar pautas de valor que se mostram eficazes para as sociedades de alto progresso.

Se os países em desenvolvimento aceitaram a teoria da ética das nações dominantes sem discuti-la, estarão justificando a opressão de que são vítimas, as pressões que sofrem, as alienações em que se perdem. Os países que se lançam ao cometimento do progresso precisam obedecer a uma ética própria. Essa ética é o “nacionalismo” (p. 238).

A ética do desenvolvimento não é artefato teórico ou obra de pensadores iluminados, mas é feita na prática dos atos transformadores da realidade, de acordo com as diretrizes nacionalistas.

O conteúdo da ética do desenvolvimento nacional não se submete a decálogos ou códigos universais, justamente porque está sendo extraído da realidade à força de transformá-la por ações inéditas.

O conceito de revolução e o verdadeiro espírito revolucionário nada têm de comum com a impetuosidade, a indignação, o protesto e o quixotismo, próprios da consciência ingênua.

A consciência ingênua vê a revolução como um salto num futuro indefinido e desconhecido, como lance histórico de defeitos imprevisíveis. A situação dela decorrente só será conhecida quando se realizar. O pensamento crítico, ao contrário, é aquele que não se serve a revolução, mas serve a ela. Não a concebe como intervenção arbitrária na história, mas a vê permanentemente em curso na fluência constante do real.

A revolução tem de ser dirigida pelo pensamento que se preparou para ela pela análise intensiva dos fatos, utilizando-se de uma teoria geral.

## 6 - A categoria de liberdade

A consciência crítica, por oposição à ingênua, é uma consciência autônoma. A liberdade é atributo da consciência superior da realidade nacional.

O país subdesenvolvido é um país submetido à limitação existencial constituída pela pobreza, ignorância e opressão social. Para ele ser livre é preciso romper com esse cerco, pela conquista do desenvolvimento.

A liberdade deve ser interpretada enquanto significado dos atos concretos que suprimem o jugo do subdesenvolvimento.

A consciência, quando “tendida para” captar o mundo objetivo, pode supor-se livre, no sentido de ser capaz de exercer sobre o processo de intenções que o modifiquem sem ser determinadas fatalmente por ele.

O “estar no mundo” condiciona o “ser no mundo”, em duplo sentido: relativamente ao “ser” do mundo, fazendo com que este o manifeste como realidade, em função do modo como estamos nele; em segundo lugar, relativamente ao “pertencer ao” mundo, pois a nossa situação nele é que determina as possibilidades de nos ligarmos a ele pela relação de “pertencer a” ele.

A consciência ingênua opta pela modalidade de “pertencer ao” mundo que consiste em aceitar a realidade sem o projeto de modificá-la, em virtude de acreditar que se transforma por si mesma.

Para a consciência crítica, o “pertencer ao” mundo é sempre conhecimento de um desafio, a resposta ao qual poderá revelar-se como ato livre, porque supõe a decisão sobre o modo como deseja que o mundo se constitua. “É somente com fundamento na prática da relação de pertencimento ao mundo que se produz a liberdade” (p. 264).

O ato em verdade livre é aquele que intervém no processo da realidade para transformá-la, em virtude de o indivíduo ter aceito de antemão e se identificado com ela.

A deliberação não se exerce no vazio, no puro querer mental. A liberdade tem de ser atributo da identidade de um projeto e sua execução.

A liberdade postula a unidade da existência humana e processo natural e histórico, não sendo predicado subjetivo da consciência, mas qualidade objetiva que esta possui enquanto origem de atos libertadores.

Todo gesto eficaz que contribua para libertar o país de uma servitude, acelera imediatamente a consciência. Por isso, toda vez que o governo pratica um ato que produz o rompimento de alguma dependência, esse fato tem consideráveis repercussões na consciência das massas, inculcando nelas a idéia da liberdade.



Vieira Pinto considera que a idéia da liberdade como valor interior é uma fantasia do romantismo filosófico, pois admitindo-se que “basta conquistar a liberdade no íntimo de cada um, perde interesse o projeto de obtê-la socialmente para todos.” (p. 279). Quando um povo adquire a consciência do subdesenvolvimento como “situação-limite”, inicia a marcha para anulá-lo.

## 7 - A categoria de nacionalidade

O autor inicia a explanação sobre a categoria afirmando que a consciência crítica da realidade nacional é necessariamente autoconsciência. A categoria de nacionalidade significa que a consciência do mundo não pode ser individual, pois ninguém vê a realidade como observador isolado e desinteressado.

O nacionalismo com a consciência autêntica da realidade nacional demonstra que não há outra possibilidade de conduzir o nosso processo econômico, em condições de máximo rendimento, fora das diretrizes de rigorosa política nacionalista.

Sendo a forma assumida pela consciência nacional, enquanto reflexo da realidade social objetiva, o nacionalismo se caracteriza por traços distintos em cada grande fase histórica: o período colonial e o período inicial de autonomia.

Na fase colonial, sendo diminuta a compreensão da consciência sobre a causa de tal estado, é natural que o projeto da nação elaborado pela comunidade dependente assumia o tom emocional. É a época em que vieram à luz notáveis produções da cultura nacional, caracterizadas pelo desejo de interpretar a realidade do país e exprimir-lhe os sentimentos coletivos. O nacionalismo deste período se reveste de três traços: romântico, literário, subjetivo (modalidade primária).

Quando o país ingressou na fase de autonomia, o caráter emocional cedeu lugar à natureza racional do projeto racionalista.

Assim, o nacionalismo passa a ser: lógico, técnico e objetivo.

Vieira Pinto resume as características do nacionalismo conforme as fases do processo histórico da seguinte forma: (p. 310)

Fase colonial	Fase autônoma
- defesa da forma nacional	- defesa do conteúdo nacional
- preponderância do aspecto jurídico	- preponderância do aspecto econômico
- caráter emocional	- caráter racional

* romântico	* lógico
* literário	* técnico
* subjetivo	* objetivo
- representado pelas elites	- representado pelas massas

A perspectiva histórica mostra que o nacionalismo é uma tendência permanente em todo o nosso processo nacional, apenas variável nas modalidades e no conteúdo assumido em cada período.

O fundamento do atual nacionalismo está nas massas e não nas elites, porque são as massas que detém o privilégio da prática transformadora da realidade.

O trabalho que fazem prova-lhes que ações criadoras de proveitos econômicos internos são as únicas que as beneficiam e contribuem para amenizar a espoliação de que eram vítimas.

Sobre as “supostas” contradições do nacionalismo, Vieira Pinto afirma que ele “não sofre nenhuma ambigüidade teórica e tem na prática social a fonte de sua verdade e o princípio de sua orientação” (p. 321).

Sendo o nacionalismo, na concepção do autor, um fenômeno de massa, as elites poderiam não dar atenção à crescente consciência das massas ou decidiriam lutar contra o nacionalismo para sufocá-las. As elites considerariam que os únicos interesses legítimos, a defender são os delas mesmas, fazendo o máximo esforço para proclamar a identidade de seus interesses com as da nação, denunciando como criminosas as manobras dos que pugnam pela causa popular.

Descobrimo que sob o nome de nacionalismo se abriga, de modo geral, um conjunto de tendências, atos, idéias e valores mais acentuados no sentir popular e melhor expressos pelos pensadores e estudiosos que se identificam com o povo, veem-se forçados a se manifestar contrários ao nacionalismo. Por isso que entre eles se recrutam os setores mais letrados da população para combater o nacionalismo e, com essa atitude, manifestam a atitude de se manterem co mo elites culturais e econômicas.

A consciência crítica é a única habilitada a possuir o verdadeiro sentido do interesse nacional, a única fonte pura do pensamento nacionalista. Assim, a categoria de nacionalidade é o “predicado máximo do pensar crítico” (p. 331).

Sobre a expressão teórica do nacionalismo, Vieira Pinto afirma que o nacionalismo é uma

ideologia de massa porque encontra menos acolhimento entre as chamadas elites cada vez mais voltadas à progressiva desnacionalização.

Cada vez mais são as massas que assumem o direito de representar o pensamento da nação quanto mais declinam a representatividade das elites burguesas.

É a diversidade objetiva entre graus do processo da realidade nacional e a diferente participação nele dos indivíduos e das classes sociais que condicionam os modos de pensar e de sentir antagônicos (encontro de consciências ou luta de classes).

A situação de alienação do país atrasado perdura longamente, até que o país atrasado começa a manifestar os primeiros indícios do despertar da consciência.

Na fase de dependência colonial faltava à consciência dominada o essencial para se tornar fonte de significações: interesses próprios. Só quem os tinha era o dominador. Mas logo surgem interesses autônomos e tal se dá quando se gera no país novas modalidades e relações de produção que não mais serão compreendidas pelos trabalhadores se continuarem a servir-se de critérios e significados recebidos daqueles que se aproveitam do seu trabalho.

A política do país dominante procura exercer ação transformadora do sentimento das massas das regiões marginais, utilizando como instrumento as teorias e os processos educativos que lhe são próprios, num duplicado esforço de assimilação e domesticação cultural. O ideal desta política é uniformizar a educação de todos os países atrasados em igualdade com a do “centro irradiador”. Acredita ainda que se conseguir distribuir aos povos pouco desenvolvidos o mesmo tipo de ensino, as mesmas idéias sociais e científicas, os mesmos processos didáticos, criará para a humanidade o mesmo universo intelectual, iguais hábitos e valores, o que constituem, segundo pensa, a premissa inicial para resolver todos os problemas mundiais.

Do país atrasado, a educação sendo privilégio da minoria, dominante, expressa naturalmente os ideais desta e visa reproduzir membros do grupo superior. Por outro lado, o trabalho estafante e miserável do povo, o processo real que pesa sobre os ombros da massa também são “processos pedagógicos”.

Forma-se assim um duplo processo pedagógico: a escola distanciada do real, inapta a exprimir e transmitir a consciência social útil e a realidade, sempre presente, rica de experiências, de lições, sem planos, formadoras de outra espécie de consciência.

Um dos índices que demonstram a falta de inserção do burocrata pedagógico no processo real da sociedade é dado pela incapacidade de apreciar com idéias próprias o fenômeno do analfabetismo. Geralmente considera-o um mal que precisa ser “erradicado”. Este pedagogo alienado jamais compreenderá que o analfabetismo é um grau do processo de educação, e não a ausência de educação.

O analfabeto é um indivíduo educado nas condições que a realidade nacional lhes oferece. Ele sabe numerosas coisas de que necessita para subsistir, e só não sabe ler e escrever porque nas suas condições de trabalho estas não são exigências de subsistência.

O analfabeto é educado pelas condições da sociedade para se tornar analfabeto, não nasce tal. “Alfabetizar e analfabetizar” são duas formas de educação que a sociedade está constantemente destinada a duas classes de suas crianças, de acordo com a situação de trabalho e nível econômico que lhes oferece.

Os analfabetos estão de posse de uma educação suficiente para as condições de vida que levam, e para alterar-lhes a educação o que há de fazer não é “simplesmente infundir-lhes o conhecimento, mas transformar-lhes as circunstâncias gerais de vida, o modo de trabalho, para que em nova situação tenham necessidade do saber que a instrução superior lhes deve conferir” (p. 383 grifos meus).

Para o autor, os recursos utilizados para Campanhas de alfabetização, estão, por outro lado, embora sem perceber, custeando a analfabetização das suas restantes massas proletárias e camponesas.

Ao se alfabetizarem, esse ganho seria apenas formal e simbólico, pois logo a seguir, recairiam no analfabetismo prático, que é a ausência do livro.

A consciência do país subdesenvolvido é, por natureza alheia e submissa. O nacionalismo é apresentado pelo autor como “supressão da alienação”.

A capacidade de pensar por si a verdade a seu próprio respeito e a respeito da existência circunstante, decorre da plena coincidência do ser e da essência, condições que definem o estado não alienado.

Todas as manifestações de alienação cultural e ideológica têm por base e causa a alienação econômica. O efetivo avanço do processo de libertação nacional depende da ação recíproca entre pensamento nacionalista e política econômica nacionalista.

A consciência é sempre reflexo da realidade e somente ela pode ser objetiva, pois exprime a verdade desta de acordo com o conhecimento mais perfeito existente no momento.

Um dos aspectos da consciência alienada é o culto ao capital estrangeiro, acreditando que a nação subdesenvolvida não é capaz de se elevar por si só aos níveis superiores do progresso econômico sem o auxílio do capital estrangeiro. Assim, a consciência alienada não é impatriótica por natureza, “mas incide na ingenuidade de pretender libertar-se com o auxílio do seu carcereiro” (p. 393). A denúncia e erradicação da consciência alienada só serão levadas a cabo pela consciência nacionalista, pois revela-se como o “único recurso para superar e suprimir a alienação da consciência do país subdesenvolvido” (p. 394).

Para Vieira Pinto, a alienação em nosso passado foi inevitável, pois a mentalidade nacional se esgotava em refletir a consciência alheia. O nacionalismo, porém, tem efeito desalienador no setor econômico, político e cultural.

Vieira Pinto considera ainda que uma consciência alienada aquela que não se comporta como reflexo da realidade brasileira e que persiste no culto de concepções e estilos de vida estrangeiros. O declínio e desaparecimento da alienação tem de se fazer concomitantemente com a consciência desalienada que chama de “nacionalismo”. O país precisa criar o seu pensamento, a sua imagem de si e do mundo, sua cultura artística, hábitos e valores, em contraposição a uma cultura que o envolve e domina. Alerta o autor que a mudança de consciência não se faz gratuita mente porque o dominante vigia com cuidado qualquer manifestação de discordância ou rebeldia.

Vieira Pinto considera como verdadeira a afirmação de que existem “dois Brasis”, separados no tempo social e não no espaço geográfico. São grupos sociais corporificando fases diferentes de um só processo histórico, separados pelos respectivos fundamentos no processo da realidade, embora unidos na composição de uma mesma nação. Os dois “Brasis” acham-se tanto nas metrópoles do Sul como nas regiões do Norte. O Brasil atrasado está onde existem forças sociais retrógradas. Não há conflito entre nacionalismo e regionalismo na consciência crítica, pois não há consciência regional sem como um componente de uma consciência nacional.

#### Princípios de uma política nacionalista

Após as considerações sobre a categoria de nacionalidade, Vieira Pinto passa a expor os princípios gerais e atos de uma política tipicamente nacional. Explicita então, 13 objetivos na luta pelo desenvolvimento nacional:

1 - A incorporação do trabalho nacional ao país: a política nacional deve abolir a servitude internacional do trabalho, restaurando o valor do trabalho nacional, pelo íntegro aproveitamento dele por parte do país. Para isso é preciso cessar a exportação, nacionalizar as empresas estrangeiras, assegurando deste modo a acumulação de capital suficiente para o processo de desenvolvimento autônomo.

2 - A crescente participação das massas no processo político: as elites estão desligadas dos interesses reais do processo nacional ou ligadas a organizações estrangeiras, que lucraram com o estado de atraso ou de demorado desenvolvimento. “A elite autêntica está sempre na massa como um todo”. (p. 448).

3 - O pleno emprego dos recursos nacionais: o país subdesenvolvido, por isso submetido à exploração econômica estrangeira, forma sempre um espaço social onde não pode haver o pleno emprego dos recursos naturais. Faz-se imprescindível que o país atrasado tome consciência do inaproveitamento de suas riquezas e passe a empregar os recursos naturais próprios.

4 - A repressão ao capital privado estrangeiro: uma vez possuída a ideologia emancipatória, a consciência crítica imprimirá ao processo objetivo o rumo que a devemos conduzir ao total repúdio ao capital estrangeiro.

5 - A política do desenvolvimento visa a humanizar a existência das massas populares: o subdesenvolvimento do país se identifica ao desumanismo da existência do povo. A política nacionalista constitui-se em verdadeiro humanismo, pois é o bem estar do povo todo que inspira tal política.

6 - O monopólio estatal dos fatores econômicos básicos: a posse, por agentes estrangeiros, e mesmo por particulares nacionais, dos instrumentos básicos da produção, representados pela energia elétrica, combustíveis, jazidas de minérios, impede o poder político do povo de aproveitar em seu benefício exclusivo, a potência econômica corporificada nesses instrumentos.

7 - A defesa da indústria nacional autêntica: a industrialização fornece o índice mais visível da mudança qualitativa da realidade nacional, pois exprime um conjunto de alterações econômicas e sociais inéditas, as que a tornaram possível e as que dela resultam.

A industrialização só indica real ascensão histórica da comunidade quando os atos criadores dos bens não apenas se realizam dentro dela, pelo seu trabalho autêntico, mas são feitos por ela em seu imediato proveito.

8 - A política de ocupação do nosso território: a ocupação das áreas desabitadas no país faz parte da nova teoria política, que não mais dissocia o fato histórico dos fundamentos geográficos.

A ideologia nacionalista inclui como ponto primordial do seu programa a ocupação territorial e deseja colocar todas as grandes questões econômicas e sociais na perspectiva que as associa intimamente à diversidade demográfica e à existência de correntes migratórias internas, relaciona-as com a presença de enormes espaços vazios no interior, com o crescimento vegetativo global da população e as imensas distâncias entre os grupos humanos.

9 - Reforma agrária: entendida como o conjunto de medidas que visam a transformar a existência das massas camponesas, mediante a alteração das suas relações de produção, modo de trabalho e regime de propriedade da terra, integrando-as no movimento geral de ascensão do nível de vida do país, incorporando-as ao processo do desenvolvimento.

A reforma agrária constitui aspecto particular do processo geral da sociedade, do movimento transformador de todas as suas estruturas e não se realiza apenas pela ação da fração social diretamente interessada, mas pela comunidade toda, em conjunto.

10 - A política internacional de plena soberania: o traço distintivo da nação subdesenvolvida é a ausência de soberania. No plano internacional suas ações são comandadas pelo sistema de forças que a domina.

11 - A educação popular para o desenvolvimento: o progresso da consciência se acelera pela educação, mas para que isso aconteça faz-se preciso que a educação vise a totalidade das massas trabalhadoras e se descaracterize dada vez mais como privilégio das elites.

12 - A cultura do povo, tendo forma e raízes nacionais: a teoria do desenvolvimento e a prática política que lhe corresponde, constituem por si nova forma de cultura. A cultura anterior tinha como traços marcantes a alienação do saber, o mimetismo, a transplantação e o horror aos problemas brasileiros, o modismo metropolitano. Somente numa fase de intenso desenvolvimento, estamos em condições de produzir de modo consciente, e em forma crítica, aquilo que antes se desejava fazer - exprimir o nosso próprio ser, que significa uma existência original, onde a produção começa a ser feita para satisfazer a exigência de expressão própria.

13 - A solidariedade internacional com todas as nações em luta com todas as nações em luta pela libertação política e econômica: significa a solidariedade com as nações que se acham em condições semelhantes (subdesenvolvimento) e que pretendem alcançar para si os mesmos bens que almejamos.

Esta posição não implica numa posição de isolamento no plano internacional.

### A sistematização da consciência crítica

No capítulo final da obra, Vieira Pinto procura definir mais sistematicamente o significado da consciência crítica, situando-a como única a possuir caráter específico, pois constitui-se em autoconsciência. É percepção de si mesma e se desdobra em três componentes:

- representa em idéia algo existente fora dele, o dado objetivo, o estado da realidade, que lhe compete captar e refletir.
- investiga os condicionamentos concretos que a movem a operar a apreensão de determinado aspecto do real.
- é representação das idéias ou categorias que elaborou para si, ao contato com a experiência, e que lhe serve de conceitos máximos, para apreciar os fatos e normas de ação para os comportamentos a que se decide.

O autor define a consciência crítica como um sistema, com a ressalva de que o vocábulo sistema não tem o sentido dogmático que normalmente possui em filosofia. Significa o repertório de idéias mais gerais que permitem apreender a realidade, e cujo conhecimento resulta da prática social transformadora do mundo objetivo e da vivência da etapa histórica do desenvolvimento em que se encontra a comunidade.

#### a) Da objetividade a nacionalidade

- A objetividade:

O traço fundamental da consciência crítica é a objetividade. O pensar crítico entende a situação atual e pretende alterá-la por intervenção direta.

A consciência crítica reflete sobre a imperfeição da realidade para mais facilmente alterá-la.

Esta modalidade de consciência quer alterar o modo, e em grau tão extremo que só ela merece o nome de revolucionária.

- Historicidade:



A historicidade tratada pela consciência crítica como princípio categorial é o oposto do tradicionalismo. É a atitude teórica que procura, ao analisar os fatos e dados empíricos, referi-la sempre à dimensão temporal, vendo-os como produtos de um processo evolutivo, onde surgiram, por causas que reclamam serem descobertas.

Somente a consciência crítica está habilitada a utilizar corretamente a categoria de historicidade como fonte de esclarecimento do processo nacional.

- Racionalidade:

A razão histórica não deve ser entendida como abstração impessoal, sistema de conceitos e de leis a priori, que se vão realizando ao longo do tempo, a medida que se manifestam na consciência. A razão histórica deve ser compreendida como a apreensão do caráter objetivo do surgimento e sucessão dos fatos sociais, enquanto se revelam ordenados e coerentes. Precisa ser descoberta por via empírica, nunca por meio da intuição intelectual ou por dedução a partir de verdades reveladas.

A consciência que investiga os fatos sociais deve estar munida da certeza da racionalidade do real, pois deste modo estará afastando o risco de concepções irracionais, místicas, intuitivas e colocada em base lógica a procura de explicação das coisas e acontecimentos.

Para interpretar a realidade nacional, só a racionalidade considerada enquanto expressão de determinado processo histórico, é legítima e útil.

A categoria de racionalidade tem uma importante função no sistema do pensar crítico porque, a partir de suas descobertas, a das demais segue-se por necessidade.

- Totalidade

A totalidade existe originariamente como fato objetivo e não como idéia. Somente como todo é possível pensar o real em forma que apresente, simultaneamente, as condições de temporalidade histórica e de interpretação racional.

- Atividade

A consciência crítica, para se conservar continuamente verídica, exige estar empenhada na ação sobre a realidade, sem o que não evitará certos desvios idealistas e ingênuos. As condições de exercício da ação, para quem as precisa conhecer, determinam o real desenvolvimento da consciência, um enriquecimento das idéias que jamais seria obtido pela simples contemplação.

## - Liberdade

A consciência crítica torna-se ciente que a idéia da liberdade é um conceito correspondente de seu ser. Enquanto pensa e se propõe a agir livremente, a consciência se torna crítica e não ingênua.

O conceito de liberdade não é fixo, não corresponde a um conteúdo único e permanente, mas varia historicamente com o conteúdo social.

Toda liberdade é concreta e, como tal, contida nos limites da possibilidade e da exigibilidade do ato em exame.

A liberdade não se identifica ao caráter subjetivo das decisões interiores, é qualidade conferida ao agente pelo processo da realidade, tal seja a natureza dos atos que pratica e por isso, está ligada ao grau de desenvolvimento desta mesma realidade. “À medida que a nação se desenvolve e realiza para si as virtualidades nele existentes, oferece a maior número de indivíduos oportunidades de se tornarem livres” (p. 551).

O desenvolvimento nacional representa o verdadeiro processo de autonomia de consciência e que, à medida que se distância das condições primárias da existência subdesenvolvida, descortina, a cada nova solicitação de ação, múltiplas possibilidades de agir e de conferir sentido às coisas e aos fatos, e por isso percebe-se livre em razão da escolha do ato adequado. A transformação da qualidade da realidade abre um feixe de opções, que permite a consciência conhecer-se livre na realização concreta útil. Por falta de liberdade, deixaram de ser feitas as transformações da realidade, mas não ocorrendo estas, não se conquista a liberdade.

### b) A nacionalidade como síntese do sistema categorial:

A nacionalidade resulta do grau de consciência coletiva existente. A consciência crítica se articula num sistema de noções universais ou categorias, pelos quais se estabelece o seu modo de apreender e interpretar a realidade nacional.

Pretendendo uma articulação circular da categoria de nacionalidade com as outras seis categorias previamente explanadas (Objetividade, historicidade, racionalidade, totalidade, atividade e liberdade), Vieira Pinto considera:

- a nacionalidade é definida em primeiro lugar como realidade objetiva.

- a aceitação da historicidade do real é que levou a reflexão crítica, por intermédio de outras idéias, à

idéia de nacionalidade.

O conceito de nacionalidade traz à história a possibilidade de tornar-se concreta, de possuir uma visão que a particulariza, mas ao mesmo tempo dialeticamente a universaliza.

- a consideração de nacionalidade vem esclarecer ainda a noção de totalidade, ao mostrar que o todo real só se manifesta inteligível mente como história, quando o investigaremos na perspectiva da nacionalidade.

- conhecendo que o pensar crítico implica a necessária determinação pelo conceito de nação, temos meios de distinguir as formas autênticas das ingênuas, nas concepções de racionalidade da realidade social.

- não é legítima a racionalização do real histórico que no presente ignore o caráter nacional com que se constitui a existência social ou postule, clara ou implicitamente, o desaparecimento do estatuto de nação.

- a ação deriva da vontade, mas está prefigurada nas oportunidades concretas, abertas objetivamente pelo processo histórico.

Se a consciência crítica reconhece a nação como totalidade em mudança, necessita continuamente agir para afirmar-se a si mesma, refletindo com fidelidade o processo exterior.

A ação exigida pela nação, dialeticamente transforma a realidade desta, contribuindo para criar novas exigências.

- a liberdade só existe na forma autêntica da ação - a que é feita com o fim de libertar as virtualidades de progresso, e por isso está ligada à reflexão crítica sobre os supostos de tal ação.

- a verdadeira consciência da liberdade quando presente indica a completa superação da etapa intermediária, pré-crítica, e o ingresso do pensamento no plano crítico.

- a liberdade alcança grau tanto mais elevado quanto à ação que gera ou transforma mais extensamente a face da realidade.

## Conclusão

Na conclusão da extensa obra Vieira Pinto afirma que derivaram da realidade brasileira as observações feitas para a sistematização do pensar crítico. A obra teve objetivo de buscar o esclarecimento teórico do problema da consciência, sem se desvencilhar em nenhum momento da realidade concreta que é o Brasil. O autor espera que sua obra desempenhe uma “função esclarecedora” na discussão de problemas particulares que a todo momento se apresentam e para apreciação geral do estado do país.

Levanta a questão do valor prático das considerações feitas na obra, dizendo que os tipos de consciência, as atitudes, e reações individuais e coletivas, que descreveu eram efetivos e atuais, e não produto da especulação no vazio. Por isso acredita que as formulações feitas têm significação concreta. As formulações foram extraídas da observação e só posteriormente sistematizadas (pensamento interpretativo).

Seis itens são abordados pelo autor na conclusão da obra, a saber:

1 - Elasticidade de estrutura do processo e comprometimento da consciência. Em consequência da fase ainda primária do processo real, a divergência das formas da consciência mostra-se pouco acentuada, sendo raros os representantes do pensar crítico que se revelam portadores de toda a gama de nações categoriais de consciência crítica. Vieira Pinto considera que vivemos, em grande parte, a condição pré-crítica que é um condicionamento exterior, social, objetivo. O traço que melhor descreve a etapa vigente da nossa realidade e a elasticidade.

Há no processo brasileiro certa elasticidade de estruturas, por motivo da qual as linhas com que se procura defini-lo não se conservam rígidas, admitem deformações, sofrem distorções, com uma plasticidade que tem visíveis reflexos na consciência individual.

Vieira Pinto denomina “comprometimento” a relação entre a consciência e suas bases materiais. Tal comprometimento existe sempre, variando no grau de claridade que a consciência tem dele: ingênua ou crítica.

2 - Teoria da revolução. O equívoco da chamada “ideologia global”:

A revolução não se reduz à pregação demagógica, nem se faz por golpes militares ou intrigas de jornalistas; representa um fato objetivo, consiste numa mudança qualitativa do modo de ser da realidade nacional, definida pelo trânsito para novo sistema social de produção, refletindo na

percepção da consciência a alteração das relações entre os homens, no processo pelo qual cada um provê a sua subsistência.

A visão dialética do processo nacional autoriza a definir como revolucionária mudança social consubstanciada na passagem do estado de subdesenvolvimento ao de pleno subdesenvolvimento, embora dentro do mesmo regime produtivo, desde que esta é a mudança que constitui a máxima modificação possível no momento.

As contradições movem o processo e as revoluções autênticas consistem na eliminação da principal delas, a que envolve e influencia todas as demais. Assim, o conteúdo de cada revolução será diferente, conforme a contradição que, por meio dela, venha a ser extinta.

A contradição principal (que no caso brasileiro o imperialismo econômico, político e cultural) envolve a totalidade da realidade, mas debaixo dela encontram-se as contradições secundárias. Constantemente no seio da comunidade estão sendo praticados atos que se dirigem a resolver estas contradições secundárias, ao lado de outras dirigidas a destruir a contradição principal. Neste sentido, o autor diz que “é lícito dizer que há uma pluralidade de revoluções em curso no âmbito nacional” (p. 583). Apesar da multiplicidade de revoluções, jamais se deve esperar a completa revolução de uma contração secundária, antes de haver sido eliminada a contradição principal em vigor no mesmo período.

O nacionalismo apresentado pelo autor como ideologia conjunta da comunidade para o fim de libertá-la da contradição da dominação estrangeira.

O nacionalismo foi chamado por pessoas que com ela não simpatizam de “ideologia global” por acreditar que esta teoria poderia converter-se em instrumento desnorteador das consciências da classe operária, quando manejada por ideólogos interessados em fortalecer a posição das camadas dominantes.

O autor não aceita a crítica do nacionalismo como “ideologia global” porque ele, na presente fase da vida brasileira, uma ideologia parcial, proposta para todas as forças sociais e grupos culturais descomprometidos com o interesse estrangeiro, ansioso de construir com liberdade o destino nacional.

### 3 - Ambivalência e adesão aos atos do desenvolvimento:

A ambivalência (ora aceitação, ora não aceitação do nacionalismo) constitui fenômeno normal,

desaparecendo somente quando estivermos numa fase mais ,avançada do desenvolvimento nacional.

4 - Duas objeções: a substancialização do processo e a superestimação do presente.

Uma objeção seria a de que esse modo de pensar converteria o “processo” em entidade metafísica, em substância universal de quem esperamos a graça de benefícios gratuitos.

Outra objeção que poderia ser dirigida ao pensamento crítico exprime-se na censura de superestimarmos indevidamente a realidade presente. O presente assinala sempre situação privilegiada pelo simples fato de 'nele nos encontrarmos e de julgarmos a realidade a partir dele.

Concebendo a realidade como processo, entendemos que o presente contém “mais” do que o passado porque para chegar até ele foi preciso atravessar etapas anteriores, ricas de realizações. Ainda lembra o autor que o presente de hoje será, logo depois, passado de outro presente por vir.

5 - Os supostos “perigos” do desenvolvimento

A simples razão de “perigo de” designa por si só um padrão de ingenuidade. Tal idéia tem por fundamento a ignorância do caráter dialético do processo da realidade. Chamar um fato natural, inevitável e incessante de “perigo” e incorrer em excessiva ingenuidade e incompreensão do processo objetivo. A idéia de que o desenvolvimento acarreta a espoliação do povo só pode ser veiculada por aqueles que são os verdadeiros espoliadores. O povo não a entende e isso porque espontaneamente percebe que o esforço de desenvolvimento é feito por ele e em seu próprio benefício.

Outros “perigos” apontados pela mentalidade inocente são:

- a perda da fisionomia nacional: acreditam que o desenvolvimento gerará a desfiguração do homem brasileiro.
- a subversão social: o desenvolvimento ameaça produzir uma convulsão social de efeitos imprevisíveis.
- o ingresso no desconhecido: acredita que ao lado dos resultados úteis, muitos malefícios poderiam ocorrer.
- o sacrifício de uma geração: o desenvolvimento acelerado dizimaria uma geração inteira que teria de se sacrificar pelo duvidoso bem das gerações futuras.
- a violação do curso normal da evolução: o país é entendido como um organismo, submetido a

insaciáveis leis de crescimento as quais não admitem ser violadas sem severas punições.

- a ruptura com o “mundo livre”, o rompimento com a dominação e dependência em que o país viveu é um perigo segundo a mentalidade ingênua. Esta mesma mentalidade não aceita que se discuta a situação nacional em termos de imaginária conquista de independência.

- a inflação crescente e incontrolável: o desenvolvimento que deveria ser causa da riqueza e abundância, aparece como fator de pauperização e decepção popular.

A interpretação que a consciência ingênua dá para a inflação é falsa. É produto de mero julgamento impressionista como é próprio deste tipo de consciência.

- o perigo de pauperização das massas: há o receio de que o desenvolvimento econômico venha a dar causa a generalizado estado de miséria das massas. Contrariamente, com o desenvolvimento da produção industrial, com a elevação do padrão de vida e com o aumento do poder aquisitivo, uma parcela cada vez maior da população melhorará as condições de vida.

6 - A “representação” política e o processo de desenvolvimento.

Os políticos eleitos pela massa são representantes de uma representação. São mensageiros incumbidos de dizer o que o povo pensa. Portanto, não devem esquecer que só têm legitimidade enquanto transportarem em sua consciência individual a representação daquela representação.

Por falta de suficiente coesão interna, o processo de consciência das massas ainda tolera dispersões e discordâncias, elegendo personalidades não identificadas com o sentir coletivo. No entanto, aproximamo-nos de um primeiro ponto de rompimento que marcará a redução das representações populares dispersas para formas mais unificadas e já próximas da perfeita compreensão crítica.

Finalizando a conclusão da obra Vieira Pinto afirma que é preciso que a teoria da “consciência crítica” por ele formulada seja ela mesma analisada e criticada, pois um sistema de apreciações críticas legítimo, está sujeito a converter-se em ingênuos, desde que pretenda, confessada ou implicitamente, constituir-se em expressão dogmática da verdade.

A consciência crítica precisa ser tão crítica que saiba aplicar a si os critérios e categorias que aplica aos objetos do seu estudo.

Declara Vieira Pinto que o presente livro deve conter algumas formulações ingênuas,

decorrentes das imperfeições do autor ou da sociedade em rápida transformação, que relegará ao plano da ingenuidade certas afirmações.

“O autor vive a realidade do seu tempo e do seu País e, nela incluído, apresenta o problema da consciência segundo a perspectiva concreta que lhe é dado possuir.” (p. 630).

Reconhece ainda que na sua teoria, um aspecto parece conter uma verdade permanente: a distinção entre o modo crítico e o modo ingênuo de consciência.

O fato essencial é que sempre houve e sempre haverá, para cada horizonte do processo histórico, uma consciência crítica e outra ingênua; uma ligada aos interesses sociais ascendente e outra representando os interesses de grupos, concepções, valores e estruturas em declínio.

O que hoje constitui visivelmente o modo ingênuo de compreender, foi no passado representação autêntica, quando eram outros os suportes que o justificavam. O que muda é o próprio real e, com ele, a substância do pensar crítico. Eis porque a consciência crítica nunca pretenderá apresentar-se como final em seus enunciados.

As retificações que a obra exigir serão feitas por aqueles que apontaram as falhas e deficiências, trazendo para este autor motivos para rejubilar-se, pois além da prova de consideração que mereceu, “ficará” documentado que os enganos cometidos se devem, ao menos em pequena parte, a que o Brasil progrediu no caminho do seu desenvolvimento”. (p. 633)

Críticas e comentários:

Álvaro Vieira Pinto finaliza o segundo volume de “Consciência e Realidade Nacional” - CRN, afirmando que formulou a obra sobre a realidade em que vivia e que com o tempo retificações teriam de ser apontadas, em virtude das alterações sociais que ocorrem dinamicamente no plano social e histórico. Deixa claro, desta forma, que a teoria formulada não está concluída e seus enunciados não estão fechados.

Mantendo coerência, Vieira Pinto coloca-se receptivo para as análises de suas formulações teóricas, entendendo que os que criticassem os “enganos” cometidos, estariam comprovando que o Brasil progrediu no caminho do seu desenvolvimento.

Este convite (ou apelo) para que sua obra fosse analisada foi plenamente atendido. CRN foi alvo de inúmeros comentários, notas críticas, resenhas e pesquisas desde a sua publicação e ainda hoje vem sendo analisada, o que mostra a relevância das teses nela contidas para a década de 60 e



para a atualidade.

CRN comportou análise mais circunstanciada na década de 60 nos artigos de DEBRUN (1962) e LEBRUN (1962) nas notas críticas de LIMA VAZ (1962), KONDER (1962) e Luis Washington VITA (1962). Análises mais recentes foram realizadas por Aquiles Côrtes Guimarães (1986) e J. Silveira Costa (1987) em artigos publicados na Revista Brasileira de Filosofia.

A obra foi também citada e comentada nos livros (1968,1969), PAIM (1967), KONDER (1965), Lidia ACERBONI (1969), Darcy RIBEIRO (1986), Nelson Werneck SODRÉ (1973), GUERREIRO RAMOS (1963), Vamireh CHACON (1965) entre outros<sup>11</sup> (10).

O pensamento de Vieira Pinto foi analisado por ROUX (1990) e as idéias deste autor contidas em CRN foram analisadas por RODRIGO (1988). Lidia Maria Rodrigo retoma o pensamento de Vieira Pinto em sua dissertação de Mestrado (UNIMEP, 1984)<sup>12</sup> fundamentando-se na obra *Consciência e realidade nacional*. Neste trabalho a autora fez uma avaliação crítica dos termos em que este pensador formula a proposta de uma reflexão filosófica voltada para a realidade nacional dentro do quadro político-ideológico do nacionalismo-desenvolvimentismo.

Jorge ROUX (1990)<sup>13</sup> procurou discutir a obra publicada de Vieira Pinto, onde as categorias filosóficas contidas em CRN são contempladas com a intenção de analisar em que medida estas corresponde a uma nova leitura da realidade brasileira.

Roux afirma que pode-se descobrir em CRN um propósito ético: o autor deseja ver seu país liberto do atraso, com a erradicação da miséria etc. “Tal objetivo porém, é mais do que um desejo a ser realizado por eminentes estadistas, envolve também uma questão gnosiológica, pois só a

---

<sup>11</sup>

CIPA, Adolpho (coord.). *As ideias filosóficas Brasil: séculos XVIII E XIX*. São Paulo: Convívio, 1978. p. 21-27.

FRANCO, Maria Sylvania C. *O tempo das ilusões. Ideologia e mobilização popular* (coautoria; com Marilena Chauí). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. P.151-209.

PAIVA, Vanilda P. *Paulo Freire nacionalismo desenvolvimentista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986. p. 144-208.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil*. São Paulo, Ática, 1990. p. 107-152.

TORRES, João Camillo de O. *A ideia revolucionária no Brasil*. São Paulo: IBRASA, 1981. p. 408-411.

<sup>12</sup> A dissertação foi publicada posteriormente com o título: “O nacionalismo no pensamento filosófico: aventuras e desventuras da filosofia no Brasil”, pela Editora Vozes em 1988. 133 p.

<sup>13</sup> ROUX, Jorge. *Álvaro Vieira Pinto: nacionalismo e terceiro mundo*. São Paulo: Cortez, 1990. 301 p.

autoconsciência abre os caminhos do desenvolvimento”. (p. 67).

Roux destaca também que a maior parte dos “Princípios de um Programa Nacionalista”, proposta em CRN, se mantém válida. Para ele, as proposições como a de uma educação popular para o desenvolvimento e de luta por uma cultura de “forma e raízes nacionais” aparecem como perigosos fatores de inibição para os organismos privados de uma sociedade civil que começa a superar o autoritarismo através da organização popular, do fortalecimento das associações de classe, e a expressar-se em crescente diversidade.

Não se poderia tomar como secundário o fato de que CRN, bem como outras obras de Vieira Pinto são citados e analisados em inúmeras outras obras sobre o pensamento filosófico nacional. As teses contidas em CRN foram e estão sendo parte de análises dos mais variados ângulos.

Leandro Konder (1962) em nota crítica publicada na Revista Estudos Sociais refere-se à CRN como uma obra destinada a exercer “salutar influência sobre o movimento de emancipação nacional - de cujo avanço ela própria é consequência.” E ainda diz que “Vieira Pinto estuda com bastante felicidade, as relações entre o determinismo dialético histórico e a liberdade humana, mostrando como esta está contido no primeiro e o compõe” (1962, p. 506).

VITA (1969) considera que Vieira Pinto tem assegurado o seu lugar na história do pensamento brasileiro, “marcando o aparecimento de sua obra um momento importante na evolução da filosofia praticada entre nós, principalmente por sua intenção participadora e militante”. (p. 130). O mesmo autor, comenta sobre a importância de CRN em um texto publicado na Revista Brasiliense e Revista Brasileira de Filosofia (1962) afirmando que a obra é um “sintoma da chegada do momento crepuscular da cultura brasileira, manifesto em todas as suas virtualidades, apto a assumir a consciência de sua universalidade.”

Com estes comentários, VITA conclui que CRN é uma obra que marca a história do pensamento filosófico brasileiro, como um sintoma do nosso amadurecimento e promessa de nossa desalienação cultural. A crítica mais contundente é, sem dúvida, expressa por Guerreiro Ramos em “Mito e verdade da revolução brasileira”, quando pretende demonstrar a debilidade científica, filosófica e sociológica de vários aspectos de CRN.

Para CHACON (1965), as idéias de Álvaro Vieira Pinto compõem um original na História do Pensamento nacional brasileiro. Chacon escreve ainda que “esta obra está destinada a um estranho fado: 110 de permanecer controversa, pelos que a ignoram agressivamente, por insuficiência intelectual ou por ódio às posições políticas do autor” (p. 366).

Para Werneck Sodré (1973, p. 214) CRN é um dos sinais mais típicos dos estudos brasileiros, “uma espécie de elo entre o passado e o presente, entre a realidade e a teoria. Estudo fecundo, riquíssimo em perspectivas, elaborado por um erudito, digno da mais ampla discussão revela muito da cultura brasileira, é mesma um dos seus momentos dialéticos”.

Darcy Ribeiro, em “Aos trancos e barrancos” (1986) afirma que com este ensaio filosófico de Vieira Pinto, amadurece a filosofia brasileira. “Começamos a tomar consciência do caráter ingênuo de nossa consciência possível e da necessidade de construir, lucidamente, uma consciência crítica” (nota - 1697).

LEBRUN (1962) em um artigo publicado na Revista Brasiliense, pretendeu levantar alguns “equívocos” presentes nas formulações de Vieira Pinto em CRN.

Esses equívocos se referem a “contradições” que este crítico identificou no texto da obra e que podem ser sintetizado-s nos seguintes pontos:

- a) Vieira Pinto parece professar uma “xenofobia” aparente ao referir-se ao nacionalismo;
- b) As afirmações do autor apresentam como “axioma” o fato de que o intelectual europeu pensa pertencer a uma “raça superior”;
- c) recomenda que a cultura nacional deve fugir da imitação de modelos e a refutação do estrangeiro;
- d) restringe o conceito de nação como “universal concreto”;
- e) defende a ciência até mesmo contra o romantismo e a “filosofia do bom-senso”, mas escreve frases que exprimem verdades de bom-senso;
- f) pela falta de distinção de determinados conceitos (adaptação, por exemplo) em suas formulações, a consciência crítica arrisca-se cair no subjetivismo;
- g) O Professor Vieira Pinto combate o sistema de ensino inútil, a cultura livresca, o bacharelismo e a falsa erudição, mas não fornece meios de distinguir a verdadeira da falsa erudição;
- h) transformando o homem no trabalho em sujeito humano enquanto tal, o filósofo arrisca-se a desconhecer que no processo de produção ele não é senão um objeto;
- i) Suas teses podem conduzir-nos, às vezes, a um nacionalismo sectário;

Lebrun afirma ainda em seu artigo que “tentando dar ao nacionalismo brasileiro coerência teórica, Vieira Pinto escreveu um livro interessante e significativo, mas, ao mesmo tempo, muitíssimo contestado do ponto de vista teórico” (p. 58).

DEBRUN (1962), em um artigo publicado na Revista Brasileira de Ciências Sociais comenta que foi com CRN que a ideologia do desenvolvimento chega a configurar-se. Este comentarista considera que, a luz da razão filosófica pura, CRN apresenta alguns pontos fracos, que podem ser minimizados pelo caráter ideológico da obra. A razão filosófica pura não pode deixar de destacar a retórica lírica do livro, sua queda accidental num pragmatismo elementar que ela condena em princípio, enfim a mistura paradoxal, nem sempre sucedida, de inspirações filosóficas extremamente diversas: o racionalismo clássico, a filosofia antiga, o realismo medieval, espinosismo, cientificismo determinista do fim do século XIX, behaviorismo norte-americano, tradição universitária francesa, marxismo, existencialismo, hegelianismo entre outros. Para Debrun a oscilação filosófica ocorre pela preocupação do autor em relativizar as ideologias e sistemas filosóficos “metropolitanos”, utilizando-os alternativamente, dentro de uma compreensão sintética da história. CRN como ideologia, tem a intenção de contribuir para ponderáveis efeitos sociais: manutenção, transformação, revolução, criação das estruturas fundamentais de uma ou várias sociedades globais.

Debrun diz ainda que o raciocínio do autor é ambíguo, passado da tentativa de demonstração racional para o apelo aos sentimentos.

Após a análise detalhada de vários pontos da obra de ideológico crítico ao Vieira Pinto, Debrun conclui que esta conserva um teor da em que não alcança o nível de amadurecimento pretende. Debrun focaliza a verdade ideológica de CRN, a partir de elementos:

- a) o elemento teórico: a aposta teórica concernente ao sentido da história atual não é a mais racional possível.
- b) o elemento prático o desenvolvimento do “Terceiro mundo” e o esforço dos quadros nacionais dos países que o compõem aparecem como um projeto perfeitamente viável, mas cujo andamento não implica necessariamente o apelo ao nacionalismo intransigente. O desenvolvimento político e econômico endógeno, não é possível em alguns dos maiores países do “Terceiro Mundo”, como o Brasil.
- c) o entrosamento do elemento teórico como prático: a coerência entre aspecto teórico e prático de CRN não pode assumir decisiva relevância, já que a probabilidade de cada aspecto em particular não é a mais elevada possível no momento histórico em foco.

Finaliza o comentarista que com CRN e suas teses desenvolvimentistas presenciamos o advento de uma “terceira força ideológica, capaz de enfrentar, senão superar de modo convincente, os dois “Grandes”, marxismo e o neoliberalismo”. (p. 279)

CRN suscitou outro artigo também crítico, por parte de Henrique Cláudio de Lima Vaz, publicado em 1962 na Revista Síntese e posteriormente na Revista Encontro com a Civilização Brasileira (1978). Neste artigo, Lima Vaz faz uma análise crítica de CRN, chegando à conclusão de que a ideologia do desenvolvimento é arbitrária e a concepção de consciência - reflexo é hostil à dialética. Acredita este comentarista que das premissas de Vieira Pinto, pode seguir-se uma ideologia do Estado totalitário fascista, implícito na lógica do seu nacionalismo.

Lima Vaz afirma que o “aparecimento da obra marcará um momento muito importante na evolução do pensamento nacional, e que ela ficará sem dúvida como a obra clássica do “desenvolvimentismo dos anos 50” (1962, p. 93). A intenção de Vieira Pinto, para Lima Vaz, foi de oferecermos uma ontologia dialética da realidade nacional, procurando superar a situação de alienação colonial. A obra se desenvolve num plano deliberadamente ideológico e filosófico, diz este crítico.

Lima Vaz atribui à intenção programática do autor, a ausência de uma referência documentada à realidade brasileira, que propiciaria conteúdo concreto às suas análises.

A obra ganharia nitidez e valor documentário se a realidade nacional comparecesse plenamente caracterizada nas suas páginas.

O mesmo comentarista crítica às proporções desmedidas da obra que poderia ser reduzida sem prejuízo do conteúdo. O estilo límpido e agradável de Vieira Pinto, torna-se enfadonho pelas repetições e descrições. Critica ainda a ausência de fornecer ao leitor as referências bibliográficas que permitissem uma identificação das fontes inspiradoras do seu pensamento e uma avaliação crítica de sua originalidade. “A ausência de uma bibliografia das fontes, sobretudo existencialistas e marxistas, de que se serviu o autor, torna precária qualquer tentativa de um estudo mais amplo do seu pensamento dentro das correntes atuais (...) (1962, p. 96).

Para Lima Vaz, CRN representa um esforço de manter as teses de 1956 (na obra Ideologia e desenvolvimento nacional). As objeções fundamentais à obra de Vieira Pinto, no artigo em questão, são apresentadas nos seguintes pontos:

a) Nesta obra, a teoria materialista da consciência - reflexo lhe impede de articular corretamente a

estrutura dialética da História como processo de comunicação das consciências;

b) O nacionalismo, justificável em determinado momento como instrumento tático de libertação das massas de um estado de opressão política ou econômica, ao erigir-se em “filosofia da História” encontra, por uma lógica implacável, o destino das ideologias totalitárias;

c) Não demonstra a gênese dialética das duas formas de consciência (ingênua e crítica);

d) O autor dá a si mesmo todas as oportunidades favoráveis para se impor como única interpretação válida do processo histórico, entendido como processo de “desenvolvimento nacional”;

e) Utilizando a noção de “Consciência nacional”, Vieira Pinto permanece no plano de uma forma contingente e puramente empírica do processo, no plano da aparência e não da essência;

f) A ideologia do desenvolvimento é arbitrária nos termos em que o autor coloca e a concepção de consciência reflexo é “hostil” a toda dialética.

Finalizando suas observações críticas, Lima Vaz exprime sua admiração pelo esforço intelectual do autor, que assegura à obra seu “lugar na história do pensamento brasileiro” (1962, p.10).

Em artigos mais recentes, publicados na Revista Brasileira de Filosofia, Guimarães (1986) e Silveira da Costa (1987) analisaram o pensamento de Vieira Pinto expresso em CRN. É importante situar que ambos pertencem à UFRJ (antiga Faculdade Nacional de Filosofia) onde Álvaro Vieira Pinto foi professor de História da Filosofia.

O artigo de Aquiles Côrtes Guimarães analisa a questão da “Consciência” em Vieira Pinto, onde critica o apelo ao radicalismo com o binômio: consciência ingênua e consciência crítica, que pretende passar a idéia de que os países do “Terceiro Mundo” ou aceitariam a responsabilidade de interpretar a sua realidade ou continuariam sendo vítimas da exploração dos colonizadores. Guimarães afirma que Vieira Pinto parece ignorar a tradição filosófica do Ocidente, tentando construir um discurso original, baseando-se no fato que este autor não cita qualquer filósofo em CRN.

O mesmo artigo, ao lado de muitas outras críticas, o autor observa que algumas afirmações de Vieira Pinto podem ser caracterizadas como destituídos de sentido, pois não faz qualquer referência aos possíveis modos de mensurar aquilo a que ele se refere aos graus de consciência; manipula a noção de consciência dispensada a tradição filosófica do Ocidente.

Reconhece, ao final do artigo, que o esforço realizado por Vieira Pinto para pensar o desenvolvimento nacional, não conseguiu elucidar “nenhuma questão relevante” (p. 131). Igualmente crítico, o texto de, J. Silveira da Costa aborda a questão da Ética e Ideologia do desenvolvimento em Álvaro Vieira Pinto.

Destaca-se este autor a dificuldade quase insuperável de se poder acompanhar o pensamento de Vieira Pinto devido à ambiguidade e imprecisão de conceitos e da própria linguagem.

Analisamos a categoria de “racionalidade” contida em CRN, o crítico conclui que esta categoria não passa de um conceito vazio que, concretamente, não significa coisa alguma. Da mesma forma, a abordagem e a solução dada por Vieira Pinto à questão da ética estão comprometidas por vários pressupostos.

Reconhece que não faltam, ao longo da obra, passagens e análises sugestivas, se consideradas isoladamente. As críticas apontadas pelos diversos autores parecem ter um ponto comum: todas reconhecem o esforço empreendido pelo autor em oferecer subsídios para a correta compreensão da realidade nacional.

O objetivo de inserir neste texto as críticas formuladas à CRN é o de reunir posições de diferentes autores em relação à obra, esperando assim facilitar a análise do mérito da obra para a compreensão da realidade nacional.

3.3 - PINTO, Álvaro Vieira. Por que os ricos não fazem greve? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962. 118 p. (Cadernos do Povo Brasileiro, 4).

O clima de abertura democrática e a ânsia de conscientização popular que marcou o final da década de 50 e início da década de 60, estimulou a publicação de obras de caráter conscientizador sobre questões políticas e culturais do momento.

Nesse contexto a editora Civilização Brasileira lançou a série “Cadernos do povo brasileiro” que abordava questões como imperialismo, nacionalismo, igreja popular, reforma agrária, socialismo e revolução. A intenção dos Cadernos era tratar os grandes problemas brasileiros com “clareza e sem qualquer sectarismo: seu objetivo é o de informar. Somente quando bem informado é que o povo consegue emancipar-se” (capa da obra).

Nesta série, os primeiros lançamentos foram:

- 1- O que são as ligas camponesas? (Francisco Julião)
- 2- Quem é o povo no Brasil? (Nelson Werneck Sodré)
- 3- Quem faz as leis no Brasil? (Osny Duarte Pereira)
- 4- Por que os ricos não fazem greve? (Álvaro V. Pinto)
- 5- Quem dará o golpe no Brasil? (Wanderley Guilherme)

Esta série foi um sucesso editorial na época. Sobre “Por que os ricos não fazem greve?” há um episódio que retrata o clima de abertura da época. Em fevereiro de 1964 a Casa Militar da Presidência da República encomendou cerca de dez mil exemplares do livro. A maior parte dos dez mil exemplares foi distribuída a sindicatos.

Fundamentado na contradição capital-trabalho, o autor analisa a exploração da força de trabalho pelo empregador, situado como “dono do trabalho”. Defende a idéia de que no momento em que o trabalhador faz greve, ele deixa de trabalhar para os outros para trabalhar para si. Somente os “pobres” fazem greve, porque somente eles trabalham e são chamados “pobres” justamente porque trabalham.

No primeiro capítulo: Que são os ricos? O autor considera que só há ricos porque existem condições sociais que permitem a espoliação do trabalho coletivo efetuado por todo o povo. Em todos os casos a “riqueza” decorre da exploração da força de trabalho das grandes massas, que se veem “desposuídas da maior parte dos bens sociais que produzem” (p. 16), relegadas ao plano da miséria e mantidas como assalariadas. Enumera que os “ricos” são poucos e que no processo evolutivo do capitalismo, tendem a ser cada vez “mais poucos”. Os ricos são poucos porque não se deixam vencer facilmente mesmo quando as massas chegam a ter consciência do mecanismo da espoliação que sustenta a classe dos ricos. Assevera ainda que o artifício primordial e o mais eficaz para o domínio dos ricos estão em conservar paralelamente a divisão entre minorias cultas e massas incultas. Enquanto este artifício tiver efeito “estará assegurada não só a superioridade da “cultura” de tais elites, como a preponderância da classe rica a que servem” (p. 19).

Prossegue o autor afirmando que os ricos não se julgam ricos, porque nunca lhes parece que a fortuna que seja suficiente e porque só reconhecem como ricos os outros mais ricos do: que ele. Porém, não basta aos ricos justificar a riqueza que possuem, é necessário igualmente “explicar a pobreza das massas” (p. 27).

Salienta o autor nesse ponto que exploração do trabalho constitui a origem do lucro que se acumula como riqueza nas mãos do capitalista. Fenômeno da greve enquanto acontecimento social



objetivo é o tema do segundo capítulo (Que é a greve?). Inicia o autor afirmando que a essência da greve só pode ter por fundamento a compreensão da essência do trabalho.

Apresenta a tese de que o trabalhador não trabalha para si, mas para o outro: para os que se apoderam dos resultados do seu trabalho, não havendo o pagamento da força de trabalho real mas apenas parte dessa força. Por isso, a greve não consiste no puro e simples não trabalhar, mas no “trabalhar para si sob a aparência do não trabalhar” (p. 42).

Entre os recursos de que lança mão a classe operária na defesa de seus direitos conta-se a prática da greve, isso é, da cessação deliberada do trabalho, como meio para forçar os capitalistas a atender as reivindicações que lhe são apresentadas. Nesta prática o operário mostra que não quer continuar a trabalhar para o outro. Esta é a essência da greve.

Pela greve o trabalhador descobre sua essência pessoal como existente livre, quando compreende que ao invés de ser “objeto do trabalho, tem meios para tornar-se sujeito dele, dominá-lo, transformar-lhe a qualidade, convertendo-o de trabalho alienado em outra espécie, em trabalho humano, para si” (p. 52).

Sustenta a tese de que a paralisação do trabalho só é possível porque o verdadeiro sujeito do trabalho é o trabalhador, e não o empregador.

A greve constitui-se assim em “critério social para distinguir quem trabalha de quem não trabalha” (p. 54), daí a impossibilidade dos ricos fazerem greve, simplesmente porque não trabalham. O “rico” nunca é sujeito do trabalho; é apenas dono dele.

A pergunta: “Por que há ricos?” só admite uma resposta: porque as massas trabalhadoras não têm ainda consciência do significado do trabalho e não conhecem as causas da situação a que se encontram. “No dia em que alcançarem esses conhecimentos não haverá mais ricos” (p. 59).

A riqueza na sociedade dividida em classes deriva sempre da apropriação do trabalho alheio. Isto faz com que os ricos evitem discutir a causa da sua riqueza, já que foi o trabalho dos outros, dos trabalhadores, que se converteu na riqueza deles.

No capítulo “Por que há greve?”, declara que a classe dirigente tem espontânea realização repressiva em face de um movimento grevista por considerá-lo, em sua consciência ingênua, como um delito social.

A pergunta que intitulou o Caderno, recebeu a sua resposta, dividida em duas razões: primeiro

porque não podem fazê-la, já que não trabalham. Segundo porque não precisam fazê-la, pois acreditam que os operários a fazem para eles.

O autor insiste na idéia de que os ricos não trabalham, sociologicamente falando, porque, apesar de toda a ocupação do tempo em que se consomem, essa atividade é o serviço, exigido deles para a conservação, defesa e alargamento do capital que possuem. Não são homens de trabalho simplesmente porque são homens de capital. Não trabalham porque não vendem a ninguém a sua força de trabalho.

Para explicar o fato de que os ricos não precisam fazer greve, pois os operários a fazem por eles argumenta o autor que há sempre a possibilidade do patrão compensar com larga vantagem a margem de prejuízos que a greve lhe causaria (reposição de capital).

No capítulo final apresenta a pergunta “Por que só os “pobres” fazem greve?” A resposta é dada inicialmente em poucas palavras: porque só eles trabalham.

Para o autor, a greve é simultaneamente causa e efeito do processo de consciência dos trabalhadores. A greve é sempre vitoriosa: ou vence porque alcança os objetivos fazendo avançar o processo de consciência que a desencadeou; ou é esmagada e revela aos grevistas a extensão das forças que a eles se opõem, as deficiências de sua organização como classe, e muitos outros aspectos. Portanto, a greve equivale a um esclarecimento que levará fatalmente a novo e mais perfeito movimento grevista.

Justifica o autor que intencionalmente não diferencia o trabalho manual e atividades intelectuais, no que se refere ao problema da greve. O trabalhador intelectual assalariado, tal como o outro, também está sujeito à exploração.

Os estudantes são trabalhadores em preparo, destinam-se ao trabalho social útil e é em tal condição que se identificam com a massa de operários e se incorporam à realidade: existencial destes.

Conclui a obra, lembrando que os “pobres” são pobres porque não possuem capital, mas apenas a força de trabalho. Essa condição é relativa e transitória, pois se refere à atual estrutura da sociedade. É um aspecto da existência humana, de origem econômica que pode ser modificado.

O dia em que isso acontecer “o presente livro não tem mais razão de ser, terão desaparecido os motivos que justificam a pergunta que lhe dá o título, com efeito, daí em diante não haverá mais greves, simplesmente porque não haverá mais ricos” (p.118).

3.4 - PINTO, Álvaro Vieira. A questão da universidade. São Paulo: Cortez, 1986. 102 p.

A União Nacional dos estudantes (UNE) desencadeou a partir de 1961 a luta pela reforma universitária. Em 1961 realizaram em Salvador um Seminário Nacional de Reforma Universitária, primeiro de uma série de três (realizados em Curitiba - 1962 e Belo Horizonte - 1963).

Nestes seminários procurava-se analisar os mecanismos empregados pelo ensino superior para a discriminação social e traçar o caminho que se deveria seguir para colocar a universidade a serviço do povo.

A UNE edita em 1962 A questão da universidade de A. V. P., que, segundo Walter Garcia, passa a ser a fonte que alimenta os anseios reformistas dos universitários”.<sup>14</sup>

Em seu prefácio, Saviani considera a obra como “um libelo de certo modo violento ao elitismo, conservadorismo, arcaísmo e alienação das estruturas universitárias a serviço da dependência cultural imposta pelos interesses dos grupos que dominam economicamente e, por consequência, impõem seu poder ao conjunto da sociedade” (p. 5).

Duas observações são feitas pelo autor na primeira página da obra:

1<sup>a</sup>) Sociologicamente, as condições das universidades são idênticas, havendo variações em outras áreas.

2<sup>a</sup>) Trata os professores como coletividade, onde alguns concordarão com as idéias apresentadas e outros não. Apresenta a intenção de ajudar a construir a verdadeira universidade que o povo brasileiro necessita, como um dos “mais importantes instrumentos para a conquista de sua cultura, riqueza e liberdade” (p.10).

Considera que o interesse estudantil na década de 60 pela reforma da universidade é parte de uma reforma geral da sociedade brasileira.

Indica como pré-revolucionário o clima em que se apresentou a exigência geral, de reformas sociais, entre elas a da universidade, mostrando que houve o desenvolvimento da consciência popular.

Afirma que a forma futura da universidade estava sendo decidida neste momento pré-

---

<sup>14</sup> GARCIA, Walter E. (coord.) Inovação educacional no Brasil: problemas e perspectivas. São Paulo: Cortez, 1989. p. 219.

revolucionário, porque os estudantes e não os professores assumiram o comando de lutar por essa reforma.

Peça essencial da estrutura arcaica e instrumento de alienação cultural, a universidade do país atrasado e em regime de colonização imperialista, precisa ser reformada.

Segundo o autor, os estudantes compreenderam a essência alienada da universidade brasileira. Buscam-na não para se doutorarem, mas para adquirirem conhecimentos que os qualifiquem para o trabalho futuro, útil, que terão de produzir.

A universidade deve ser transformada na essência, isto é, fazê-la deixar de ser “um centro distribuidor da alienação cultural do país, para convertê-la no mais eficaz instrumento de criação de nova consciência estudantil, direta e exclusivamente interessada em modificar a estrutura social antiga e injusta, substituindo-a por outra humana e livre” (p. 15).

A reforma da universidade do país subdesenvolvido não tem primordialmente finalidade pedagógica e sim uma finalidade política.

A universidade brasileira é um órgão social recente. O Brasil tinha de atravessar toda a sua fase colonial sem possuir universidades, pois os representantes, das famílias ricas estudariam nos centros universitários da metrópole para, de volta, se comportarem com fidelidade à coroa de Portugal, embora muitos casos o contrário tenha acontecido como os próceres da Inconfidência Mineira e da Independência.

Respondendo ao título do capítulo: Que é a universidade? Esclarece que o estudo sobre o tema é sociológico e não histórico.

Para isto, define a essência da universidade como “uma peça do dispositivo geral de domínio pelo qual a classe dominante exerce o controle social, particularmente no terreno ideológico, sobre a totalidade do país” (p. 19). O ponto de partida para a compreensão da reforma universitária, não diz respeito aos alunos que estão na universidade, mas aos alunos que nela não puderam ingressar.

Segundo o autor, os alunos que não entraram na universidade só têm esse destino porque as condições da sociedade brasileira atuam positivamente sobre eles. O aluno que nela não está, foi expulso, contra sua vontade e fora do seu conhecimento.

O autor, após criticar a universidade em sua atuação, diz que não se pode acusá-la de

ineficiente, pois ela cumpre o objetivo a que se propõe. “Não sendo destinada a funcionar como propulsora das transformações materiais da realidade brasileira, e, portanto não estando a serviço dos verdadeiros interesses do país, não é de admirar que se mostre retrógrada e reacionária, e ofereça aos alunos o tipo de ensino que rigorosamente não lhes convém” (p. 27). Nisto está à prova de sua perfeita eficiência.

A universidade não foi concebida em função do trabalho social útil, mas do “estudo ocioso, da cultura alienada, da pesquisa fortuita e sem finalidade imperiosa” (p. 27).

A natureza “cartorial” da universidade é evidente e cria ao mesmo tempo a hierarquia funcional entre diplomados e os que chamam apenas de “práticos” do ofício, como profissionais modestos, de nível menor.

Outra função eminente da universidade consiste em formar os representantes políticos da classe dominante, assegurando a sua perpetuação como força dominante.

O orgulho social (diplomas, títulos, anéis de grau) é típico da nação subdesenvolvida, na falta de títulos legítimos de distinção.

Contribuindo para represar o dinheiro do povo nos limites da classe superior, a universidade converteu-se em “repressora da cultura, ao reservá-la a um seletivo círculo de luminosos espíritos, negando às massas trabalhadoras que, por isso, são obrigadas a sofrer, por algum tempo mais, as suas iníquas condições atuais de existência” (p. 34).

Segundo o autor, o que falta à universidade brasileira é o conhecimento da teoria da alienação cultural, que constantemente pratica, sem disso ter consciência, em desfavor do país.

Sobre a alienação, registra que “quando o professor estuda, temos o aspecto negativo da alienação quando ensina, o aspecto positivo” (p. 36).

Procurando explicitar a relação entre universidade e cultura, diz que a cultura que a universidade escassamente produz e um pouco mais largamente difunde é, “a cultura alienada, não só por ser de origem externa, metropolitana, em quase todo o seu acervo, como, sobretudo por ser originada da classe ociosa ou aproveitadora, cujos intuitos são, quer conscientemente o saibam quer não, os de reprimir a ascensão das massas” (p. 41).

O fato de não termos passado universitário, nos permite criar com liberdade, assim que houver condições sociais para isso, a nossa própria universidade, pois não estamos ligados a qualquer

tradição.

A universidade tendo como missão a transmissão de idéias eternas, precisa da vitaliciedade do professor catedrático e sua substituição por outro que tenha a mesma orientação, evitando possível substituição por professores que venham imprimir novos rumos ao ensino, denunciar os males da alienação cultural reinante, etc.

Sobre a composição docente e discente na universidade, situa a burguesia como classe dominante na sociedade brasileira e também na universidade. Esse predomínio é total entre o corpo docente. Mínima quantidade de estudantes procedentes das classes proletárias nela entra e permanece.

A autonomia, segundo Vieira Pinto é o mito que convém à classe professoral dominante para assegurar o ócio e a irresponsabilidade perante o restante da nação. Ela quer se tornar “autônoma” para fugir a qualquer embaraçosa vigilância. Só admite a autonomia quando os conflitos básicos da sociedade estiverem resolvidos e quando a universidade pertencer ao povo.

Faz referência à criação de universidades do trabalho”, num irônico paralelo às definidas como “não sendo trabalho, nem para o trabalho: as universidades de erudição” (p. 56).

O estudo no país atrasado e dominado é por um lado matriz da inteligência inútil e por outro, a causa que contribui para a formação de uma falange de jovens esclarecidos, prontos a combater o estado vigente, promovendo a transformação.

A universidade, entre suas inúmeras alienações, padece da mais grave, “o horror ao povo” (p. 83).

O autor denuncia a origem ideológica do conceito “ensino superior” porque, conforme o nome indica, “prepara o ingresso na classe superior” (p. 83).

Sobre a exigência da reforma universitária, o autor recomenda aos estudantes a elaboração de um projeto de reforma com pressão social sobre os corpos legislativos, a quem compete aprová-la.

Como medidas práticas para a reforma, sugere o cogoverno docente-discente, supressão do vestibular, extinção da vitaliciedade da cátedra e entrosamento da universidade com os centros sociais de produção, fábricas, fazendas, empresas.

Prognostica que as exigências da reforma poderão conduzir à decretação de uma reforma, que será “um projeto insuficiente, frustrado, alienado, desviado” (p. 95).

Comentários:

Apesar de ter sido publicada pela primeira vez em 1962, muitas das teses nele contidas estão ainda perfeitamente atuais. Muitos problemas nele denunciados ainda não foram superados, pois prenciam uma reforma geral da sociedade e a transformação da universidade é apenas um caso particular, conseqüente.

Parece profetizar com acerto quando adventa a hipótese de que para atender os reclamos dos estudantes, a reforma universitária seja “decretada” sem contemplar as suas intenções. Foi o que justamente aconteceu com a Lei 5540/68.

O ideal seria se hoje todos os professores e acadêmicos tomassem contato com a obra reeditada e voltassem a questionar a “alienação” do conteúdo, do professor, do aluno e da universidade em geral.

É claro que na universidade atual aconteceram mudanças em sua forma, mas a “essência”, o “conteúdo” ainda são os mesmos.

A abertura para o povo, pregada pelo autor, ainda não aconteceu.

3.5 - Indicações metodológicas para a definição do subdesenvolvimento. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Belo Horizonte, v, 3, n. 2, p. 252-279, jul: 1963.

Vieira Pinto divulgou em 1963 o presente artigo, que se propõe apresentar o conceito Concreto ou conceito conceitual do subdesenvolvimento dos povos, que constituem cerca de quatro quintos da Terra.

Considera que a produção literária dos países cultos ocidentais, capitalistas sobre o tema é vasta. São livros: ensaios e artigos cujos autores nada mais fazem do que “confundir a explicação do subdesenvolvimento por mil modos e pretextos, com o intuito de apaziguar a consciência moral das classes dominantes de seus países.” (p. 255).

Afirma que a elite do país dominado não denuncia as causas do estado de dominação, porque é inconcebível que se denuncie a si própria.

As concepções idealistas não permitem a apreensão da essência do subdesenvolvimento e, para assumir o ponto de vista não idealista, há requisitos de classe que não podem ser esquecidos. É

preciso encarar o tema pelo aspecto lógico para encontrar a exata definição do subdesenvolvimento.

Com efeito, a lógica formal não está capacitada a fornecer a definição de subdesenvolvimento porque oferece a imagem estática, não reproduz as contradições internas, não é revolucionária.

É preciso para esse intuito, aplicar o método dialético, proposto e executado originalmente por Marx. A definição pela lógica dialética só ocorre quando o país atinge um nível de crescimento econômico que assegura-lhe as bases para transformar um enunciado abstrato em concreto.

Verifica-se assim, a importância das categorias de possibilidade e realidade para interpretar o estado de subdesenvolvimento de um país.

A definição do subdesenvolvimento tem de refletir no seu conteúdo essa contradição entre o real e o possível.

Afirma que nas fases mais obscuras, coloniais, primitivas, a nação tem apenas história de si, mas só terá história para si quando for capaz de se ver a si própria como centro de perspectiva para a totalidade da realidade, criando sua própria realidade. Justificando a história de si e para si, se expressa “elevar-se à altura de possuir história para si, e não apenas de si, (...) marca o instante mais significativo no desenvolvimento cultural de uma nação” (p. 277).

Finaliza o texto afirmando que a tarefa que se impõe é a de “proceder à análise da realidade do nosso país, com vistas à descoberta e extração das abstrações essenciais, de onde partir para formular o conceito concreto da nossa existência na presente situação” (p. 278). Difícil, esta tarefa torna-se viável, uma vez que estamos de posse do método indispensável para executá-la.

Como abstrações essenciais devemos entender: disparidades regionais de crescimento, dispersão demográfica, alienação cultural das reduzidas camadas instruídas, as enfermidades de massa, as formas de espoliação do trabalho camponês, etc.

#### Críticas e comentários

Para Paim (1967)<sup>15</sup> a divulgação do artigo representa o desejo do autor em “proclamar a sua adesão ao marxismo russo”. Por outro lado, o crítico citado, não deixa de reconhecer a tentativa de

---

<sup>15</sup> PAIM, Antonio. História das idéias filosóficas no Brasil. São Paulo: Grijalbo, 1967. p. 260.



Vieira Pinto em contribuir para a explicação da problemática.

De toda forma, o autor parece atingir o objetivo a que se propõe: a tentativa de criar, se não contribuir eficazmente para a definição de subdesenvolvimento.

3.6 - PINTO, Álvaro Vieira. Sete lições sobre educação de adultos. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1989. 117 p.

Os textos que compõem a obra, foram redigidos como roteiro de aulas-conferências que o autor proferiu no Chile, em 1966, publicadas na sua forma original. O livro contém ainda duas entrevistas com o mestre Vieira Pinto. A primeira realizada pelo professor Dermeval Saviani, apresenta elementos que, facilitam a compreensão de sua trajetória intelectual e, conseqüentemente, de sua obra. A segunda, feita pela professora Betty Oliveira, registra suas concepções sobre educação e pedagogia.

A obra compõem-se de sete temas nos quais o autor revela o seu modo de pensar sobre a educação:

1º tema: Conceito de educação

2º tema: Forma e conteúdo da educação

3º tema: As concepções ingênuas e crítica da educação

4º tema: Educação infantil e educação de adultos

5º tema: Estudo particular do problema da educação de adultos.

6º tema: O problema da alfabetização

7º tema: A formação do educador

Ao focar o primeiro tema: Conceito de educação procura considerá-la em seus dois significados: restrito e amplo. Aponta um erro lógico, filosófico e sociológico do significado restrito que limita a educação às fases infantil e juvenil do indivíduo, enquanto que no sentido amplo tende-se a considerar a existência humana em toda a sua duração e em todos os seus aspectos, o que vem justificar, lógica e socialmente, a necessidade da educação de adultos.

Para ele, “a educação é o processo pelo qual a sociedade forma seus membros à sua imagem

e em função de seus interesses” (p. 29). Partindo dessa definição, passa a explicitar os caracteres da educação:

a) a educação é um processo, ou seja, é um fato histórico: representa a da ser humano e está vinculada à fase vivida pela comunidade sua contínua evolução.

Sendo um processo, pode ser racionalmente interpretada “somente com as categorias da lógica dialética” (p. 30).

b) a educação é um fato existencial: configura o homem em toda sua realidade. É processo constitutivo do ser humano.

c) a educação é um fato social: é a forma pela qual a sociedade reproduz-se no decorrer do seu período temporal. Este processo encerra uma contradição que resulta do interesse da sociedade em manter-se no futuro o menos inalterada possível; porém a dinâmica da educação atua em sentido oposto, uma vez que gera progresso social, levando o homem à necessidade de rompimento com a situação presente, à criação do novo (contradição da própria essência da educação).

d) a educação é um fenômeno cultural: é a transmissão integrada da cultura.

e) nas sociedades desenvolvidas a educação é sempre um privilégio de um grupo ou classe, que se especializam na tarefa de educar e somente esse grupo tem o direito e o poder de legislar sobre a educação, ou seja, de definir aquilo em que deve consistir a educação escolarizada.

O restante do saber não letrado, e as demais formas de cultura são considerados como ausência de educação.

f) o processo econômico da sociedade constitui-se no fator determinante das reais possibilidades de cada fase cultural e da distribuição das probabilidades educacionais. Através do processo econômico são oferecidos os recursos materiais para a realização da tarefa educacional, bem como ditado os fins gerais da educação que, em última análise, determina o tipo de formação a ser adotada.

g) a educação é uma atividade teleológica: a formação do indivíduo sempre visa um fim. Para o autor, os fins da educação são estabelecidos pelo grupo que detém o poder social de decisão.

h) a educação é uma modalidade de trabalho social, porque forma membros da comunidade para o desempenho de uma função de trabalho social. O educador é um trabalhador, e, no caso especial da educação de adultos, sua ação é dirigida a outro trabalhador, a quem transmite conhecimentos que

lhe permitam elevar-se em sua condição de trabalhador.

i) a educação é um fato de ordem consciente: refere-se à formação da autoconsciência social ao longo do tempo. A educação objetiva suscitar no educando a consciência de si e do mundo.

j) a educação é um processo exponencial, isto é, multiplica-se por si mesma com sua própria realização.

k) a educação é por essência concreta: pode ser concebida no plano das idéias, mas o que a define é sua realização objetiva, concreta.

l) a educação é por natureza contraditória, pois implica simultaneamente conservação e criação do saber.

Outro tópico levantado pelo autor, ainda dentro do primeiro tema, diz respeito à “historicidade da educação”. Pertencendo à essência da educação, a historicidade não se explica porque cada homem é educado em determinado momento do tempo histórico geral (historicidade extrínseca), mas porque a sua educação, entendida como o processo que permite o desenvolvimento de sua existência, significa a sua história pessoal (historicidade intrínseca).

O autor analisa também a “dependência do conceito de homem na educação”, apontando para o caráter intencional da mesma. Segundo ele, se faz necessário um prévio modelo ideal de homem quando se pretende formar alguém. Acredita, no entanto, que a importância do tipo social de educação decorrente desse modelo deve ser relativizada ou absolutizada, dependendo da natureza da consciência que comanda o processo educacional.

Focalizando o aspecto da “formação social permanente da educação”, o autor parte do princípio de que não existe sociedade sem educação; esta retrata o aspecto prático, dinâmico, da convivência social, que possibilita a todos educarem a todos permanentemente.

No desenvolvimento do segundo tema Forma e conteúdo da educação o autor começa por estabelecer a diferença entre conteúdo e forma da educação.

O conceito crítico do conteúdo da educação compreende a totalidade do processo educativo, ou seja, incorpora o professor, o aluno, o ambiente escolar - não apenas a transmissão dos conhecimentos.

O conteúdo da educação é “popular” por excelência e somente uma pedagogia alienada,

praticada por “pedagogos de gabinete”, não reconhece este fato e se coloca à margem dos anseios das grandes massas, emprestando seu apoio aos interesses de uma elite instruída e venturosa.

Prosseguindo o autor levanta algumas questões fundamentais que sintetizam todo o processo educacional:

- “a quem educar”
- “quem educa”
- “com que finalidade”
- “por que meios”

Segundo o autor, nestas questões, resume-se todo o processo educacional em sua essencial inter-relação de conteúdo e forma.

As quatro questões constituem uma unidade, são aspectos de uma só totalidade. Não se podem resolver quaisquer delas sem que esta solução influa sobre as demais.

No segundo terna ainda é abordado o “caráter ideológico da educação”, assinalando que não existe educação sem uma teoria, sem uma idéia que a dirija no cumprimento de sua função social total.

As campanhas de alfabetização e educação de adultos, analisadas à luz do princípio de totalidade e comprovada a sua repercussão na sociedade como um todo, vêm consolidar a introdução de uma nova percepção dos fatos sociais, referendada por este princípio.

Finalizando, o autor faz algumas considerações sobre a alienação educacional que caracteriza o país em vias de desenvolvimento e propõe a redefinição de critérios autênticos para a orientação da educação numa sociedade em busca de sua ascensão histórica.

A alienação cultural é um comportamento típico dos povos economicamente dependentes de um centro poderoso. Esta subordinação os leva à transplantação das idéias produzidas pelos centros dominantes, tendo em vista que a consciência social comum (do tipo ingênuo) não lhes permite extraí-las da sua própria realidade.

Cabe ao educador, liberto do fenômeno da alienação e convertido à sua própria realidade, buscar e definir os critérios autênticos para o delineamento da educação. Unindo-se a pensadores e

sociólogos, todos plenamente identificados com a essência histórica do seu povo, adotará o procedimento pedagógico condizente, em conteúdo e forma, com as necessidades da população.

No terceiro tema: as concepções ingênuas e crítica da educação, o autor se detém especialmente na análise do conceito de “saber”. Na concepção crítica, o saber é produto da existência real, objetiva, concreta do homem em seu mundo.

A consciência ingênua não inclui a referência ao mundo objetivo. A realidade é apenas recebida ou enquadrada em um sistema de idéias que se cria por si mesmo.

No campo da educação - como em todos os demais - a consciência ingênua é sempre nociva, pois se torna fonte de equívocos, desperdício de recursos, etc.

São amostras do pensar pedagógico ingênuo:

- a) o educando como “ignorante” em sentido absoluto;
- b) o educando como puro “objeto” da educação;
- c) a educação como transferência de um conhecimento finito;
- d) a educação como dever moral da fração adulta, educada e dirigente da sociedade.

A consciência crítica inclui a referência à objetividade, o que implica compreender que o mundo objetivo é uma totalidade dentro da qual se encontra inserida.

A concepção crítica da educação procede segundo as categorias que definem o modo crítico de pensar: objetividade, concretidade, historicidade, e totalidade.

“A concepção crítica é a antítese da ingênua” (p. 63), e, portanto suas características são:

- a) o educando como sabedor e desconhecedor;
- b) o educando é o “sujeito” da educação (nunca objeto dela);
- c) a educação consiste na aquisição de novos conhecimentos, que se irão somar ao que já sabe, ou substituir idéias erradas, ingênuas que possuía.

Constata-se deste modo que a concepção crítica apresentada pelo autor, influenciou as tendências progressistas da educação brasileira de forma significativa.

O tema seguinte - Educação infantil e educação de adultos trata da diferenciação entre as duas modalidades de educação acima referidas.

Considerada a educação como o permanente aproveitamento das capacidades do indivíduo pela coletividade, em seu benefício, a educação de adultos sucede à infantil sem sofrer solução de continuidade no mesmo indivíduo e no conjunto dos membros da sociedade.

O ponto de partida do processo formal da instrução deve ser aquilo que o educando sabe. A distinção de idades se traduz na diferença de experiência na educação informal acumulada em virtude do desigual período de vida que o adulto e criança possuem.

Enfoca ainda a multidimensão do processo educativo, indicando que, tanto na educação infantil e juvenil como de adultos, jamais se obtém um conteúdo único e restrito do saber, pois a educação é, por natureza, difusa, extrapolando qualquer limite que lhe seja imposto e se diversificando em ramos colaterais.

Por conseguinte, nenhuma das modalidades de educação citadas apresenta contornos definidos, apenas aproximados. Constituem-se num processo de desdobramento do ser humano e da cultura imprevisível em seu curso e, apesar de sofrerem crises de inflexão e de estagnação, continuam em seu rumo indefinidamente progressista na perspectiva de melhores condições de vida e de maior expansão da cultura.

No quinto tema - Estudo Particular do Problema da Educação de Adultos - o autor analisa, primeiramente, a condição de trabalhador do adulto e o conjunto de conhecimentos básicos que a pressupõe. A situação de analfabeto ou de semianalfabeto do adulto não significa um obstáculo à consciência do seu dever social. A presença cada vez mais marcante das massas (incluindo grande número de analfabetos) no processo político de uma sociedade, ampliar a consciência do trabalhador e o conduz a uma participação mais ativa na vontade geral.

Daí a necessidade da educação de adultos tornarem-se um compromisso para a sociedade. E ela o faz não para criar uma participação, já existente, mas para permitir que esta aconteça em níveis culturais mais elevados e identificados com os princípios do grupo dirigente.

Nos tópicos seguintes o autor formula as seguintes indagações: “O que o adulto ignora?” “O que necessita aprender?” “Como lhe ensinar?” Respondendo às três questões propostas encerra o tema, manifestando a sua divergência da consciência pedagógica ingênua, que insiste em considerar o analfabetismo um “mal social”. Esta concepção converte a educação em terapêutica e incide no erro

sociológico de supor o adulto como culpado de sua própria ignorância, quando, na verdade, ele não é voluntariamente analfabeto, mas feito como tal pela sociedade, com fundamento nas condições de sua existência.

Para que a discussão em torno do sexto tema abordado o problema da alfabetização - produza resultados capazes de orientar a sua solução, preconiza o autor a adoção de uma teoria humanista, não idealista.

Na opinião do autor, o analfabeto, em sua essência, não é aquele que não sabe ler e sim aquele que, por suas condições concretas de existência, não necessita ler. O tipo de trabalho que o homem realiza é que determina nele a necessidade ou não de se alfabetizar; é por esse prisma que deve ser estabelecida a definição autêntica do analfabeto, e nunca pelo fato exterior do sim desconhecimento. A seguir, analisa o método de alfabetização de adultos, mostrando as fases que deve percorrer para chegar à simbolização gráfica do pensamento. O método crítico visa ao educando como sujeito da alfabetização, e não como objeto da ação do educador. Este deve contribuir para a mudança pessoal do aluno e pregando a técnica adequada para a aquisição da linguagem escrita.

O primeiro passo, neste sentido, deve ser a apresentação ao educando de imagens do seu próprio meio de vida, para que ele se torne um observador consciente de sua realidade, refletindo e discutindo sobre ela, abrindo caminho em direção à sua autoconsciência. Em seguida faz-se a associação da imagem de uma situação concreta à imagem da palavra. Posteriormente, esta palavra é decomposta em fonemas que, recompostos, levarão à formação de novas palavras.

O aprendizado da escrita não se distingue, existencialmente, do da leitura. Ambas são aspectos da mesma função intelectual de simbolização, própria do homem.

Apesar de ser ajudado pelo professor, este processo é endógeno, é fenômeno de conversão da consciência pela apropriação de uma realidade que é a do homem, mas que lhe permanecia oculta ou pela qual não se interessava.

A Formação do educador é o último terna que compõe a obra. Para o autor, a indagação fundamental, da qual deve partir todo o debate sobre a formação do educador é esta: “quem educa o educador?” No seu entender a resposta correta aponta para a sociedade. É ela que delega a alguns de seus membros a função de educar, ditando-lhes como devem desempenhar a sua missão.

No que se refere à capacitação do educador, o autor explica a sua realização por duas vias: a externa, representada pelos estímulos intelectuais (cursos de aperfeiçoamento, seminários, etc) e a

interior, relativa à consciência de sua natureza inconclusa como educador. A condição para o seu constante aperfeiçoamento é a sua vinculação com o povo; necessita unir-se às massas para entender a matriz de toda a cultura (o povo).

Enfocando a reciprocidade existente na relação educacional, reafirma a sua concepção crítica da educação: “o encontro de consciências” e, por consequência, a relação educacional como essencialmente recíproca, pois se fundamenta na troca de experiências, no diálogo. Adquirindo a consciência de sua relação cooperativa com o professor, o educando se concebe como participante ativo da operação educacional e compreende que está modificando a essência do seu país pelo fato de estar mudando a si mesmo.

Finalizando, expõe esta tese fundamental da teoria pedagógica crítica: “no processo de educação não há desigualdade essencial entre dois seres, mas um encontro amistoso pelo qual um e outro se educam reciprocamente” (p. 118)

Críticas e comentários:

Sete lições sobre educação de adultos é hoje uma obra de reconhecida importância no meio educacional, encontrando-se em sua 7ª edição (1992).

Apesar de sua importância, encontramos apenas duas referências publicadas sobre esta obra. São duas resenhas publicadas na Revista Veredas (PUC-SP, 1982) e na publicação Em aberto (1985).

Na resenha publicada em Em aberto, encontramos um resumo da obra, que merece ser citado pela excelente elaboração. A resenha da Revista Veredas (1982) foi elaborada por Lidia Maria Rodrigo, destaca que a publicação da obra representa muito mais do que um mero acontecimento editorial, pois oportuniza o contato com um pensador para o qual a palavra jamais é gratuita.

Considera a resenhista que Álvaro Vieira Pinto é um dos mais importantes pensadores brasileiros e um dos menos editados. Indica a obra como extremamente rica e provocadora, devendo ser lida criticamente.



3.7 - PINTO, Álvaro Vieira. El pensamiento crítico en demografía. Santiago de Chile: CELADE, 1973. 453 p.

A obra foi escrita, em grande parte, no período em que o Prof. Vieira Pinto colaborou como docente no Centro Latino americano de demografia (CELADE) e editada somente em espanhol. Foi difundida na América toda, menos no Brasil. O autor, na introdução do livro Sete Lições sobre educação de adultos, entrevistado pelo Prof. Dermeval Saviani, afirma que o livro, escrito em oito meses, é de grande importância para o seu pensamento.

Analisa o tema do ponto de vista existencial, relacionando a demografia com outros ramos do conhecimento. Aborda os aspectos biológicos, sociais, econômicos, políticos e filosóficos do objeto da demografia; além de outros temas inéditos na área.

A obra resulta em uma dupla novidade na ciência demográfica: novidade temática por um lado; por outro por ter sido escrita não por um demógrafo. O autor procede dos campos da filosofia, biologia e ciências da educação.

Seis temas básicos são tratados que com suas teses contribuem para colocar o demógrafo em uma atitude crítica frente a si mesmo e frente ao seu comportamento na construção da demografia contemporânea.

Os conceitos da demografia e população são o objeto do primeiro capítulo.

O segundo capítulo está dedicado ao objeto da demografia, definindo-o dentro de uma perspectiva dialética. A mediação entre o indivíduo e o coletivo ao qual pertence está tratado com cuidado, que serve de apoio para um segundo enfoque do objeto da demografia em ângulos variados como o biológico, social, econômico, político e filosófico.

Com o título “Los métodos de la demografía”, o terceiro capítulo resulta no ponto mais alto no esforço crítico do autor e, também, em sua contribuição. Dedicou parte do capítulo tratando dos dados e do pensamento formal e dialético em demografia.

A noção de verdade e as etapas da investigação demográfica também são tratados no capítulo e se constituem em material abundante para exercitar a reflexão dos estudiosos da área.

Do ponto de vista filosófico, a demografia é concebida na obra como uma ciência antropológico-existencial, e todo o quarto capítulo está destinado a aprofundar o assunto. Conclui com dois capítulos destinados, respectivamente, ao espaço e tempo em demografia.

Guillermo Maccio no prólogo da obra diz que o leitor “se verá forçado a uma introspecção crítica, perceberá que os problemas científicos tem uma dimensão mais ampla e sentirá a necessidade de recorrer ao apoio de categorias mais gerais do saber.” (p.7)

3.8 - Ciência existência: problemas filosóficos da pesquisa científica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 537 p.

O presente trabalho foi escrito em Santiago do Chile durante o ano de 1967, no cumprimento de um contrato concedido ao autor pelo CELADE Centro Latino-Americano de Demografia quando lá esteve exilado.

Nele estão contidos alguns principais conceitos das aulas ministradas pelo autor aos alunos do Curso avançado daquele órgão das Nações Unidas. A 1ª edição brasileira foi publicada em 1969 e reproduz o texto do original publicado no Chile como “Cuestiones de metodología de la investigación científica y lógica de la ciência”.

No capítulo que trata da Evolução do conhecimento, Vieira Pinto considera que a teoria do conhecimento tem de ser construída partindo da objetividade absoluta da existência concreta do mundo em evolução permanente e da vida como dinamismo em expansão e complexidade crescente.

O saber científico, mesmo metódico admite uma divisão em duas etapas: a ingênua e a crítica, em função do estado de consciência, das concepções gerais que movem o pesquisador.

A ciência é um trabalho. Não é um passatempo, uma atividade lúdica a que o homem se consagra movida pela curiosidade de descobrir os mistérios da natureza. É, ainda, uma ocupação social que a comunidade delega às pessoas que se revelam mais capazes, mais interessadas em dedicar-se a ela.

A linguagem científica precisa ser rigorosa, pois se trata de transmitir os outros o que o cientista elaborou que descobriu.

A ciência, sendo a forma mais elevada de conhecimento, constitui-se como possibilidade de transposição do mundo para o interior do homem, pelo reflexo dos processos exteriores que determina o pensamento e pela imersão do homem no mundo, mediante a capacidade de ação sobre as coisas.

O conhecimento é um fenômeno humano, pertence ao homem. É um fenômeno que só ele possui na forma superior do saber científico consciente. “É o homem autor da teoria do conhecimento” (p.112).

“Só pode haver verídica teoria do conhecimento à medida que o homem vai conhecendo melhor a si próprio, no seu desenvolvimento biológico como espécie e nas suas relações, sempre variáveis historicamente, com a natureza, pelo trabalho que nela exerce/com os seus semelhantes e com a cultura que cria como resultado do desenvolvimento intelectual”. (p. 113).

Sobre a “teoria da cultura”, o autor considera que no acervo cultural se contam os instrumentos materiais de transformação da realidade (máquinas, ferramentas, técnicas), quanto à idéias e criações artísticas e ideológicas. O grupo social minoritário valoriza mais a apropriação da segunda ordem de bens culturais, que é exclusiva dele, porque a primeira lhe parece firmemente assegurada em suas mãos. Esse grupo minoritário enaltece a “posse das idéias e de produtos ideais da cultura, e se julga “culto” apenas por esse aspecto, enquanto os bens culturais materiais, que exigem a operação direta sobre o mundo físico e, portanto o emprego da força muscular, são impostos pelas classes dominantes às grandes massas consideradas “incultas”, porque apenas lhes toca o trabalho produtivo nas modalidades mais duras e grosseiras” (p. 129)

O autor prossegue afirmando que é assim que chega-se à cisão da sociedade em dois grupos desiguais, contraditórios: “o minoritário e dominante se reserva a parte ideal da criação cultural, enquanto a imensa maioria se vê forçada a apenas operar com produtos materiais da cultura (...). O prosseguimento desta diferenciação atinge o extremo da desigualdade humana e da injustiça social” (p. 129).

Neste processo de cisão, está, segundo o autor, a raiz da divisão histórica do trabalho nas formas intelectual e manual, que se projeta objetivamente numa divisão entre camadas sociais.

A classe superior, com sua consciência essencialmente ingênua, não se julga ociosa. Ao contrário, acredita que se entrega a mais elevada e valiosa de todas as formas de produção (a mental, a das idéias), ficando as classes efetivamente trabalhadoras privadas do direito de ver reconhecidas como expressão de cultura as idéias que elaboram. Seus produtos artísticos são classificados apenas como pitorescos, artesanato, folclore, e somente despertam transitória e divertida curiosidade, enquanto os do grupo dirigente revestem suas obras da qualidade de sérias e eruditas.

Apesar destas contradições, Vieira Pinto considera que a humanidade caminha para uma época de “reunificação valorativa da cultura, manifestada não apenas no plano ético, pela extinção das atribuições depreciativas, mas também no plano epistemológico, pela formulação de uma compreensão unitária da ação do homem no mundo, dos produtos desta atividade, de seu uso social e das suas finalidades humanas” (p. 135).

Enfatiza o autor no capítulo VII a importância do conceito de finalidade para a metodologia da pesquisa científica. A finalidade está simultaneamente na consciência e na natureza, mas em condições dialeticamente distintas: na consciência enquanto antecipação da ação e na natureza na medida em que a ordem lógica é o princípio da possibilidade da ação previsível. Ilustra ainda que “se a idéia de finalidade e a finalidade de qualquer idéia não tivessem por alguma maneira um fundamento no processo material objetivo, teríamos de concluir que se trata de simples produto da imaginação, de valor apenas simbólico ou fictício” (p. 145).

Prosseguindo sua análise sobre o conceito de finalidade na teoria da ciência, Vieira Pinto diz que a sociedade “produz a ciência por decisão voluntária, que põe como finalidade coletiva a descoberta das propriedades das coisas para efeito de aproveitá-las em benefício da espécie”; e ainda que “a ciência não surge do “nada”, mas do grau de conhecimento existente a cada momento e que se encontra em poder de certos grupos sociais, desenvolvendo-se em função de um fim comunitário”. (p. 147)

A criação do conhecimento científico não se faz por um processo natural, espontâneo, mas, é dirigida por decisões voluntárias, que necessariamente têm sempre de concretizar a vontade de alguém. Desta forma, a sociedade onde subsistem setores com interesses distintos, grupos com finalidades antagônicas, dificilmente conseguirá unificar-se em um propósito comum para produzir a ciência.

Por este motivo, a criação científica nos países subdesenvolvidos será, por consequência, reduzidas, rotineiras e de baixo grau de avanço que não afetará o monótono curso do trabalho social. Em tal caso, apenas as elites é que dispõem dos instrumentos de produção da ciência, e por isso também são elas que, em sua consciência social de classe, estabelecem as finalidades da pesquisa e educação científica, sabendo que o fazem sempre em benefício de si próprias.

Para Vieira Pinto, a ciência não se produz sem método. O método, entretanto, é pensado por algum setor social, que espera apropriar-se dos rendimentos do saber. Com o progresso da educação, diz o autor, chegará o momento em que serão as massas socialmente poderosas que ditarão a finalidade da construção da ciência.

Na sequência, apresenta a idéia da necessidade da preparação lógica e metodológica do pesquisador, para que compreenda a necessidade da admissão da dialética para o correto desempenho da pesquisa científica.

Somente a lógica dialética se revela capaz de produzir a teoria justa para a interpretação da realidade. A lógica formal, contrariamente, não é suficiente para apreender o processo objetivo estudado numa perspectiva mais ampla: a da realidade em totalidade.

Admite o autor que o enunciado da dialética tem de ser feito por via formal. Daí resulta uma contradição lógica profunda, da qual a lógica formal não tem conhecimento, mas que a dialética sabe existir, e deve resolver. Sobre esta contradição, alerta que “tudo que o homem cria é formal; dialético é aquilo que pertence ao processo autônomo e absoluto da realidade” (p. 185).

Em sua concepção, a pesquisa científica é um trabalho, pois “constitui-se na ação do homem sobre a natureza para fins criativos, que se resumem no intuito de conhecê-la, para produzir bens indispensáveis à existência e adquirir instrumentos de transformação do mundo em proveito do homem” (p. 226). Assim, o cientista é, por definição, um trabalhador.

Propõe uma análise sobre aspectos concretos em torno da pesquisa científica:

a) Há diferenciação no trabalho científico numa sociedade desenvolvida e numa subdesenvolvida. Por força da noção dialética de totalidade, “tudo tem de ser subdesenvolvida, inclusive a ciência” (p. 248). Sobre a situação do cientista do país

desenvolvido focaliza o autor que “descobrir a alienação que habitua: mente são vítimas parece ser o mais importante e urgente dever dos cientistas do país subdesenvolvido”. (p. 249).

b) O comportamento do cientista pode ocorrer em dois casos: na repetição da aplicação de conhecimentos adquiridos para fins da produção de bens reclamados pela sociedade ou naquele que visa alargar o campo do saber pela descoberta de novas propriedades da matéria. Neste segundo caso, o trabalho é do tipo inventivo, pois significa descobrir algo novo. Em ambos os casos o pensador ou pesquisador deve estar munido da indispensável percepção crítica, dominar os fundamentos sociológicos do seu trabalho e da metodologia dialética da pesquisa.

c) Os instrumentos culturais que a sociedade dispõe, influencia o trabalho científico. Por instrumentos culturais entendem-se as idéias que o pesquisador recebe das gerações passadas, os livros, os dados coletados, as aparelhagens de laboratórios, as instalações, instituições, regime social de trabalho, as disponibilidades de recursos. Quando o cientista toma determinado objeto para exame, está motivado por forças coletivas que o envolvem e o impulsionam sobre as quais exerce limitado poder ou é dominado por eles. Para o autor, “exigir que o cientista inicie o seu trabalho despido de preconceitos de sua época, de sua classe, de sua formação intelectual, supor que esteja livre das pressões ideológicas e materiais que sobre ele atuam, dos conhecimentos errôneos do tempo, (...) seria imaginar que o cientista fosse uma criatura angélica, intemporal e insocial, o que significaria torná-lo por um indivíduo extra-histórico” (p. 265).

e) O trabalho científico é grandemente influenciado pela qualidade do pessoal que o realiza.

O trabalho científico, como trabalho social, serve sempre a um fim proposto. A sua finalidade enquanto processo histórico é o desenvolvimento, a criação contínua da razão, pela série de fins propostos, alcançados e superados, e logo substituídos por outros, que se originam exatamente da consciência de haverem sido superados os anteriores” (p. 282).

Exemplifica o processo de criação científica alertando que o pensamento dialético ensina que existe de fato a negação de um conhecimento velho por um novo, mas não se trata de mera substituição, pois o conhecimento velho persiste como parte componente da constituição do novo e, embora negando-o, conserva-o sob outro aspecto. As concepções

errôneas, segundo o autor, não representam um valor negativo no processo histórico. Ao contrário, impulsionam para a superação, para a negação e abandono de que havia de negativo no conceito anterior.

Retorna ao conceito de finalidade no trabalho científico, afirmando que o “cientista trabalha sempre para alguém e para obter algum resultado concreto”. (p.286).

As questões éticas e existenciais relativas à pesquisa científica se resumem em decidir “se a ciência deverá ser posta exclusivamente a serviço de propósitos humanos, ou se continuará a ser vir de instrumento: de alienação do homem, de expropriação do trabalho, de impedimento à conquista da verdade pela consciência, do engrandecimento e gozo de pequenas frações da humanidade, elites dominantes ou nações poderosas, em detrimento da totalidade restante do gênero humano, submerso no atraso, na ignorância e na miséria” (p. 287).

Aqui acreditamos ser o ponto alto da obra do Prof. Vieira Pinto, onde determina a opção que ciência deve fazer: ficar a serviço da promoção do homem ou continuar como forma de alienação.

Prosseguindo sua análise entre a capacidade criativa do homem e os seus usos sociais, o autor admite que a criação das coisas e bens de consumo são “a medida da capacidade racional do homem. Por motivos sociais, essa fabricação não se destina a igual distribuição, gerando a divisão da sociedade entre elites “cultas” e massas ignorantes, analfabetas. Sendo as idéias produto de consumo, é evidente que nas sociedades onde vigoram diferenças de situação não haverá oportunidades iguais para todos adquirirem o conhecimento existente na fase reinante da cultura” (p. 288). As imensas massas que não podem consumir o cabedal de idéias, não poderão criar outras novas, pois sua exclusão do mercado de consumo dos bens superiores exclui-as da área cultural, em que se mostrariam criadoras de idéias racionais, porque intelectualmente, “não são menos capazes que as camadas cultas.” (p. 289).

A alienação geral do trabalho que se estabeleceu como condição de permanência da estrutura em vigor atingiu a alienação da estrutura em vigor, atingiu a alienação do trabalho científico que se manifesta em três aspectos principais:

- perda do controle da destinação dos resultados dos trabalhos, por parte do cientista.

- o anonimato, o desaparecimento do homem no seu mecanismo da produção científica. O cientista fica absorvido pelo sistema onde está obrigado a se alojar para produzir. A paternidade das idéias e criações tecnológicas torna-se cada vez mais difícil de se estabelecer, principalmente pela obrigação do trabalho em equipe, que anula e emudece o indivíduo, negando a essência de ser humano único, incomparável, insubstituível, colocando em lugar dele figuras coletivas.

- nas sociedades onde reinam antagonismos substanciais, previamente a qualquer realização, o cientista tem que concordar com as condições materiais de trabalho que lhe são impostas. O cientista, ao se engajar num programa de pesquisa que tenha concebido, “não pode barganhar com os superiores os frutos que irá colher, pois estes não são de modo algum assegurados. (...) Sua liberdade de criação está, deste modo, desde o início cerceado pela alienação a que tem de submeter, do contrário se veria privado da 'possibilidade de começar sequer a trabalhar” (p. 295).

Vieira Pinto sobre a consciência do pesquisador, supõe que este esteja dotado da consciência crítica, e que tenha por finalidade última, colaborar para a realização de uma existência humanizada para as grandes massas que ainda carecem dela, para unir os homens em função de idéias de solidariedade e igualdade, para afastar os riscos das catástrofes bélicas. O labor da pesquisa ou de pensamento assim produzido, transportará intimamente uma inevitável tendenciosidade que em nada o deforma, mas apenas exprimem a ação dos fatores ideais que o motivam e modelam.

A consciência crítica educa o pesquisador para possuir a noção do seu trabalho como parte do trabalho social. O cientista crítico é crítico principalmente em relação ao seu próprio trabalho.

O autor assinala a importância do trabalho científico como fator de transformação das condições de existência e que o cientista tem de possuir espírito crítico, que indicará as prioridades efetivas do momento, desenvolvendo simultaneamente projetos de alta importância, medidos pelo padrão da contribuição que podem dar ao progresso de conhecimento universal, ao avanço da ciência, como tarefas imediatas, às vezes modestas, talvez rotineiras, mas que se fazem necessárias no momento.



A dialética estimula o pesquisador a exercer “papel criador no campo metodológico, livrando-o da passividade em que geralmente foi educado, acreditando que deve receber de outros, dos teóricos a quem respeita os instrumentos lógicos para a investigação que se dedica” (p. 389) A dialética abre-lhe surpreendente respectiva porque o faz ver se a si mesmo como criador integral não apenas repetidor comandado por uma consciência alheia.

Para o autor, o homem é levado a pesquisar o mundo circunstante, porque é uma nota de sua essência a de existir desafiado pelo mundo, no qual encontra barreiras a vencer para melhor realizar suas possibilidades.

Ainda sobre o desafio que a pesquisa científica representa, Vieira Pinto mostra que “o homem não conhece, não investiga a natureza para satisfazer um desejo imotivado, mas para se realizar na condição permanente de exercício de existência, a qual está obrigada a se desenvolver, a modificar cada vez mais o mundo para nele se realizar” (p. 435).

O tema da pesquisa científica, na visão do autor, ocupa posição central no campo da reflexão filosófica, mas é ainda muito pouco debatido, mesmo pelos lógicos e autores de obras de epistemologia.

Procurando definir a pesquisa científica, expõe e analisa o pensamento de Dewey a este respeito, concluindo que a definição desse filósofo apresenta contradições formais, fundamentadas em bases formalistas e ingênuas. Vieira Pinto define a pesquisa científica como um ato de trabalho sobre a realidade objetiva e consiste em conhecer o mundo no qual o homem atua. Sendo um ato de trabalho é sempre produtiva, inscreve-se entre as modalidades da produção social.

A pesquisa contribui efetivamente para a modificação da realidade, mas o faz pela intervenção do homem, que monta o dispositivo da indagação, propõe a procura das Novas verdades, e se serve destas como de instrumentos para alcançar as situações superiores resultantes da experimentação ou da observação.

Como em todo trabalho, na pesquisa científica o sujeito necessita usar instrumentos. Esses instrumentos não se limitam aos implementos manejáveis de que o cientista dispõe no laboratório. Estende-se às idéias gerais pelas quais representa o estado do mundo, as propriedades dos corpos, as leis da natureza e as abstrações de ordem superior.

O conceito de aparelho científico como processo histórico, é vital para a formação da consciência do pesquisador deverá conhecer os modestos e rudimentares artefatos antigos, pois em todos os casos foi sempre a utilização das idéias possuídas no momento que conduziram à elaboração de um modelo ideal. “Todo aparelho científico, na verdade, assinala um momento do processo histórico do conhecimento, tal como as idéias que conduziram a construí-lo e aquelas que seu emprego fará surgir” (p. 468)

A pesquisa científica é e sempre foi social, porque o pesquisador, isolado ou em grupo, a empreende em razão de uma razão objetiva precedente de uma necessidade social.

O pesquisador é o órgão, o agente de que se vale a sociedade para pensar e resolver os problemas que se lhe antepõem, por serem resistências à expansão do seu poderio sobre a natureza.

A responsabilidade social do pesquisador consiste na identificação da consciência pessoal com a coletiva, não podendo ele omitir-se em tomar consciência da sua condição, da sua posição no contexto da sociedade e dos condicionamentos que daí resultam para a sua liberdade de pensar e para a liberdade de dispor dos resultados do esforço investigatório.

Esta responsabilidade social do pesquisador deve levá-lo ao cultivo do pensar crítico por duplo motivo: para não se deixar enganar pelos “ídolos” do seu tempo e para não se tornar porta-voz de concepções equivocadas que se difundem na sociedade.

Para tal fim exige-se um estado de “alerta intelectual”, que é um dos procedimentos existenciais típicos da consciência esclarecida. A preparação filosófica do pesquisador deve ser uma etapa escolar normal de sua formação profissional, pois está em jogo a qualidade de toda obra futura. Precisa “escolher para si uma consciência ingênua ou crítica”. (p. 515).

O pesquisador deve considerar-se como um criador de cultura, pois todos os produtos que elabora são culturais, mas não pode deixar de julgar-se agente da criação de objetos naturais.

A consciência do pesquisador científico alcança o mais alto nível de sua percepção de si ao fazer-se deliberadamente uma consciência política. Para essa finalidade não lhe basta contribuir para as descobertas que realiza e que irão beneficiar o homem, “é preciso que contribua para humanizar a sociedade, participando da luta pela solução dos seus

problemas, pela supressão das contradições sanáveis, as que opõem os homens uns contra os outros” (p. 535).

A criação de uma sociedade humanizada representa o termo supremo, incondicionado e definitivo, a que deve visar o esforço de criação da ciência.

O objetivo máximo da existência será sempre o aperfeiçoamento da sociedade, o qual terá de realizar-se por uma luta em duas frentes:

a) pelo choque entre os homens com o intuito de suprimir as condições adversas à realidade do ser humano e ao seu trabalho normal e fecundo;

b) pela batalha contra as resistências da natureza para que permita instalar um regime de convivência humana mais justa.

#### **4 - Idéias pedagógicas: contribuições de Álvaro Vieira Pinto**

“A educação é um ato intransitivo, quer dizer, o educador não pode transformar a outrem que não esteja se transformando no próprio trabalho de ensinar. Por isso é que ele ao ensinar, ele aprende”.

(7 lições, p. 23)

“A educação implica uma modificação de personalidade e é por isso que é difícil se aprender, porque ela modifica a personalidade do educador ao mesmo tempo em que vai modificando a do aluno”.

(op. cit. p. 22)

“O educando adulto é antes de tudo um membro atuante da sociedade. Não apenas por ser trabalhador, e sim pelo conjunto de ações que exerce sobre um círculo de existência. O adulto analfabeto é um elemento frequentemente de alta influência na comunidade. Por isso é que se faz tão imperioso e lucrativo instruí-lo”.

(op. cit. p. 83)

As idéias de Álvaro Vieira Pinto sobre educação encontram-se dispersas em “Consciência e realidade nacional” e “Ideologia e desenvolvimento nacional” e mais concentradas em “Sete lições sobre educação de adultos” e em “A questão da universidade”.

Pode-se dizer que Álvaro Vieira Pinto foi um verdadeiro “Mestre da Educação”

porque abriu caminhos para a reflexão sobre o que é ensinar e aprender, sobre a relação educador - educando, sobre o conceito de educação, alfabetização, educação de adultos, concepção ingênua ou crítica da educação, conteúdo e forma da educação, papel da Universidade, formação do educador e outros temas atuais e relevantes. Em 1966, nas conferências proferidas no Chile (publicados posteriormente com o título “Sete lições sobre educação de adultos”), já apresentava um conceito de educação inovador e crítico, na medida em que deixa de lado a conceituação de educação em seu significado restrito e parte para a apresentação de um conceito amplo (e autêntico): educação é a formação do homem pela sociedade. Como decorrência deste conceito, caracteriza a educação como um processo (formação do homem) é um fato existencial (configura o homem em toda a sua realidade) é um fato social (refere-se à sociedade como um todo) é um fenômeno cultural (transmissão integrada da cultura) não é uniforme para todos os membros da sociedade desenvolve-se sobre o fundamento do processo econômico da sociedade é uma atividade teleológica (sempre visa um fim) é uma modalidade de trabalho social é um fato de ordem consciente é um processo exponencial (multiplica-se por si mesma, a partir de sua própria realização) é por natureza contraditória (implica na conservação e criação do saber existente).

Todas estas características apontadas por Vieira Pinto oferecem-nos valiosos elementos para a reflexão da situação atual da educação brasileira. O processo econômico, por exemplo, é realmente determinante na educação e, de certa forma, a educação pública depende do fator econômico pelo financiamento da educação (definição de recursos orçamentários), nas prioridades estabelecidas, nas condições físicas e materiais para que este processo se desenvolva eficientemente. Neste aspecto, percebe-se claramente que este processo econômico, traduzido pelas políticas públicas, quase sempre destina para a sua concretização, o mínimo possível, fazendo com que esteja sempre marcada por um cenário de precariedades.

Também em “Sete lições”, Vieira Pinto apresenta dois conceitos extremamente ricos para compreensão da educação: o conceito ingênuo e o crítico. No primeiro, o conteúdo da educação está definido pela totalidade dos conhecimentos que se transmitem do professor ao aluno. Nesta perspectiva ingênua, o conteúdo da educação é constituído apenas pela “matéria” do ensino. Na concepção do autor, o conteúdo da educação incorpora, além da matéria de ensino, a totalidade das condições existentes: o professor, o aluno, ambos com todas as suas condições sociais e pessoais, as instalações da escola, os livros e os materiais

didáticos, as condições da escola, etc. O conceito crítico do conteúdo envolve a totalidade do processo educativo, que está sempre presente em cada ato pedagógico.

O conteúdo da educação e sua forma, que não podem ser considerados desligados um do outro, têm caráter eminentemente social e, portanto, histórico. É definido para cada fase e para cada situação da evolução de uma comunidade.

A forma da educação, no conceito ingênuo é reduzida a procedimentos pedagógicos e o método, à maneira de transmitir o conhecimento.

A forma da educação na consciência crítica tem que ser aquela que permita a grandes camadas da população passarem à etapa imediatamente seguinte em seu processo de desenvolvimento.

Conteúdo e forma da educação significam para Vieira Pinto mais que a simples coexistência e justaposição de fatores. Representam uma unidade real, isto é, a dependência recíproca de um ao outro. Ele resume todo o processo educacional em sua essencial relação de conteúdo e forma em quatro questões: A quem educar? Quem educa? Com que fins? Por que meios? A resposta a estas perguntas é totalmente diferenciada para a consciência ingênua e para a consciência crítica. Estas quatro questões constituem-se em uma unidade, em aspectos de uma só totalidade.

A quem educar? Para Vieira Pinto, a consciência ingênua, ainda que não o declare, não deseja que todos sejam instruídos. A consciência crítica compreende que todos devem ser instruídos e hão de sê-lo. O descrédito oferecido à educação parece confirmar este intento da consciência ingênua, que em medidas práticas podem ser vistos na ausência de uma política nacional de educação, pela oferta de distribuição educacional sempre insuficiente para alunos em idade escolar, a desvalorização do professor pelo salário sempre reduzido, as precárias condições dos prédios escolares, a carência de recursos materiais, a fragilidade e inoperância na educação de adultos, a descontinuidade das políticas educacionais. A consciência crítica, raramente presente nos dirigentes da educação, parece ser hoje identificada com bastante evidência na atuação militante daqueles que assumem a defesa da escola pública, gratuita e de qualidade, que têm oferecido resistência aos “golpes” planejados para a escola pública, por parte daqueles portadores de consciência ingênua, que lutam apenas por interesses pessoais ou do grupo que defendem e representa

municipalização do ensino, o corte de recursos para as instituições educacionais públicas, o autoritarismo nas decisões, o repasse de recursos públicos para o setor privado e muitos outros problemas atuais são o alvo permanente da luta destes educadores comprometidos e críticos que “unem-se às massas” como afirmava Vieira Pinto ser a atitude necessária aos educadores. Um exemplo desta ação crítica militante é o Fórum Nacional em defesa da Escola Pública, Gratuita e Universal e os Fóruns Estaduais. O Fórum Paranaense em Defesa da Escola Pública, Gratuita e Universal têm assumido posições de resistência ao autoritarismo e às decisões equivocadas dos Poderes Públicos (Secretarias de Educação), conseguindo algumas vezes resultados benéficos para a escola pública e para a educação das classes populares.

Quem educa? Para Vieira Pinto o educador deveria ser portador da consciência mais avançada de seu meio, isto é, ter uma noção crítica de seu papel, refletir sobre o significado de sua missão profissional e sobre as finalidades de sua ação.

Com que finalidade? Pergunta Vieira Pinto na terceira questão. Enquanto a consciência ingênua oculta ou dissimula as reais finalidades da educação, a consciência crítica torna “clara” a finalidade da educação, que, “deve visar a transformação da nação, se é arrasada, em país progressista, no mesmo plano das comunidades nacionalista mais desenvolvidos” (Sete lições, p. 49).

A educação, em sua finalidade, deve ser “popular” (por origem e conteúdo), igual para todos em quantidade e qualidade.

A questão “por que meios”? Refere-se ao método e às circunstâncias materiais nas quais se cumpre o processo educacional. O “Mestre” brasileiro diz que não devemos superestimar o “método”, como faz a consciência ingênua. Apresenta neste ponto uma interessante reflexão: a importância das condições materiais da escola, que representa o primeiro “produto” social que está feito exclusivamente para ela.

“A idéia da educação (implícita ou explícita) dirige o processo educacional” (op.cit. p. 51) é outra contribuição de Vieira Pinto para a educação, pois “não há educação sem teoria da educação”. Esta teoria da educação necessitaria estar à frente da prática atual, ou seja, situar-se como proposta avançada em relação a anterior, fundamentando uma prática inovadora e a favor das massas populares.

As concepções ingênuas e crítica, anteriormente detalhadas por Vieira Pintam em “Consciência e realidade nacional”, não são empregados pelo autor apenas para diferenciar conteúdo e forma da educação. Estas duas concepções mereceram destaque especial pelo autor, quando este pretendeu relacioná-las mais diretamente com a prática pedagógica. O autor afirma que a concepção ingênua considera o educando como “ignorante” em sentido absoluto, como puro “objeto” da educação. Supõe que o professor é apenas o transmissor de uma mensagem, de um conjunto de noções. Esta mesma consciência concebe que a educação é um dever moral da fração adulta, educada e dirigente da sociedade.

A concepção crítica é ANTÍTESE da ingênua. Para esta consciência, o educando é “sabedor e desconhecedor” ao mesmo tempo, é o “sujeito” da educação (e nunca objeto dela). Por não ser “ignorante”, o novo conhecimento soma-se aos anteriores incorporados. Estas características do educando na perspectiva crítica é exemplificada pelo autor com o fato é que o adulto não alfabetizado é culto, conhecedor, “um trabalhador trabalhado”. Muitas são as reflexões do autor sobre a alfabetização e situação do analfabeto e estas serão tratadas oportunamente neste mesmo texto.

A concepção ingênua é essencialmente AUTORITÁRIA, na medida em que considera o educando como desconhecedor, como alguém que deverá receber o conhecimento do educador. O educador por sua vez é superior, único conhecedor.

A perspectiva crítica é DIALÓGICA, onde educador e educandos aprendem e ao mesmo tempo ensinam. Neste encontro amistoso, dialógico, afetam-se mutuamente. O resultado deste “encontro amistoso” é a consciência transformada, tal como propõe Maria Luisa Santos Ribeiro em seu livro “Educação escolar e práxis”. O próprio Vieira Pinto, encerra Sete lições, afirmando que

“O importante é deixar claramente estabelecido essa tese fundamental da teoria pedagógica crítica: no processo de educação não há uma desigualdade essencial entre dois seres, mas um encontro amistoso pelo qual um a outro se educam reciprocamente”. (op.cit. p. 118 grifos meus).

AUTORITÁRIA E DIALÓGICA, são hoje duas formas de prática pedagógica claramente percebidas e estudadas por vários educadores, justamente porque no processo de (inter) constituição - formação da consciência do educando o papel do diálogo, da troca, da interação é visto hoje como fundamental.

A própria prática alfabetizadora (de adultos ou crianças), tema que constituiu-se em um das preocupações de Vieira Pinto em suas concepções e obras, é hoje dividida por alguns autores em AUTORITÁRIA E DIALÓGICA. Além da alfabetização, toda e qualquer prática educativa poderia ser desta forma classificada.

Outra produtiva reflexão crítica anunciada por Vieira Pinto ao abordar as concepções ingênuas e crítica, é o conceito de saber implícito em cada uma dessas concepções. Para a consciência ingênua o saber representa um conjunto de conhecimentos absolutos, abstratos e a - históricos. Para a consciência crítica saber é produto da existência real, objetiva, concreta, material do homem em seu mundo, imprimindo-se em seu espírito sob a forma de idéias ou pensamentos que se concatenam regularmente. O saber, segundo a teoria crítica é: relativo, concreto, existencial, empírico, racional, histórico, não dogmático e fecundo. Assim, a visão de mundo, ou seja, a consciência do educador determinará o tipo de prática e a concepção de saber deste educador. Orientando a sua ação docente numa ou outra concepção, acaba por inculcar no aluno à mesma concepção de saber, a mesma consciência, a mesma visão de mundo.

O conceito crítico da educação, formulado por Vieira Pinto, contribui para uma compreensão inovadora na relação educacional. Neste conceito crítico da educação, a relação educacional é essencialmente recíproca, é uma troca de experiência, um diálogo, um “encontro de consciências”. O educando, por seu lado, sendo reconhecido como sujeito se comporta como tal. Sente sua relação com o professor como cooperação num ato comum. Pode dar expansão a seus estímulos interiores de autocriação, ao mesmo tempo em que se sente atuante sobre o processo social pelo fato de estar instruindo-se, alfabetizando-se.

A alienação educacional foi outro aspecto abordado por Álvaro Vieira Pinto. Para ele, a alienação é característica da pedagogia nos países em vias de desenvolvimento e a pedagogia é um dos campos prediletos ao exercício da consciência alienada. O pedagogo do país pobre e os intelectuais, geralmente buscam imitar a produção das nações ricas, que resulta nos fenômenos de “mimetismo e transplantação cultural”. A educação, compreendida por Vieira Pinto, antes de tudo, como uma PRÁTICA SOCIAL, é intransferível de uma sociedade para outra. O educador crítico tem a importante tarefa de estudar todas as formas de alienação que imperam na sociedade e no meio educacional. Para isso, precisa aceitar “ser do país” para compreender o “ser do país. Neste ponto, o autor



sugere um nacionalismo, que não é ou pelo menos não parece ser um nacionalismo exacerbado, xenófobo, não significa um isolamento do país das outras nações, pois

“toda a produção cultural estrangeira tem que ser recebida, estudada, assimilada, porém submetida a um exame crítico de maneira que se conserve aquilo que se revela útil à tarefa nacional, e isso apenas em virtude de razões internas (não por efeito de prestígio). Esta é a fase de assimilação crítica.” (op.cit. p. 55).

A partir destas colocações, analisando a realidade atual, podemos pensar que o estudo e até mesmo a incorporação de contribuições de pensadores estrangeiros, como teoria de Vygotsky, por exemplo, que tomou grande força nas discussões educacionais dos últimos três anos, é altamente válida. É útil à tarefa educacional brasileira a teoria do russo Vygotsky e dos demais representantes de sua abordagem sócio-histórica? O exame dos críticos demonstram a riqueza e validade de suas contribuições para a compreensão dos processos de desenvolvimento e aprendizagem, com inúmeras implicações educacionais sendo retiradas a partir desta teoria. Certamente Álvaro Vieira Pinto, se hoje vivesse, aceitaria estas contribuições de Vygotsky, tal como Paulo Freire que declara-se favorável à incorporação das teses vygotskyanas.

Retomando as reflexões sobre a alienação, encontramos em Vieira Pinto a definição do poder da educação não alienada: somente este tipo de educação “pode servir aos objetivos da sociedade em luta pelo seu desenvolvimento e pela transformação da vida do homem” op. cit p. 55).

O trabalho estafante e miserável do povo é também um processo pedagógico, diz-nos Vieira Pinto em “Consciência e realidade nacional”. Este trabalho é dotado de formidável poder de produzir e de ensinar idéias, que exprimem a realidade tal como é para aqueles que a modificam com as mãos. É tão educativo quanto a escola e mais educativo ainda, porque não há evasão, não há dificuldade em aprender as suas lições, que penetram a existência, nele não há férias.

Vieira Pinto estabelece, nesta mesma, obra, importantes observações sobre a educação enquanto produto cultural da sociedade. A educação em cada fase da evolução histórica é sempre um produto cultural da sociedade reflete os interesses nela dominantes, os interesses daqueles que têm a direção da comunidade.

A educação e alfabetização de adultos e reflexões sobre o analfabetismo são outros temas abordados por Vieira Pinto. Constituem-se em idéias consistentes, abrangentes e altamente esclarecedoras.

O adulto é o homem na fase mais rica de sua existência, mais plena de possibilidades, exerce importante papel na sociedade, chegando até a serem líderes de movimentos sociais, e por isso, é necessário alfabetizá-los para ampliar ainda mais as suas possibilidades. Vieira Pinto considera que a educação do adulto não pode ser conseguida separada da educação da criança, porque o adulto não considera necessário saber ao menos tanto quanto seus filhos. De outro lado, como um processo “exponencial”, o adulto educado, que teve acesso à escolarização, acaba por valorizar ainda mais a educação de seus filhos! Passa a exigir mais escolaridade para si e para seus filhos, pois seu grau de consciência, mais ampliado, orienta-o para isso.

Sendo o adulto um membro atuante na sociedade, esta sua capacidade de influir socialmente amplia-se com a sua educação. “Não é o homem que eleva consigo o mundo, e sim o mundo que se eleva que eleva consigo o homem” (Sete lições, p. 84). Neste processo educativo, o que compete ao educador é praticar um método crítico de educação de adultos que dê ao aluno a oportunidade de alcançar a “consciência crítica instruída”. O que necessita aprender? Pergunta Vieira Pinto. Necessita aprender os elementos básicos do saber letrado: as primeiras letras, a escrita, os rudimentos da matemática, que possuem significado “instrumental”, pois possibilitam o educando a chegar, a saber, para o “mais saber”.

Qual o método para a educação de adultos? Na concepção de Vieira Pinto este método não pode ser imposto ao aluno e sim “criado por ele no convívio do trabalho educativo com o educador”. As próprias palavras motivadoras pelas quais inicia sua aprendizagem da leitura e da escrita não podem ser determinadas pelo professor, mas devem ser proporcionadas pelo próprio alfabetizando. Novamente, Vieira Pinto demonstra ser partidário de uma concepção dialógica e não autoritária, onde o método não pode ser imposto. Na concepção ingênua os métodos são impostos aos educandos, justamente porque são tidos como “ignorantes absolutos” loque não ocorre na concepção crítica, defendida por Vieira Pinto.

O método utilizado na educação das crianças não serve para a educação de adultos. A concepção ingênua considera o adulto analfabeto como uma criança que cessou de

desenvolver-se culturalmente. Por isso procura aplicar-lhe os mesmos métodos de ensino e até utiliza as “cartilhas” que ainda são utilizadas para a infância. A esta atitude extramente negativa, Álvaro denomina de “infantilização” do adulto, pois o adulto é um sabedor, é um membro trabalhador, atuante e pensante em sua comunidade.

Uma das maiores contribuições de Vieira Pinto foi à visão crítica que mostra-nos sobre a questão do analfabetismo. Para ele, a definição do analfabeto como alguém que “não sabe ler” é espontânea, vulgar, ingênua. É uma definição literal, etimológica, mas imprópria porque não apreende a essência- da realidade concreta do homem analfabeto. O analfabeto, em sua essência, é aquele que por suas condições concretas de existência, “não necessita ler”. O necessitar da leitura e da escrita é de caráter social, que tem por fundamento o trabalho. A leitura e a escrita são dois dos recursos a que o indivíduo recorre para a execução de um trabalho que não pode ser feito sem esse conhecimento. Assim, “pode-se dizer que é o trabalho que alfabetiza ou analfabetiza o homem” (op. cit. p. 93).

A consciência ingênua é fértil em atitudes referentes ao analfabetismo. As causas são vistas sempre como um vício de formação individual, pelo qual é responsável o próprio analfabeto ou sua família e jamais a sociedade como um todo. Esta mesma consciência considera-o como um “mal, uma enfermidade social, uma epidemia, uma erva daninha” que precisa ser erradicado, combatido. O autor insiste que não deve haver “campanhas” contra o analfabetismo (que partem do conceito de analfabeto como “inimigo” ou “infiel”), mas deveria haver apenas a “ação normal, constante e intensa do poder público para dar instrução aos iletrados, dentro de um programa que começaria por atuar sobre as causas sociais dá analfabetismo,as quais se resumem no grau de atraso do desenvolvimento econômico da sociedade e ausência de real soberania nacional”. (op. cit. p. 95 grifos meus).

Sobre as “campanhas” de alfabetização, o autor refere-se em CRN II que estas correm o risco de estar custeando o analfabetismo de outras massas proletárias e camponesas, pois nestas campanhas muitos recursos são dispendidos, muitas vezes sem resultados concretos.

Em relação aos índices estatísticos do analfabetismo, a consciência crítica não os rejeita nem os aceita incondicionalmente, Os índices, curvas e gráficos revelam fatos sociais, que só podem ser entendidos em profundidade quando são relacionados com seu

SIGNIFICADO HUMANO. Estes dados não podem ser comparados diretamente, mas somente interpretados em função do processo histórico geral e do desenvolvimento de cada entidade nacional. Daí, a rejeição da consciência crítica ao excessivo tecnicismo das análises estatísticas. Na consciência ingênua o índice pretende substituir os fatos.

O adulto se torna analfabeto porque as condições materiais de sua existência lhe permitem sobreviver dessa forma, com um mínimo de conhecimentos, aprendidos pela aprendizagem oral, que se identifica com a própria convivência social.

Apesar de ser ajudado pelo professor, o processo de alfabetização é endógeno, é um fenômeno de conversão da consciência pela apropriação de uma realidade que é a do homem, mas que lhe permanecia oculta ou pela qual não se interessava. Na sociedade em geral e o pedagogo alienado em particular, “jamais compreenderá que o analfabetismo é um grau do processo de educação, e não ausência de educação” (CRN II, p. 383).

O sujeito da alfabetização é o próprio analfabeto. Ao contrário de ser objeto da ação do educador, é o próprio sujeito de sua transformação pessoal. O primeiro passo para a constituição da autoconsciência crítica do trabalhador, está em fazê-lo tornar-se observador consciente de sua realidade, refletir e discutir sobre ela. “A alfabetização, decorre como consequência imediata da visão da realidade, associando-se a imagem da palavra à imagem de uma situação concreta”. (Sete lições, p. 99). É importante compreender que o analfabeto como adulto atual, vive numa sociedade letrada e por isso suas exigências culturais implícitas são as da linguagem alfabética, que é a do seu meio.

“Basta, portanto, retirá-los das condições inferiores de existência em que vive e fazê-lo compreender sua realidade para que imediatamente incorpore o saber letrado como elemento natural da consciência crítica, que começa a produzir para si”. (op. cit. p. 100 grifos meus)

Nada resolverá o problema do analfabetismo se esse ganho for apenas formal e simbólico, ou seja, se estes alfabetizados recaírem no analfabetismo prático que é a ausência do “livro” ou não precisarem ler no seu dia-a-dia. A ausência do livro revela a falta de uma política cultural para o país e o fato de não precisar ler, revela a simplicidade das formas de trabalho. É necessário que além da alfabetização, as CAUSAS SOCIAIS do analfabetismo sejam alteradas. Por isso o autor afirma que, em virtude da necessidade destas alterações sociais, o comando geral do processo educativo não deve estar nas mãos dos iniciados na

pedagogia e na didática, mas sim aos DIRIGENTES POLÍTICOS. “Estes é que devem ter a compreensão necessária para organizar o estado social propícia ao desenrolar do processo educativo superior”. (CRN II, p. 385). Sem dúvida esta afirmação deve ser na atualidade questionada e talvez revista, pois os “dirigentes políticos” de hoje parecem não compreenderem as especificidades da educação e não estarem dispostos a travarem a luta por uma educação quantitativa e qualitativamente diferenciada daquela que até agora foi possível de ser obtida para as camadas populares. Talvez uma ação conjunta com os pedagogos não alienados e comprometidos com a educação popular, poderiam obter melhores resultados em direção dos avanços que se fazem necessários para a consolidação da democratização da educação.

A formação do educador, um dos temas mais discutidos na atualidade, foi também contemplada por Vieira Pinto. A pergunta fundamental da qual parte Vieira Pinto é “quem educa o educador?” Para a consciência ingênua quem educa o educador é outro educador. Para a consciência crítica, quem o educa é a SOCIEDADE. É sempre a sociedade que dita à concepção que cada educador tem do seu papel, do modo de executá-lo, das finalidades de sua ação, de acordo com a posição que o próprio educador ocupa na sociedade. O educador deve compreender que a fonte de sua aprendizagem, de sua formação, é sempre a sociedade.

A etapa de desenvolvimento econômico e cultural da sociedade determinam as possibilidades quantitativas e qualitativas da educação, a formação do educador, à distribuição do ensino escolarizado entre os membros da comunidade.

Com a rápida mudança da realidade, o reajuste da consciência de muitos educadores não se faz imediatamente. Grandes partes dos educadores representam, nesse momento, um fator de inércia. Nestas condições seu papel se torna pouco rentável ou francamente negativo, reacionário, por não poder se adaptar às novas exigências da realidade. Isso ocorre porque falta ao professor a noção crítica de seu papel. Enquanto se encontrar com relativa frequência entre os educadores um conceito ingênuo de si mesmos, da educação e da realidade nacional, os educadores não estarão à altura de seu papel na sociedade.

Apesar de alguns educadores não acompanharem o processo de desenvolvimento, a sociedade o educa no processo sem fim e de complexidade crescente. Compete ao professor esforçar-se por praticar os métodos mais adequados em seu ensino, proceder a uma análise de sua própria realidade pessoal como educador, examinar com autoconsciência crítica sua

conduta, seu desempenho, com a intenção de ver se está cumprindo aquilo que sua consciência crítica da realidade nacional lhe assinala como sua correta atividade.

A capacitação crescente e permanente do professor se faz, segundo Álvaro Vieira Pinto, por duas vias: a via externa, representada por cursos de aperfeiçoamento, seminários, leitura de periódicos especializados, etc e a via interior, que é a indagação à qual cada professor se submete, relativa ao cumprimento de seu papel social. Auxiliam neste processo de indagação: o debate coletivo, a crítica recíproca, a permuta de pontos de vista, para que educadores conheçam a opinião de seus colegas sobre problemas comuns, as sugestões que os outros fazem.

O educador tem que acompanhar o movimento da realidade e a forma mais perfeita na qual pode realizar este intento é permanecer em constante “vinculação com o povo”. O educador necessita compreender a natureza necessariamente culta de seu país. Como o contexto social se define primordialmente pela situação vivida pelo povo como um todo, o educador, para poder ser um homem autenticamente culto, tem que estar ligado às origens da única espécie de cultura que lhe é acessível: a sua.

É sempre uma atitude ingênua considerar a formação do educador e seu constante aperfeiçoamento como simples “treinamento individual”. Ao contrário, é o progresso de sua consciência crítica de si e do mundo que lhe fará cada vez mais competente em seu ofício e mais culto como intelectual.

Sobre a questão “educação e desenvolvimento nacional”, encontramos em Vieira Pinto importantes contribuições. Defendendo a necessidade de uma ideologia de desenvolvimento nacional, Álvaro Vieira Pinto e os demais estudiosos do ISEB logo perceberam o papel a ser desempenhado pela educação como instrumento de difusão desta ideologia e como polo dialético do processo de desenvolvimento. Conforme Álvaro Vieira Pinto, “a educação não precede o desenvolvimento, acompanha-o contemporaneamente. Entre ambos existe uma tensão dialética que os condiciona mutuamente”. (CRN II, p. 118). Segundo ele, as tarefas e desafios que a realidade apresenta ao homem são complexas e difíceis de penetrar e entender, não sendo possível aceitá-los e realizá-los de forma intuitiva, sem preparo e sem consciência. Aqui se situa a educação que é justamente “a consciência destas tarefas e a mobilização dos meios e recursos adequados para realizá-la” (op. cit. p. 118). Assim, no final da década de 1950, já eram claramente afirmadas no Brasil a íntima

relação existente entre educação e desenvolvimento e a necessidade de a educação ser integralmente planejada, de forma a articulá-la com o planejamento econômico e social global.

Essa visão de educação foi responsável pela introdução da idéia de um plano nacional de educação como elemento novo nos debates sobre o Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que, nesta mesma época, agitava o Congresso.

Entretanto, na década de 50-60, a idéia de planejamento econômico crescia rapidamente de importância, ligada à euforia desenvolvimentista. Ao mesmo tempo, se afirmava cada vez mais a idéia de ligação estreita entre educação e desenvolvimento. Deste modo, quando o projeto de Lei de Diretrizes e Bases entrou novamente na ordem do dia na Câmara dos Deputados, estas concepções de planejamento e de educação-desenvolvimento não ficaram fora dos debates que se travaram entre os parlamentares, nem tão pouco deixou de aparecer nas discussões que, a respeito do projeto, travavam entre os educadores e na imprensa. A adoção do princípio do planejamento da educação, em nível nacional, não obteve a aprovação do plenário. As principais objeções levantadas salientavam o perigo de que a atividade planificadora do Estado pudesse conduzir ao totalitarismo. Em outras palavras, opunham-se ao planejamento em nome da liberdade. Desta forma desapareceu a oportunidade de se concretizar, na Lei de Diretrizes e Bases, a idéia de um “Plano Nacional de Educação”.

A “educação popular para o desenvolvimento” é um dos Princípios de política Nacionalista, apresentada no segundo volume de Consciência e realidade nacional. Dentro deste princípio, Vieira Pinto destaca que o desenvolvimento implica o progresso da consciência, e este acelera pela educação, “mas para que isso aconteça faz-se preciso que a educação vise à totalidade das massas trabalhadoras e se descaracterize cada vez mais como privilégio das elites” (CRN II, p. 502).

A respeito da Universidade brasileira, Vieira Pinto apresenta reflexões igualmente ricas em seu livro “A questão da universidade”. Falando aos estudantes da UNE em 1962, sobre a necessária reforma universitária, diz o autor que a Universidade é (era) arcaica, um centro distribuidor de alienação cultural do país e por isso precisa de reformas.

E nesta obra que encontramos uma tese central na visão político - pedagógica de

Vieira Pinto: “Ora, aqui está o vício radical desta atitude: não indagar por que estes alunos entraram para a universidade e por que milhões de outros não entraram” É porque a universidade representa o instrumento mais eficaz para assegurar o comando ideológico da classe dirigente.

Para Vieira Pinto as elites possuem aparelhos permanentes de dominação para se manterem no poder, e a universidade é um deles. Sua função básica é ideológica: num país atrasado, é a de fundir conhecimentos divorciados dos objetivos nacionais e reforçar os postulados da consciência ingênua. Os candidatos a “doutor” são selecionados entre os filhos da classe dominante e os cooptáveis. Eles serão os novos administradores, advogados, engenheiros, médicos, professores, que perpetuarão o poder de classe e a dominação econômica e cultural da metrópole. Por isso, mudar a universidade não significa alterar currículos ou administrá-la melhor, mas alterar a sua essência. Ela deverá tornar-se apta a receber o numeroso contingente de candidatos até agora expulsos dos cursos superiores. Muitos estudantes que agora ingressam na universidade já constituem população um pouco mais diversificada não são originários apenas das classes dominantes, mas também da classe baixa e média. Isso é fruto do crescimento do país. A universidade não pode ser fábrica de diplomas ou instrumento da ideologia do poder, mas um agente de desenvolvimento da Nação e do combate a miséria e ao atraso.

“A universidade não foi concebida nem é dirigida em função do trabalho social útil, mas do estudo ocioso, da cultura alienada, da pesquisa fortuita e sem finalidade imperiosa” (A questão da universidade, p. 27). A partir de críticas como estas, Vieira Pinto pretende demonstrar que a universidade acaba assumindo uma função apenas cartorial, burocrática e não cumpre o seu verdadeiro papel. Nela há alienação, e erudição, está desligada das reais necessidades da sociedade, não forma a consciência necessária às mudanças. Desligada do Trabalho, e preocupada apenas com a erudição, o autor lembra a criação das “Universidades do Trabalho” numa irônica referência à Universidade da erudição.

Assim como não resolve alfabetizar o adulto, ser alterar as condições sociais objetivas que atuam para que haja analfabetos, a REFORMA UNIVERSITÁRIA solicitada pelo estudante na década de 60, indica que a necessidade de uma reforma na SOCIEDADE e não apenas na Universidade.

Na análise e resumo de “A questão da universidade” já afirmamos que esta obra traz



elementos valiosos para uma reflexão sobre a real função da Universidade Brasileira. Esta intervenção no social se dá (ou se dará ainda) não apenas na formação do profissional mas também na formação do agente social crítico, atuante, enraizado nas lutas sociais, portador de uma “consciência crítica” .

O termo “consciência crítica” vem sendo interpretado equivocadamente. Álvaro Vieira Pinto é um dos únicos autores que define mais claramente o que realmente significa “consciência crítica”. Isto se deve ao fato de ter sido ele um dos primeiros a utilizar este conceito, quando em 1960 escreveu “Consciência e realidade Nacional”, dedicando um dos volumes à este forma de consciência. Neste volume, este conceito assume significados tão abrangentes e objetivos, que não guarda muitas semelhanças com a concepção de “consciência crítica” ingenuamente defendida por muitos que ainda não a compreendem dialeticamente e nem mesmo sabem a origem deste conceito.

Sobre as situações mais concretas do trabalho do professor, este autor diz que “o caminho que o professor escolheu para aprender foi ensinar” (Sete lições, p. 21). Isto quer dizer que no ato de ensino ele se defronta com as verdadeiras dificuldades, obstáculos reais, concretos, que precisa superar. A partir destas reflexões, a resistência do aluno ao aprendizado é um fator de modificação da consciência do educador e não uma obstinação, uma incompetência. A consciência do professor forma-se, altera-se, transforma-se no trabalho, pelo trabalho, na discussão, na reflexão, no “encontro” com a consciência do aluno. Assim, quanto mais elevado for o nível de desenvolvimento nacional (incluindo a educação e as teorias educacionais obviamente), mais elevado será o nível da consciência do professor. Esta consciência estará alterando-se para acompanhar os avanços e estes, quando incorporados, facilitam o acesso e entendimento de avanços futuros. Isto não significa apenas a aceitação conformista, pois é um trabalho de ampliação ativa da própria consciência do professor.

Outra contribuição apontada pelo “Mestre Brasileiro” e que não foi suficientemente detalhada por ele é a idéia da CONSTRUÇÃO DE UMA PEDAGOGIA FILOSÓFICA, que consistiria em reunir dados ou elementos provenientes de quatro setores do saber:

- 1 - da teoria do pensamento (dialética);
- 2 - da organização dos atos do conhecimento em seus diversos pontos;

3 - do estado fisiológico ideal da psicologia;

4 - da teoria do desenvolvimento humano, essencialmente histórico, marcado pelas diferentes culturas e civilizações.

“A política, a técnica, a ciência tem que ser consideradas na pedagogia, na teoria da pedagogia, para poder unificar e ao mesmo tempo inspirar a verdade pedagógica nos diversos campos que se desdobra” (op. cit. p. 23).

Esses aspectos faziam parte de um livro sobre pedagogia que Vieira Pinto pensou em escrever, mas que infelizmente não chegou a ser concluído.

Sobre a pedagogia, este mesmo pensador aponta para mais uma realidade: “o grande defeito que encontro nos educadores é principalmente o de procurar uma pedagogia pronta, quando não existe essa pedagogia pronta. E se existisse seria imprestável”. E completa: “a pedagogia nasce no tempo da escravidão antiga, onde o escravo era o educador que tinha que ser educado com o próprio ato de tratar as crianças que lhe eram confiadas. Atualmente, de uma certa maneira, isso tem que ser feito, pelo educador, mas com uma consciência científica” (op. cit. p. 23).

O pedagogo “alienado”, “de gabinete”, foi outro aspecto abordado por Vieira Pinto em vários pontos de suas obras. Este pedagogo é aquele que assume funções burocráticas, desliga-se das necessidades reais e concretas da nação, preocupa-se mais com a “forma” do que com o conteúdo. Não assume a função de articulador e catalisador de idéias e práticas, de intelectual empenhado na superação da alienação, não aproveita o potencial transformador da sua própria tarefa e da educação como prática social. Alguns ainda em vez de atuar na superação da alienação, os impõem sobre o professor e estes aos seus alunos, fortalecendo-a.

Em virtude de sua consciência ingênua (conforme a definição de Vieira Pinto em CRN) o pedagogo alienado pode transformar teorias ricas e esclarecedoras em discursos vazios, frágeis e nulos. Consegue transformar “práticas” fundamentadas e sólidas em métodos autoritários, impraticáveis e rígidos. Este pedagogo alienado burocrata de gabinete, aceita cômoda e pacificamente, as ordens, decisões e legislações emanadas de órgãos centrais também burocráticos, bem como os consolida na prática, sem oferecer qualquer

resistência, justamente por faltar-lhe os instrumentos da consciência crítica. Tornam-se impotentes, vazios, comandados e o que é pior, isolados uns dos outros, que mais ainda os enfraquece e impede a discussão e reflexão coletiva, fundamental para a superação da sua própria alienação imposta, cristalizada em sua consciência ingênua. O seu sentimento de acomodação – impotência -conformismo, torna-o suscetível à pressão de seus dirigentes e companheiros de igual consciência. E é assim que a escola, o processo educacional, as teorias e políticas educacionais vão perdendo a sua vitalidade para a mudança, para a transformação.

Estamos diante de um grande “Pensador e Mestre da Educação”. Resta-nos aprofundar suas contribuições, discuti-las e buscar nelas a inspiração para a reversão da educação alienada e alienante que ainda temos (e fazemos). Esta é apenas uma leitura das contribuições que Álvaro Vieira Pinto. Muitas outras podem (e devem) ser feitas. Esperamos que outros se interessem e façam esta mesma busca, mantendo vivas as idéias deste verdadeiro Mestre...

## **5 - O pensamento do filósofo e educador analisado por outros educadores e intelectuais:**

“Considero toda a obra de Álvaro Vieira Pinto muito importante. Ele foi uma figura de valor singular. Creio que o interesse crescente pela sua obra representa o justo movimento de retomada da consciência nacional, particularmente de sua escala cultural”. (NELSON WERNECK SODRÉ, correspondência de 30/06/91).

“Certa vez ele disse que a Literatura Brasileira começava com Guimarães Rosa. Eu diria que a Filosofia no Brasil começa com Vieira Pinto”. (ROLAND CORBISIER - Jornal do Brasil, 05/07/87).

- “A importância do pensamento de Vieira Pinto é hoje consenso na comunidade filosófica do Brasil e de boa parte de especialistas latino-americanos. Estou convencido, por tudo o que se discutiu neste trabalho, que suas proposições não favorecem o fascismo, como afirmam os que não estudaram nem uma coisa nem outra (...)”. (JORGE ROUX, na conclusão de sua obra Álvaro Vieira Pinto: nacionalismo e terceiro mundo, 1990. p. 298).

- “Entendemos como equivocada a posição daqueles que consideram a obra de Vieira Pinto como um trabalho datado, ligado apenas ao período do desenvolvimento juscelinista. Testemunho disso: é que seus trabalhos, após um intervalo de alguns anos, voltaram a interessar aos estudiosos, vêm sendo reclamados pelos estudantes e são sucessivamente reeditados. (...) Seu trabalho é marcado por um nacional-iluminismo, que consiste basicamente na regeneração da Nação através de um projeto consciente e - apesar da discordância de acatados críticos - de tendência racional. Sua obra traz a expressa proposta de socialização total da política, visto pretender cheguem às massas populares à consciência crítica pela via democrática, pela intensa participação no projeto nacional - desenvolvimentista.” (JORGE ROUX, em Álvaro Vieira Pinto: nacionalismo e terceiro mundo, p. 67. ) .

“Álvaro Vieira Pinto legou-nos uma significativa obra filosófica, tanto mais valiosa por não ser feita apenas de especulações abstratas, mas de ardorosa paixão de um crítico, denunciador e militante. O seu era um pensamento gestado também para transformar o mundo - a nossa realidade brasileira. Nessa realidade histórica, feita de homens reais e concretos, ele buscava as raízes do pensar filosófico que, dela nascido, a ela retornaria para transformá-la. Sem dúvida, essa paixão provocada ainda mais pela euforia do nacionalismo

desenvolvimentista da época, acabou levando Álvaro Vieira Pinto a confundir a dimensão filosófica do pensamento com a postura ideológica da consciência. Mas não há como não lhe reconhecer a significativa contribuição de sua obra para que se repense a própria questão da filosofia no Brasil.” (ANTONIO JOAQUIM SEVERINO, no prefácio da obra *O nacionalismo pensamento filosófico*, de Lidia Maria Rodrigo, p. 9)

“O pensamento de Vieira Pinto foi importante nos fins da década de 50 e começo da de 60; e sua influência permanece, embora difusa. É altamente necessário recuperá-lo em trabalhos universitários.” (Pe. HENRIQUE CLÁUDIO DE LIMA VAZ, em correspondência de 04/09/91.

“Ele foi, dentre os maiores filósofos brasileiros, o que mais pesquisou nossa realidade nacional para, ao compreendê-la, buscar-lhe o sentido futuro. Sua obra é gigantesca. Paulo Freire em diversos momentos refere-se a ele como seu mestre. Dono de uma enorme erudição dominava oito idiomas, escreveu milhares de páginas. (...). Estava sempre concentrado em suas pesquisas, estudos e meditações. Delas falava a to do tempo, procurando aprofundá-las na discussão com os outros. Homem de extremo rigor e dedicação impar ao exame atento dos pormenores do que escrevia, produziu no Departamento de Filosofia do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) duas obras que são hoje referência obrigatória de qualquer estudo brasileiro: *Consciência e Realidade Nacional* e *Ideologia e Desenvolvimento Nacional* (...) Escreveu também, a pedido da União Nacional dos Estudantes, um precioso volume: *A questão da Universidade*, que serviu de instrumento de luta da juventude brasileira em defesa da educação pública durante os primeiros anos da ditadura militar.”

“Sem dúvida o pensamento de Vieira Pinto não pode ser considerado obra datada, uma referência do passado, ligada apenas ao período desenvolvimentista. Antes de Vieira Pinto são muito atuais. O nacionalismo tão bem apresentado aqui não é, como alguns o entendem, sinônimo de isolamento, de cultivo do próprio umbigo, relegando a história, outras culturas e o destino comum dos homens. O que encontramos aqui é a busca de uma nação que ainda não é, mas pode ser, de sua afirmação no contexto das nações com uma fisionomia própria, que não é a nação formada falsamente pela representação social das elites, mas que nasce encharcada pela cultura de um povo. Vieira Pinto, filósofo do Terceiro mundo, observa que a constituição da nação brasileira encontra sentido na integração latino-americana, na construção de novas alianças com os nossos vizinhos. E isso é muito atual.

Não poderíamos deixar de chamar atenção neste prefácio para o valor atribuído à consciência no processo de construção desta nação. O projeto de Álvaro Vieira Pinto, que era o projeto da vanguarda intelectual progressista de sua época, mas que só ele pôde captar de forma tão brilhante e expor de modo tão profundo, encontrou uma grande muralha pela frente: o golpe militar de 1964. Os militares brasileiros, serviçais da política entreguista da burguesia nacional, destruíram no seu início o caminho que levava para a construção de uma nação independente e emancipada. Só com essa liberdade conquistada, a partir dela dessa particularidade afirmada, o Brasil seria respeitado universalmente. Foi o despertar da consciência desta nova nação que foi atingido pelo golpe de 1964, (desviando fatalmente o curso de um processo histórico do qual o grande filósofo era um dos protagonistas.

Nesse processo emancipatório interrompido, Vieira Pinto via o casamento necessário entre “consciência” e “realidade nacional” que acabou em divórcio com o golpe. Ele reservava à “consciência crítica” o papel protagonista do desenvolvimento da nação. Aliás, as mais brilhantes páginas deste livro referem-se à relação dialética entre consciência crítica, consciência ingênua e desenvolvimento nacional. (MOACIR GADOTTI, no prefácio da obra Álvaro Vieira Pinto: nacionalismo e terceiro mundo, de Jorge Roux, 1990).

“Como todos que tiveram a sorte de conhecer Álvaro, muito aproveitei ouvindo suas conferências, lendo seus livros e participando das sessões da congregação do ISEB. A biografia de Álvaro, a partir de 1956, quando ministrou a aula inaugural “Ideologia e Desenvolvimento Nacional”, confunde-se com a História do ISEB que passou a ser a sua vida. (...) Álvaro interrompia seus afazeres na diretoria do ISEB e, muitas vezes, sentava no último banco da sala e ouvia as aulas como os demais. Ele um sábio e nós, em realidade, seus discípulos.” (OSNY DUARTE PEREIRA, correspondência de 22/02/92).

... “é impossível subestimar a importância de Álvaro Vieira Pinto e de Consciência e realidade nacional no equacionamento da problemática da Filosofia no Brasil, que hoje volta a ocupar as atenções de tantos especialistas. Acredito que uma compreensão crítica dessa obra contribui para se repensar o tema, buscando evitar dois extremos igualmente perniciosos: o nacionalismo xenófobo e o discurso do universal abstrato que não conhece geografia nem história. A riqueza de Consciência e realidade nacional não pode ser esgotada em uma única análise. A minha é apenas uma das inúmeras leituras possíveis sobre uma obra que continua a representar uma provocação e um desafio para todos aqueles que se interessam por este tipo de questão.” (LIDIA MARIA RODRIGO, na introdução de seu livro

O nacionalismo<sup>2</sup> pensamento filosófico, p. 19).

“Médico, humanista, professor, filósofo sobretudo, Álvaro Vieira Pinto voltou-se necessariamente para a pedagogia também, visto ser esta uma disciplina de imediato interesse para seu projeto nacional, a única sistemática produzida até hoje pela reflexão filosófica no Brasil e para o Brasil enquanto nação subdesenvolvida. Suas premissas pedagógicas são hoje matéria obrigatória para a reflexão de todo profissional da educação”. (JORGE ROUX, na Revista Educação Municipal, n° 5, 1989, p.64).

“O extraordinário trabalho de Álvaro Vieira Pinto é, provavelmente, um dos sinais mais típicos da etapa atual do desenvolvimento dos estudos brasileiros, uma espécie de elo entre o passado e o presente, entre a realidade e a teoria. Estudo fecundo, riquíssimo em perspectivas elaborado por um erudito, digno da mais ampla discussão, rela muito da cultura brasileira, e mesmo um de seus momentos dialéticos.” (NELSON WERNECK SODRÉ, em O que se deve ler para conhecer o Brasil, 1973, p. 214. (referindo-se sobre Consciência e Realidade Nacional).

## CONCLUSÃO

Este trabalho foi instigante e desafiador por várias razões. Uma delas é que estávamos trabalhando com idéias de um pensador de extrema importância no cenário brasileiro, com um método de trabalho onde a cada dia acrescentávamos uma descoberta, um fato novo e defrontávamos com a emergência de inúmeras análises e relações a serem estabelecidas. Partimos de referências e informações bastante reduzidas e pelo trabalho, atingimos o momento de elaboração de uma síntese “precária” do vastíssimo material reunido nos últimos três anos.

Além da empolgadora e envolvente metodologia de coleta e análise de materiais e informações, sentíamos a responsabilidade de um trabalho sobre um pensador e educador do porte de Vieira Pinto, que recebeu o honroso título de “Mestre Brasileiro” de dois outros grandes intelectuais brasileiros: do educador Paulo Freire e do historiador e escritor Nelson Werneck Sodré.

A noção da responsabilidade do trabalho foi reforçada quando percebemos o interesse de renomados educadores da atualidade em estudar e divulgar a obra de Álvaro Vieira Pinto, tal como ocorre com o Professor e escritor Jorge Roux, da Faculdade Católica de Brasília e da UDF - Associação do Ensino Unificado do Distrito Federal; Professora, Betty Antunes de Oliveira, da Universidade Federal de São Carlos; Professor Dermeval Saviani, da UNICAMP; Professora Lidia Maria Rodrigo, da Universidade Federal de Uberlândia, entre outros.

Este trabalho, porém, situa-se numa área de interesse totalmente diversificada das análises e trabalhos desenvolvidos por estes pesquisadores. Nosso objetivo concentrou-se nos dados da vida e obra de Vieira Pinto, sem priorizar a análise de um único tema, tal como fizeram Roux e Rodrigo em seus trabalhos.

O que esperamos a partir deste trabalho é encontrar formas de demonstrar que as obras de Álvaro Vieira Pinto precisam ser discutidas no âmbito da Universidade, pois estamos relegando ao esquecimento, ao ostracismo, um conjunto de idéias ricas e perfeitamente válidas.

Este trabalho constitui-se neste momento (em que uma primeira síntese foi possível



ser elaborada) em “brotos ou flores” (em prestando uma afirmativa de Vygotsky). Isto significa que ele não está totalmente acabado, que encerra-se neste relatório. A sua “frutificação” (usando agora uma expressão do próprio Vieira Pinto, em *Ciência e Existência*, referindo-se à necessidade de socialização dos resultados de pesquisas) está prevista na continuidade, com o encaminhamento de algumas ações:

1 - Uma pretensão futura é a de reunir as idéias pedagógicas de Vieira Pinto com as demais partes de trabalho, compondo um artigo a ser proposto para publicação em uma das revistas da área de educação.

2 - Dotar a Biblioteca Central da UEPG, da obra completa deste autor com a seguinte previsão: a) Solicitação da aquisição das três obras editadas, ou solicitação às Editoras, providenciar a reprodução e encadernação das duas obras não editadas por Editoras Comerciais e solicitação ao CELADE- Centro Latino-americano de demografia (Chile) de um exemplar da obra publicada por aquele órgão; Assim, somando-se com os dois volumes de “Consciência e realidade nacional”, já disponível na UEPG, a obra de Vieira Pinto ficará completa no acervo da BICEN.

3 - Solicitar-se-á à Editora Civilização Brasileira, com uma exposição de motivos, a reedição dos “Cadernos do Povo Brasileiro” (1963, 1964), especialmente o caderno nº 4: Por que os ricos não fazem greve? De autoria de Álvaro Vieira Pinto.

4 - Os resultados deste trabalho serão dados a conhecer aos professores do Departamento de Educação - Área de Fundamentos da Educação, a fim de disseminar estes resultados e indicar a grande contribuição das obras deste autor na disciplina, especialmente de “Sete lições sobre educação de adultos” e “A questão da universidade”.

As disseminações informais entre professores da UEPG e diálogos com professores de diferentes instituições indicam que é importante discutir o pensamento de Álvaro Vieira Pinto. Reconhecendo os limites deste trabalho, avaliamos como extremamente positiva esta experiência e esperamos conseguir demonstrar a relevância deste autor que supera o tempo e mantém-se atual. É também a nossa esperança de termos em breve, o acesso às obras inéditas deste pensador em futuras publicações que certamente ocorrerão.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEISIEGEL, Celso de Rui. Política e educação popular: a teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil. São Paulo: Ática, 1982. 304 p.

BOJUNGA, Claudio. O risco de pensar. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 1 ago. 1987. p. 10.

CORBISIER, Roland. Morte de um sábio. Jornal do Brasil, 5 jul. 1987. p. 9.

\_\_\_\_\_. Autobiografia filosófica: das ideologias à teoria da práxis. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. 330 p.

CASTORIADIS, Cornelius. Os destinos do totalitarismo. Porto Alegre: L&PM, 1985.

CHACON, Vamireh. História das idéias socialistas no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

COSTA, J. Silveira da. Ética e ideologia em Álvaro Vieira Pinto. Revista Brasileira de Filosofia, São Paulo, v.26, n.146, p.125-139, abr./jun. 1987.

DEBERT, Guita Grin. A política do significado no início dos anos 60: o nacionalismo no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e na Escola Superior de Guerra (ESG). São Paulo, 1985. 461 p. (Tese de doutorado-USP).

DEBRUN, Michel. O problema da ideologia do desenvolvimento. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Belo Horizonte, v.2, n.2, p.237-279, jul. 1962.

FOLHA de Londrina. Freire, Paulo. 15/09/85. p. 17.

FRANCO, Maria Sylvia C. O tempo das ilusões. Ideologia e mobilização popular (coautoria com Marilena Chauí). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 151-209.

FUNDAÇÃO Getúlio Vargas. Dicionário histórico - biográfico brasileiro: 1930-1983. v. 2., p. 1617-1619.

GARCIA, Walter E. (coord). Inovação educacional no Brasil: problemas e perspectivas. São

Paulo: Cortez, 1989.

GUIMARÃES, Aquiles C. A questão da consciência em Álvaro Vieira Pinto. *Revista Brasileira de Filosofia*, São Paulo, v. 26, n. 146, p. 125-139, abr.-jun,1987.

\_\_\_\_\_. Verdade e consciência em Álvaro Vieira Pinto. *Revista Filosófica Brasileira*, Rio de Janeiro, v.3, n.1, p.106-112, jul.1986.

GUERREIRO RAMOS, A. Mito e verdade da revolução brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1963, 218p.

JAGUARIBE, Helio. ISEB - um breve depoimento e uma reapreciação crítica. *Cadernos de Opinião*. Rio de Janeiro, v. 14, p. 94-110, out. novo 1979.

KONDER, Leandro. Consciência e realidade nacional (crítica). *Revista Estudos Sociais*, n.12, p.504-509, 1962.

LEBRUN, Gérard. A “realidade nacional e seus equívocos”. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n.44, p.42-62, Nov.-dez. -1962.

LIMA VAZ, Henrique C. Consciência e realidade nacional. *Revista Encontros à civilização brasileira*, Rio de Janeiro, v.4, p.68-81, out. 1978.

\_\_\_\_\_. Consciência e realidade nacional. (Resenha). *Revista Síntese*, Rio de Janeiro, v.4, n.14, p.92-109, abr.- jun.1962.

MARINHO, Luiz Carlos de O. O ISEB em seu momento histórico. Rio de Janeiro, UFRJ, Departamento de Filosofia. 1986. 169 p. (Dissertação de Mestrado em Filosofia).

MORAES, Denis de. A esquerda e o golpe de 64. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989. 379 p.

PAIM, Antonio. História das idéias filosóficas no Brasil. São Paulo: Grijalbo, 1967. 276 p.

PÉCAUT, Daniel. Os intelectuais e a Política no Brasil: entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990. 335p.

PINTO, Álvaro Vieira. A questão da universidade. São Paulo: Cortez, 1986. 102 p.

\_\_\_\_. Ciência e Existência: problemas filosóficos da pesquisa científica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. 537 p.

\_\_\_\_. Consciência e realidade nacional: a consciência ingênua. Rio de Janeiro: ISEB, 1960. 438 p. (1º volume).

\_\_\_\_. Consciência e realidade nacional: a consciência crítica. Rio de Janeiro: ISEB, 1960. 639 p. (2º volume).

\_\_\_\_. El pensamiento crítico en demografía. Santiago do Chile: CELADE, 1973. 454 p.

\_\_\_\_. Estudos e pesquisas científicas I. Cultura política, v.1, n.1, p. 265-267. 1941.

\_\_\_\_. Ideologia e desenvolvimento nacional. Rio de Janeiro: ISEB, 1956. 45p.

\_\_\_\_. Indicações metodológicas para a definição do subdesenvolvimento. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Belo Horizonte, v.3, n.2, p.252-279, ju1. 1963.

\_\_\_\_. Por que os ricos não fazem greve? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962. 118p.

\_\_\_\_. Sete lições sobre educação de adultos. 6.ed. São Paulo: Cortez, 1989. 117p.

RESENHA - Sete lições sobre educação de adultos - Álvaro Vieira Pinto. Em aberto. Brasília. v.2, n.16, p.25-32, jun. 1983.

RIBEIRO, Darcy. Aos trancos e barrancos: como o Brasil deu no que deu. 3ª ed. Rio de Janeiro. Ed. Guanabara, 1986.

RIBEIRO, Maria Luisa S. Educação escolar e práxis. São Paulo: Iglú, 1991.

RODRIGO, Ligia Maria. O nacionalismo no pensamento filosófico: aventuras e desventuras da filosofia no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1988. 133 p.

\_\_\_\_. Sete lições sobre educação de adultos (resenha). Veredas. Revista da PUC-SP, São Paulo, n. 101, p. 259-260. 1982.

ROUX, Jorge. Álvaro Vieira Pinto: educação e projeto nacional. Revista Educação Municipal, São Paulo, v.2, n.5, p. 63-80, Nov.1989.

\_\_\_\_. Álvaro Vieira Pinto: nacionalismo e terceiro mundo. São Paulo: Cortez, 1990. 301 p.

SAVIANI, Dermeval. Gilberto Freyre e Álvaro Vieira Pinto. Revista Brasileira de Estudos pedagógicos, Brasília, v.68, n.159, p. 277-278, maio/ago. 1987.

\_\_\_\_. Tributo a Álvaro Vieira Pinto. Revista Educação & Sociedade, São Paulo, v.9, n.27, p.147-149, set. 1987.

SCHWARTZMAN, Simone O pensamento nacionalista e os cadernos do nosso tempo. Brasília: UnB, 1979. 273 p.

SODRÉ, Nelson Werneck. A verdade sobre o ISEB. Rio de Janeiro: Avenir, 1978. 69 p.

\_\_\_\_. História da história nova. Petrópolis: Vozes, 1986. 148 p.

\_\_\_\_. História do ISEB. In: Temas de Ciências Humanas. v.1, 2 e 4. São Paulo: Grijalbo. 1977.

\_\_\_\_. História e materialismo histórico no Brasil. São Paulo: Global, 1985. 118 p.

\_\_\_\_. O que se deve ler para conhecer o Brasil. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973. 406p.

TOLEDO, Caio Navarro de. ISEB: fábrica de ideologias. São Paulo: Ática, 1982. 195 p.

VAN DALEN, Deobold. B. MEYER, William J. Manual de técnica de la investigación educacional. Buenos Aires: Paidós 1971.

VITA, Luis Washington. Ideologia e desenvolvimento nacional. Revista Brasileira de Filosofia, São Paulo, v. 8, n. 31, p. 385-386, jul./set.1958.

\_\_\_\_. Consciência e realidade nacional. Revista brasiliense, São Paulo, n.41, 1962.

\_\_\_\_. Consciência e realidade nacional (Resenha). Revista Brasileira de Filosofia, São Paulo, v.12, n. 45, p. 45, p.102-108. Jan./mar. 1962.

\_\_\_\_. Panorama da filosofia no Brasil. Porto Alegre: Globo, 1969. 151 p.

## ANEXOS

Transcrição da carta do Sr. Ernani Vieira Pinto

Itacuruçá, 3.4.92

Caro Sr. Acir

Em resposta a sua carta de 26 de março último, tenho a informar que recebendo o pedido do Professor Jefferson, imediatamente mandei uma foto do Álvaro e esposa, na Yugoslávia, pois não temos nenhuma que esteja só, e junto um artigo publicado no “Jornal do Brasil”.

Quanto ao questionário pedido de ordem biográfica, posso informar:

data de nascimento: 11-11-909

data de casamento: 12.6.964

data de conclusão do curso secundário – naquele tempo, pelos anos de 1925 ou 26, para se concluir os estudos iniciais, eram chamados “cursos preparatórios” em que o aluno para ter um diploma, deveria fazer exame das seguintes matérias: português, inglês, francês, e latim, aritmética, álgebra, geometria, trigonometria, história universal, história natural, físico-química, história do Brasil.

O aluno como em todos podiam fazer num ano qualquer quantidade dessas matérias, bastando requerer no fim do ano, que desejava prestar tais e tais exames, só que isto era feito perante uma banca examinadora de alto nível, só passando quem realmente soubesse.

Assim tendo o certificado de todas essas matérias, o aluno podia requer o ingresso numa faculdade.

Esses preparatórios Álvaro os fez no Colégio S. Inácio, dos padres jesuítas no Rio de Janeiro, onde estudamos.

Data de partida para Yugoslávia – outubro de 1964

Data de partida para Chile – 1966

Data de retorno ao Brasil – 8-9-68

Ano de conclusão do curso de Medicina – 1932

Ano do início da pesquisa sobre câncer – 1932

Quanto as obras não publicadas nada sei a respeito, nem possuo outros artigos sobre Álvaro.

Quanto a pessoas que podem informar, tem o Prof. Darcy Ribeiro e o Dr. Francisco, médico de uma Casa de Saúde S. Lucas, que vou se faço contato a respeito e lhe mandarei o resultado.

Na próxima semana devo falar com nossa sobrinha, Mariza Urban, jornalista, que pode talvez me informar alguma novidade, por estar mais em contato com a esposa de Álvaro.

Em conversa com minha irmã Laura, hoje com 81 anos, me esclareceu que quando terminou a última grande guerra, em 1946, Álvaro foi convidado pelo Governo da França, e foi ser professor em Paris, na Sorbonne o que foi aceito, sendo assim o primeiro brasileiro, honrado com esse convite.

Quanto ao exílio na Jugoslávia, foi convidado para ser professor na Faculdade de Split, uma praia do Adriático.

No Chile foi professor no Colégio dos Padres Jesuítas, trabalhando na ONU como tradutor de línguas.

Agora, meu caro Sr. Acir, eu que passei a vida tomando depoimentos no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, e agora aos 80 anos, vou prestar o meu:

..... Disse que:

eram 4 irmãos, sendo 3 homens e uma mulher; que só restam Ernani e Laura, que Álvaro desde pequeno tinha paixão pelos estudos, tanto que com 15 anos de idade, fez um laboratório de química dentro do quarto nos fundos de nosso terreno no Rio, e lá fazia reações químicas, com fumaças, que amedrontavam a família toda; que nossa mãe Arminda foi atacada pelo terrível mal do câncer, e Álvaro passou um ano ao lado de sua cama e quando ela faleceu, ele passou a pesquisar a origem da doença; que lembro-me que ele dizia que o câncer não é transmissível, nem hereditário; que quanto a vida dele no exílio, pouco eu sabia, pois passávamos muitos meses sem nos corresponder, tal a vida das grandes cidades, onde as pessoas pouco se visitam, e tão diferente do interior que tenho grandes lembranças de Ponta Grossa, onde estive várias vezes, bem como em Castro, Jaguariahyva e Tibagi, este último uma autêntica cidade do cinema americano, onde era extraído ouro e diamantes, porém isto já se vão 65 anos: que de Ponta Grossa, nosso pae, Carlos, era comerciante de madeiras e tinha aí nessa cidade um sócio de nome Mário Guimarães; que Mário Guimarães tinha dois filhos de nome Theodoro e Fausto, os quais vieram para o Rio de Janeiro, e moraram em nossa casa vários anos até se formarem, sendo um em Direito e outro na carreira militar até o posto de General; que também veio um rapaz do nome Heraldo Gomes, cujo pai era tabelião em Ponta Grossa; que estas as lembranças de uma vida passada e que parece que foi hontem.

Agora meu caro Sr. Acir me despeço, aguardando uma visita a cidade de Itacuruçá, no

Estado do Rio de Janeiro, situada a beira mar, distante 2 horas do Rio, e com um movimento diário de 300 a 400 turistas por dia e onde apesar da minha idade dou assistência no combate à criminalidade, que não tem fim, e é o meu gosto no fim da vida que se aproxima.

Um grande abraço ao Prof. Jefferson e certo de que se tiver alguma novidade lhe enviarei.

Do amigo,

Ernani

Resposta do Prof. Jefferson Mainardes ao Sr. Ernani Vieira Pinto

Ponta Grossa, 05 de abril de 1992

Estimado Sr. Ernani,

Escrevo-lhe para agradecer o envio das duas fotos de Álvaro V. Pinto. Fiz a cópia das fotos e as devolvo, em carta registrada para evitar qualquer extravio.

Fiquei muito feliz e muito grato com o envio das fotos e com as informações prestadas em sua carta enviada ao Acir. Como disse em minha carta, temos muito interesse em reunir tudo o que diz respeito ao Prof. Álvaro Vieira Pinto, inclusive temos muito interesse em conhecer as obras inéditas. Em uma entrevista, Álvaro dizia que desejava que suas obras inéditas fossem publicadas e elas são de grande interesse para todos que trabalham na área de Educação, Filosofia, etc. Quando falar com sua sobrinha ou familiares, relate a eles que há muito interesse em manter viva a obra do Prof. Álvaro.

Agrada-me saber que conhece a nossa região.

Espero um dia conhecer a sua cidade.

Fico à sua disposição, e é muito bom saber que continua ativo e participante em sua cidade.

Prof. Jefferson Mainardes